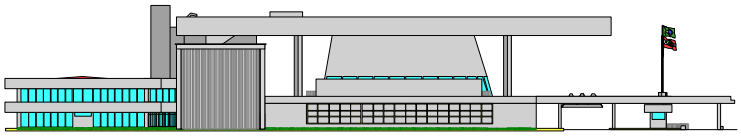
16ª Legislatura

ESTADO DE SANTA CATARINA

3ª Sessão Legislativa

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVIX | FLORIANÓPOLIS, 21 DE MAIO DE 2009 | NÚMERO 6.039

16ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa
MESA

Jorginho Mello
PRESIDENTE

Gelson Merísio
1º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
2º VICE-PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro
2º SECRETÁRIO

Valmir Comin
3º SECRETÁRIO

Ada Faraco de Luca
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Silvio Drevek

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO
Líder: Antônio Aguiar

DEMOCRATAS
Líder: Cesar Souza Júnior

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Dirceu Dresch

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA
Líder: Serafim Venzon

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO
Líder:Professora Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Professor Grando

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Cesar Souza Júnior
Dirceu Dresch
Pedro Uczai
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
Herneus de Nadal
Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO
Reno Caramori - Presidente
Décio Góes - Vice-Presidente
Narcizo Parisotto
José Natal Pereira
Manoel Mota
Adherbal Deba Cabral
Jean Kuhlmann
Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE PESCA E AQÜICULTURA
Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Darci de Matos – Vice-Presidente
Giancarlo Tomelin
Edison Andrino
Adherbal Deba Cabral
Reno Caramori
Professor Grando
Quartas-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL
Rogério Mendonça - Presidente
Reno Caramori - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Dirceu Dresch
Serafim Venzon
Romildo Titon
Ismael dos Santos
Quartas-feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO
Manoel Mota - Presidente
Joares Ponticelli - Vice-Presidente
Elizeu Mattos
Dirceu Dresch
Jean Kuhlmann
Giancarlo Tomelin
Professor Grando
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
Marcos Vieira - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Décio Góes
Kennedy Nunes
José Natal Pereira
Manoel Mota
Renato Hinnig
Professora Odete de Jesus
Silvio Dreveck
Quartas-feiras, às 09:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
Darci de Matos - Presidente
Sarg. Amauri Soares - Vice-Presidente
Adherbal Deba Cabral
Pedro Uczai
Elizeu Mattos
Kennedy Nunes
Nilson Gonçalves
Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA , MINAS E ENERGIA
Silvio Dreveck - Presidente
Renato Hinnig - Vice-Presidente
Herneus de Nadal
Elizeu Mattos
Serafim Venzon
Pedro Uczai
Professor Grando
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE
Décio Góes - Presidente
Renato Hinnig - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Edison Andrino
Cesar Souza Júnior
Reno Caramori
Professor Grando
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE
Genésio Goulart - Presidente
Prof. Odete de Jesus - Vice-Presidente
Darci de Matos
Giancarlo Tomelin
Ana Paula Lima
Kennedy Nunes
Antônio Aguiar
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMILIA E À MULHER
Ana Paula Lima - Presidente
Kennedy Nunes - Vice-Presidente
Genésio Goulart
José Natal Pereira
Rogério Mendonça
Professora Odete de Jesus
Ismael dos Santos
Quartas-feiras às 10:00 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
Pedro Uczai - Presidente
Elizeu Mattos - Vice-Presidente
Cesar Souza Júnior
Serafim Venzon
Genésio Goulart
Professor Grando
Lício Mauro da Silveira
Quartas-feiras às 08:00 horas

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL
Renato Hinnig - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Ana Paula Lima
Lício Mauro da Silveira
Elizeu Mattos
Edison Andrino
Narcizo Parisotto
Terças-Feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
Prof. Odete de Jesus - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Pe. Pedro Baldissera
Kennedy Nunes
Herneus de Nadal
Genésio Goulart
Ismael dos Santos
Quartas-feiras às 18:00 horas

DIRETORIA LEGISLATIVA

Coordenadoria de Publicação: responsável pela digitação e/ou revisão dos Atos da Mesa Diretora e Publicações Diversas, diagramação, editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Walter da Luz Filho

Coordenadoria de Taquigrafia: responsável pela digitação e revisão das Atas das Sessões.
Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazzi

Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

EXPEDIENTE

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XV - **NÚMERO 2039**
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS

ÍNDICE

Plenário
Ata da 042ª Sessão Ordinária da 16ª realizada em 20/05/2009.....2

Atos da Mesa
Ato da Mesa Dl.....24

Publicações Diversas
Ata da Procuradoria 24
Atas das Comissões Permanentes 25
Aviso de Resultado 26
Extratos 26
Ofício 27
Projeto de Lei 27
Redações Finais 28

P L E N Á R I O

ATA DA 042ª SESSÃO ORDINÁRIA DA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 20 DE MAIO DE 2009
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JORGINHO MELLO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Adherbal Deba Cabral -Cesar Souza Júnior - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Giancarlo Tomelin - Herneus de Nadal - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Cardozo - José Natal - Kennedy Nunes - Lício Mauro da Silveira - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professora Odete de Jesus - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO (pela ordem) - Registra a visita do vereador Ruben Paulo Giocomini e do presidente da Câmara, Célio José Hubert, de Paraíso, bem como do suplente de vereador de Brusque Nino Gama.

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Discorre sobre a greve dos transportes urbanos da Grande Florianópolis.

DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Refere-se ao julgamento do governador pelo Tribunal Superior Eleitoral; aborda a fusão da Sadia e Perdigão, e o surgimento da Brasil Foods; parabeniza a senadora Ideli Salvatti por assumir a liderança do governo no Congresso; manifesta-se sobre o caso da venda, em Ilhota, de mercadorias destinadas aos desabrigados pelas enchentes.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (aparte) - Fala de sua preocupação com os produtores de matéria-prima, tendo em vista a fusão da Sadia e Perdigão.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Cumprimenta a senadora Ideli Salvatti pelo cargo de líder do governo no Congresso; aborda convênio do ministério do Desenvolvimento Agrário com a Epagri; fala do debate, em Anita Garibaldi, sobre pesca em tanque-rede; aborda necessidade de que os Correios cheguem aos agricultores.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (aparte) - Aborda a inclusão postal como sendo uma questão de cidadania às pessoas do interior.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (pela ordem) - Agradece a presença de comitiva do Sindicato dos Estivadores do Porto de São Francisco do Sul.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Relata missão em Brasília para tratar de programa de reabilitação profissional, realização de seminário de aqüicultura e pesca e obtenção de recursos para o Hospital Regional do Alto Vale e o Ancionato Recanto do Sossego, de Braço do Trombudo; aborda nomeação da senadora Ideli Salvatti como líder no governo no Senado; fala de realização de audiência pública em Rio do Sul com o setor de facção.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (pela ordem) - Registra a presença do prefeito de Cocal do Sul, Nilso Bortolatto; do maestro da Orquestra Sinfônica de Santa Catarina; e de Claudinei Souza, da Associação das Rádios Comunitárias do Vale do Itajaí - Arcovali.

Partidos Políticos

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Aborda Projeto de Lei Complementar n. 0020/09, de sua autoria, que proíbe a prática do trote violento nas instituições de ensino superior no estado.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Refere-se à pesquisa realizada na Penitenciária Industrial de Joinville.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (aparte) - Fala da situação carcerária no país.

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Faz convite para a 13ª Conferência Nacional dos Legislativos Estaduais, no Pará.

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Reporta-se ao discurso do deputado Marcos Vieira, que fez críticas ao governo Lula e à Petrobras.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (aparte) - Parabeniza o deputado Pedro Uczai por ter falado da importância do fortalecimento da empresa pública brasileira.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Anuncia a presença do presidente da Câmara Municipal de Major Gercino, Saulmir Zunino, e de João David.

DEPUTADO RENATO HINNIG - Fala sobre sua participação no encontro WTTC.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (aparte) - Parabeniza o deputado Renato Hinnig pelo pronunciamento e fala da importância ao turismo de os governos investirem em saneamento básico.

DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sugere que a Mesa estabeleça critérios para a escolha dos policiais militares que trabalharão na Assembleia Legislativa.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (aparte) - Concorda que sejam estabelecidos critérios para a escolha dos policiais que devem trabalhar na Casa.

DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Registra a presença do cônsul da Alemanha Hans Dieter Didjurgeit; ressalta a importância do trabalho da Casa da Alemanha, em Blumenau.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (aparte) - Registra sua não-concordância com as declarações do deputado Pedro Uczai em relação ao PSDB.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (aparte) - Refere-se às palavras do presidente da Petrobras, ditas em 2000, sobre mudança do nome comercial da empresa.

DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL (pela ordem) - Registra a presença do vereador Giliardi Reis, de Itapema, e do vereador Dedeca.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Aborda acontecimentos no Senado em relação à Petrobras.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (pela ordem) - Cumprimenta o cônsul Hans Dieter Didjurgeit, e fala do trabalho da Casa da Alemanha para Santa Catarina.

DEPUTADO JAILSON LIMA (pela ordem) - Refere-se à venda do patrimônio da Petrobras.

DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Cumprimenta companheiros do PDT de Major Gercino, bem como o presidente da Câmara Municipal; faz convite para o 2º Encontro Estadual do PDT em Itá; fala da represa de Itá.

Ordem do Dia

GIANCARLO TOMELIN (pela ordem) - Refere-se ao parecer contrário do deputado Marcos Vieira ao Projeto de Lei n. 0101/09, de sua autoria.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Pede a retirada de pauta da Mensagem n. 0909/09.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Pede a retirada de pauta da Mensagem n. 0923/09.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Pede a retirada de pauta do Projeto de Lei n. 0078/09, de sua autoria.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Discute requerimento de sua autoria, pedindo medidas para normatizar a obrigatoriedade do uso de proteção antichoque para os caminhões.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Discute requerimento do deputado Nilson Gonçalves, pedindo medidas para normatizar a obrigatoriedade do uso de proteção antichoque para os caminhões.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Discute moção de autoria do deputado Cesar Souza Júnior, manifestando posição contrária à taxação das cadernetas de poupança.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Discute moção de autoria do deputado Cesar Souza Júnior, manifestando posição contrária à taxação das cadernetas de poupança.

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Discute moção de sua autoria, manifestando posição contrária à taxação das cadernetas de poupança.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Discute moção de autoria do deputado Cesar Souza Júnior, manifestando posição contrária à taxação das cadernetas de poupança.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (pela ordem) - Pede para subscrever a moção de autoria do deputado Cesar Souza Júnior, manifestando posição contrária à taxação das cadernetas de poupança.

DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN (pela ordem) - Pede para subscrever a moção do deputado Cesar Souza Júnior, manifestando posição contrária à taxação das cadernetas de poupança.

DEPUTADO RENATO HINNIG (pela ordem) - Pede para subscrever a moção do deputado Cesar Souza Júnior, manifestando posição contrária à taxação das cadernetas de poupança.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Manifesta-se contrário à aprovação da moção do deputado Cesar Souza Júnior, manifestando posição contrária à taxação das cadernetas de poupança.

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Discute moção de autoria do deputado Cesar Souza Júnior, manifestando posição contrária à taxação das cadernetas de poupança.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Discute moção de autoria do deputado Cesar Souza Júnior, manifestando posição contrária à taxação das cadernetas de poupança.

DEPUTADO DÉCIO GÓES - Discute moção de autoria do deputado Cesar Souza Júnior, manifestando posição contrária à taxação das cadernetas de poupança.

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Discute moção de sua autoria, manifestando posição contrária à redação do § 1º do art. 11, do acordo firmado entre República Federativa do Brasil e Santa Sé.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Discute moção de autoria do deputado Pedro Uczai, manifestando posição contrária à redação do § 1º do art. 11, do acordo firmado entre República Federativa do Brasil e Santa Sé.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (pela ordem) - Pede para subscrever a moção do deputado Pedro Uczai, manifestando posição contrária à redação do § 1º do art. 11, do acordo firmado entre República Federativa do Brasil e Santa Sé.

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS (pela ordem) - Pede para subscrever a moção do deputado Pedro Uczai, manifestando posição contrária à redação do § 1º do art. 11, do acordo firmado entre República Federativa do Brasil e Santa Sé.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Comunica que coassinará a moção do deputado Pedro Uczai, manifestando posição contrária à redação do § 1º do art. 11, do acordo firmado entre República Federativa do Brasil e Santa Sé.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Pede para subscrever a moção do deputado Pedro Uczai, manifestando posição contrária à redação do § 1º do art. 11, do acordo firmado entre República Federativa do Brasil e Santa Sé.

DEPUTADO EDISON ANDRINO (pela ordem) - Manifesta-se sobre a reforma política.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Encaminha a votação da moção do deputado Pedro Uczai, manifestando apoio à aprovação da reforma política.

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS (pela ordem) - Abstem-se da votação da moção do deputado Pedro Uczai, manifestando apoio à aprovação da reforma política.

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR (pela ordem) - Encaminha a votação da moção do deputado Pedro Uczai, manifestando apoio à aprovação da reforma política.

DEPUTADO SILVIO DREVECK (pela ordem) - Encaminha a votação da moção do deputado Pedro Uczai, manifestando apoio à aprovação da reforma política.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Solicita a votação nominal da moção do deputado Pedro Uczai, manifestando apoio à aprovação da reforma política.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Pede que seja encerrada a discussão da moção de autoria do deputado José Natal, que propõe a exclusão do voto em lista da reforma política.

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Discute moção do deputado José Natal, que propõe a exclusão do voto em lista da reforma política.

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS (pela ordem) - Anuncia o fim da greve dos transportes urbanos da Grande Florianópolis.

DEPUTADO EDISON ANDRINO - Discute moção do deputado José Natal, que propõe a exclusão do voto em lista da reforma política.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Discute moção do deputado José Natal, que propõe a exclusão do voto em lista da reforma política.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Discute moção do deputado José Natal, que propõe a exclusão do voto em lista da reforma política.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Discute moção do deputado José Natal, que propõe a exclusão do voto em lista da reforma política.

Explicação Pessoal

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Discorre sobre a reforma política; aborda reunião com agricultores no extremo oeste, que pedem políticas emergenciais.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (aparte) - Parabeniza o deputado Padre Pedro Baldissera pelo engajamento nos movimentos sociais; fala da necessidade de serem atendidas as reivindicações dos agricultores.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Anuncia o fim da greve dos transportes coletivos da Grande Florianópolis; refere-se à gratuidade do transporte coletivo; fala da questão dos pedágios; aborda projeto salarial dos servidores da Segurança Pública.

DEPUTADO RENO CARAMORI - Divulga ganhadores do Prêmio Destaques da Contabilidade 2009.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Antes de passar para as Breves Comunicações, a Presidência comunica que distribuirá ao Plenário um comunicado da Associação de Rádios Comunitárias de Santa Catarina - Arcovali - sobre a realização do V Congresso Estadual de Radiodifusão Comunitária de Santa Catarina, que será realizado nos dias 4 e 5 de julho, no auditório de eventos da faculdade de Lages, a Facvest.

O Sr. Deputado Dagomar Carneiro - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dagomar Carneiro.

O SR. DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Sr. presidente, quero comunicar, com satisfação, a visita, nesta Casa, do vereador pedetista Ruben Paulo Giocomini e do presidente da Câmara, Célio José Hubert, do município de Paraíso, e do suplente de vereador do município de Brusque, sr. Nino Gama.

Sejam bem-vindos ao Parlamento catarinense!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Feito o registro pelo deputado Dagomar Carneiro, esta Presidência comunica ao Plenário que não haverá sessão na Assembléia Legislativa nos dias 2, 3, 4, 23, 24 e 25 de junho, pois nesse período será discutido o Orçamento Regionalizado. Já foi feito isso no ano passado, e assim todos os deputados poderão participar dessas audiências públicas que tratarão desse assunto.

Então, ficam todos os srs. deputados cientificados de que nesses dias não haverá sessão plenária, pois o trabalho normal de v.exas. será acompanhar, em cada região, as audiências do Orçamento Regionalizado.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra a primeira oradora inscrita, deputada Professora Odete de Jesus, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, deputado Jorginho Mello, demais integrantes da mesa, sras. deputadas Ada De Luca e Ana Paula Lima, srs. deputados, taquígrafas, telespectadores que acompanham os trabalhos deste Parlamento, quando v.exa salientou as viagens que teremos de fazer para tratar do Orçamento Regionalizado no mês de junho, eu lembrei que quando o nobre deputado era presidente da comissão de Finanças e Tributação sempre nos acompanhava pelo interior do estado muito cauteloso, muito atento. V.Exa. chegou à Presidência pelos seus méritos, pelo seu trabalho e pela sua competência, e nós, nessas viagens pelo interior, vamos sentir a sua falta.

Quero deixar registrado que esta deputada sempre acompanhou, e vai acompanhar, o trabalho da nossa comissão. Atualmente, o nosso presidente é o deputado Marcos Vieira, que também realiza um trabalho com muita competência e honradez, e isso nos deixa muito contentes.

Mas, srs. deputados, hoje eu vou falar sobre um assunto que está mexendo com a população da Grande Florianópolis, que está deixando as famílias tristes, pois os trabalhadores querem trabalhar e não podem porque não conseguem se locomover.

Nós sabemos que a greve é um direito de todo cidadão, de todos os sindicatos; nós sabemos que a greve é legítima, mas também entendemos que é importante que haja uma negociação. Os responsáveis devem sentar para discutir. Eu já vou pelo português claro: nós, humanos, temos que nos entender. Há determinados momentos em que discutimos, ponderamos, algumas vezes cedemos muitas coisas e outras vezes, sr. presidente, nós perdemos de um lado para ganhar de outro.

Tem que haver entendimento porque o comércio está perdendo; as pessoas querem trabalhar e não podem porque não têm como se locomover; a pessoa que está doente, que já está com a sua consulta marcada, não tem como ir até lá porque os motoristas de ônibus estão em greve; e há os atravessadores, os aproveitadores que querem ganhar em cima da desgraça dos outros.

Aí o problema se instalou: a cidade parou! Está tudo parado! No meu gabinete, eu estou com dois funcionários e por isso estou também atendendo ao telefone. Cheguei de manhã, deputada Ada De Luca, e tive de atender ao telefone! Fiquei o tempo todo nos atendimentos! É claro que esse é um momento prazeroso, para nós é bom estar direto com o público, mas tudo está parado! Os nossos gabinetes estão parados, sr. presidente! O nosso trabalho não deslanchou, ficou parado!

Então, tem que haver um entendimento. E eu quero chamar a atenção do presidente do Sindicato das Empresas de Transporte Urbano de Passageiros da Grande Florianópolis, sr. Waldir Gomes, para que nos ouça, por favor. E também chamo a atenção do representante do Sindicato dos Trabalhadores em Transporte Coletivo da Grande Florianópolis, sr. Ricardo Freitas, para que haja um entendimento, pois a população está sofrendo.

As lojas, srs. deputados, terão de fechar, pois não vão conseguir vender nada; o dentista não vai poder trabalhar porque os clientes não conseguirão chegar. E quem é que tem dinheiro hoje, e até faço esta pergunta, para comprar um automóvel? E quando consegue comprá-lo, tem de esperar um mês para o carro chegar. Então, o problema está instalado.

O prefeito já passou o problema para o Ministério Público, porque já chegou ao seu limite. Então, aproximadamente 400 mil indivíduos estão sendo prejudicados. Cerca de 250 mil pessoas estão com esse problema, por conta da paralisação do transporte público. E a população, sem ônibus desde as 9h30 de terça-feira, está optando pelas vans e pelos micro-ônibus para conseguir chegar ao trabalho ou à escola.

Os motoristas pedem um aumento de 5% do salário, além do aumento no valor do vale-refeição, e a redução da carga horária. As empresas dizem que só podem pagar o valor pedido se a prefeitura autorizar o aumento das passagens ou passar a pagar um subsídio maior.

Então, srs. deputados, nós clamamos para que haja uma discussão, uma ponderação, pois o cavalo está até passando a galope. Então, já está na hora de haver um planejamento a longo prazo, porque todo mês de maio a novelinha começa, a tal da novela desaforada começa e a população é que sofre.

É importante um apoio dos meus colegas deputados no sentido de que haja um entendimento, porque queremos trabalhar nos nossos gabinetes e não estamos com o nosso pessoal, que não está podendo vir. Muitas pessoas já estão até perdendo seus empregos. E aquela diarista, que depende do dinheiro da faxina para comer ou para dar comida aos filhos, não tem como ir trabalhar.

Por isso é necessário que haja esse entendimento imediato, pois as pessoas precisam trabalhar e os comerciantes têm de vender, senão terão de fechar as portas.

Srs. deputados, tenho em mãos relatos de algumas pessoas. Este aqui é da dona Ermendina de Souza, de 64 anos, que espera, desde as 7h, por um ônibus para Biguaçu, no terminal integrado do centro. Ela está na cidade desde a manhã de terça-feira, quando veio visitar o irmão internado no Hospital de Caridade, em Florianópolis. Sem dinheiro para pagar outro tipo de transporte, ela está lá sem saber o que fazer. Este é um dos problemas. A cidade parou. Então, tem que haver um entendimento.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - O próximo orador inscrito é o deputado Rogério Mendonça, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, público que nos ouve pela Rádio Alesc Digital e que nos assiste pela TVAL, gostaria hoje de fazer referência a alguns assuntos de muita importância para o estado de Santa Catarina.

O primeiro deles, se me permite, deputada Ada De Luca, minha amiga que representa o nosso partido na Mesa da Assembleia Legislativa, é o que está anunciando a imprensa hoje, e que se tem como verdade, em relação ao julgamento do governador Luiz Henrique no Tribunal Superior Eleitoral, na próxima terça-feira, dia 26.

Felizmente, está acontecendo esse julgamento após 841 dias de governo, de

mandato, num processo em que o TRE, Tribunal Regional Eleitoral, deputada Ada De Luca, já absolveu o governador por duas vezes, e o PP recorrePor isso, o julgamento está no Superior Tribunal Eleitoral, e o ministro relator, Felix Fischer, promete colocar em julgamento na próxima terça-feira.

É importante, sem dúvida, que se julgue logo. Eu tenho certeza, deputada Professora Odete de Jesus, de que o governador será inocentado, até porque é o único governador de Santa Catarina e do Brasil que se licenciou seis meses antes e três meses após as eleições. Portanto, abriu mão de todas as prerrogativas que tinha no seu mandato para poder concorrer a governador. Mas mesmo assim estão querendo imputar ao governador Luiz Henrique algo que realmente ele não cometeu, até porque quem conhece o governador Luiz Henrique, como nós conhecemos de perto, sabe da forma como ele é ao conduzir o governo, da sua preocupação para que as coisas corram corretamente, com honestidade, seriedade, e da sua preocupação com a correta aplicação dos recursos públicos, inclusive com relação à propaganda eleitoral.

Nós ficamos felizes por ver esse julgamento marcado, pois queremos que acabe de uma vez. E tenho certeza de que o governador Luiz Henrique também, para que esse fantasma desapareça e que ele possa terminar bem esse seu mandato, como tem feito até agora. Sem dúvida também essa situação acaba atrapalhando a administração de seu governo.

Outro ponto que eu gostaria de fazer referência é com relação a essa fusão anunciada das grandes empresas de Santa Catarina, talvez as maiores, a Perdigão, com sede em Videira, e a Sadia, com sede em Concórdia, deputado Moacir Sopelsa - e v.exa. foi prefeito e representa Concórdia e toda aquela região aqui na Assembleia Legislativa.

A Brasil Foods, empresa que está surgindo fruto dessa fusão, terá um faturamento de R$ 25 bilhões, aliás, esse faturamento aconteceu em 2008. E sem dúvida nós esperamos que os 116 mil colaboradores dessas duas empresas, através da Brasil Foods, permaneçam empregados e que não haja demissão de nenhum dos funcionários. Aliás, quando houve o anúncio da fusão, os presidentes das respectivas empresas anunciaram que não iria haver demissão de nenhum funcionário. É importante também que a sede dessa nova grande empresa que surge seja em Santa Catarina, no município de Itajaí, sem dúvida, aproveitando toda a infraestrutura portuária tanto de Itajaí como de Navegantes.

Vai haver um ganho, sim, um ganho em escala. Inclusive, muitos perguntam se vão ganhar ou perder com essa nova empresa, como ficará Santa Catarina com essa fusão? Eu tenho certeza de que todos vão ganhar, até porque sabemos, deputado Moacir Sopelsa, que o mercado cada vez mais exige preços baixos e competitividade, e essa nova empresa Brasil Foods, que surge, terá, com certeza, competitividade, principalmente no mercado internacional.

Eu, como bom corintiano que sou, fiquei feliz ao ver o anúncio da empresa na camisa do Corinthians, que anuncia a Batavo, que anunciou inclusive a Perdigão, e que já anuncia a nova empresa Brasil Foods. Portanto, é o meu time do coração, juntamente com o Figueirense.

Eu e o deputado Jailson Lima estivemos no Rio de Janeiro, no último fim de semana, e assistimos ao jogo do Avaí contra o Flamengo. Realmente o Avaí fez um belíssimo papel, uma partida belíssima, empatando com o Flamengo em pleno Maracanã.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Mas permito um aparte ao deputado Moacir Sopelsa, que com certeza conhece muito, mais do que nós todos, até porque foi secretário da Agricultura da região, essa nova empresa que surge no mercado brasileiro.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Muito obrigado, deputado Rogério Mendonça. Mas eu ficaria mais feliz se a camisa fosse, como bom oestino, da Chapecoense ou, então, do Internacional. Aliás, quem quiser ver uma seleção, saiba que jogam, hoje, Internacional e Flamengo. Vou estar lá, torcendo. Depois vai chegar a vez do Corinthians, pode ficar tranquilo, deputado Rogério Mendonça.

Queria dizer que ouvi o noticiário, ontem, até altas horas, sobre a fusão das duas empresas, e em todas as direções, deputado Rogério Mendonça, há uma preocupação forte com os empregados, com os consumidores. Mas não podemos deixar, e v.exa. disse, como ex-secretário da Agricultura, de estar preocupado com os integrados. Sem esse trabalho do integrado, do produtor, não teríamos o produto de tantas linhas que chegam às gôndolas dos nossos supermercados.

Então, foi bom que houve a fusão, devido à situação em que estamos. Encontrou-se uma solução. Mas espero que essa solução possa preservar o consumidor, o trabalhador, mas também, deputado Rogério Mendonça, v.exa. que é engenheiro agrônomo, que essa fusão olhe especialmente para aqueles que têm a primeira missão, que é produzir a matéria-prima para ser industrializada, que são os produtores, especialmente os integrados dessas duas empresas.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Obrigado pelo aparte, deputado Moacir Sopelsa.

Realmente, é uma grande empresa que surge, mas sem dúvida, além dessa nova empresa Brasil Foods, é importante que se diga que temos outras empresas que trabalham no setor de carne suína, bovina, avícola, como a Pamplona, que é da nossa região do alto vale do Itajaí, o Frigorífico Aurora, a Cargill, a Tyson Foods.

Também aproveitando este espaço, e o último minuto que falta, deputado Jailson Lima, gostaria de parabenizar a nossa senadora de Santa Catarina Ideli Salvatti, que acaba de assumir a liderança do governo no Congresso Nacional. Ela tomou posse pelas mãos do vice-presidente, José Alencar.

Realmente, é um orgulho para nós, de Santa Catarina, ter um dos senadores do estado na liderança do Congresso, assim como é importante que se diga também que o senador Raimundo Colombo é líder da Oposição no Senado. Tanto o Raimundo Colombo ocupa uma posição de destaque, como também a senadora Ideli Salvatti. Conhecemos bem o trabalho do senador Colombo e da senadora Ideli Salvatti. Aliás, com a senadora Ideli Salvatti já tive a oportunidade de conviver aqui na Assembleia Legislativa, e sei da forma como ela é combatente, aguerrida e como busca seus objetivos e seus ideais. Por isso ela é senadora e por isso, com muita justiça, ela é a líder, também, do governo no Congresso Nacional.

Por último, não poderia deixar de utilizar a palavra para lamentar o que aconteceu em Santa Catarina, Ilhota e região, em relação àquele comerciante que roubou e que estava vendendo indevidamente mercadorias que vieram de outros estados, em solidariedade aos catarinenses. É uma mancha para o nosso estado de Santa Catarina, infelizmente.

Conheço bem o prefeito de Ilhota, Ademar, e sei da sua seriedade e que de forma alguma existe envolvimento desse prefeito, da sua administração. Mas lamento muito...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Deputado Rogério Mendonça, v.exa. poderá usar o microfone de apartes para concluir o seu pronunciamento.

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Rogério Mendonça.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Muito obrigado, deputado Dagomar Carneiro.

Voltando ao assunto, eu gostaria de lamentar o que aconteceu lá em Rio Negrinho, onde foi presa essa mercadoria. Lamento muito porque brasileiros de diferentes regiões do Brasil se solidarizaram com Santa Catarina, ajudaram, mandaram roupas, mandaram comida, foi uma mobilização grande do Brasil e de Santa Catarina para ajudar aquelas pessoas. Mas, infelizmente, um comerciante de má índole vem manchar a imagem do nosso estado. E isso temos que lamentar. Sabemos que é uma exceção, que não é a regra no nosso estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Dirceu Dresch, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, neste dia de hoje, ao ocupar esta tribuna, no meu início de fala, quero, também, como falou o nosso deputado colega Peninha, cumprimentar a nossa senadora Ideli Salvatti pelo trabalho que vem realizando e pelo reconhecimento que tem do nosso presidente Lula, em poder ser indicada neste momento para representar o Congresso Nacional e também Santa Catarina, com certeza.

É uma liderança que tem lutado muito pelo nosso estado e que se tem

destacado. E não é por acaso que Santa Catarina é um dos estados com grandes investimentos no PAC também. Inclusive, ontem, pela manhã, tivemos aqui o lançamento de mais um investimento importante, através da prefeitura, da Casan, para o saneamento básico de Florianópolis, através de uma posição muito firme do nosso governo federal, do presidente Lula, de corrigir uma questão histórica, uma falta de investimento público aqui em Santa Catarina na questão do saneamento básico.

Santa Catarina é um estado já bem avançado, bem desenvolvido, mas, infelizmente, estamos com 90% do nosso saneamento básico, do nosso esgoto, sem tratamento. Então, esse investimento que está vindo aí, via PAC, via Casan, via governo do estado e município, para Florianópolis, com certeza vai mudar a vida da população e o futuro desta cidade.

Portanto, quero cumprimentar a senadora por todo esse trabalho que vem realizando, por essa interlocução no governo federal e pelos recursos importantes que estão sendo investidos. Essa é uma ação histórica, em que um governo, o governo Lula, vai investir, até 2010, mais de R$ 500 bilhões, e eu sempre digo, sem buscar nenhum real do Fundo Monetário Internacional, sem buscar nenhum real lá fora. Ele fará esses investimentos aqui no nosso estado, em todas as regiões e, principalmente, nas grandes cidades, nas regiões metropolitanas deste nosso país, mas também aqui em Santa Catarina e na nossa bela capital do estado.

Então, junto com os nossos deputados que já no dia de ontem ocuparam esta tribuna, também estaremos apresentando, daqui a pouco, um requerimento solicitando o envio de mensagem telegráfica à senadora Ideli Salvatti, parabenizando s.exa. pela liderança no Senado.

Também quero, falando em recursos para Santa Catarina, comentar aqui um importante convênio que o ministério do Desenvolvimento Agrário está fazendo com a nossa importante empresa Epagri. Refiro-me a um repasse em torno de R$ 8 milhões, assinado nesses últimos dias. Inclusive, uma das ações desse programa é a compra de 240 veículos para o trabalho dos nossos técnicos nos municípios.

É um repasse para a nossa histórica e importante empresa que atua junto aos nossos agricultores, nos municípios do estado de Santa Catarina, e principalmente é uma ação de compra de automóveis para servir ao trabalho dos nossos técnicos, dos nossos agentes que estão lá nos municípios do estado de Santa Catarina. Além da compra de carros, em outro momento vamos aqui detalhar melhor sobre o que está incluído nesse convênio que o ministério do Desenvolvimento Agrário está assinando com a Epagri.

Com certeza esse recurso vai contribuir muito para que os agricultores tenham um maior atendimento nos municípios, e o desafio da Epagri é cada vez maior em contribuir nesses momentos de dificuldades, de enchentes em algumas regiões, de estiagem em outras. Agora, a Epagri terá maiores condições de ajudar os agricultores a pensar em novas estratégias de produção, em novas atividades nas propriedades, eis que os próprios centros de pesquisas são importantes nessas atividades.

Queremos comunicar também que na próxima sexta-feira, pela manhã, estaremos em Anita Garibaldi fazendo um debate sobre pesca em tanque-rede, que é uma nova atividade que o ministério da Pesca está desenvolvendo no Brasil.

Há poucos dias, inclusive, estivemos debatendo isso pelo estado afora, sobre a importância que esse ministério vem tendo para Santa Catarina, liderado pelo ministro Altemir Gregolin que, com toda a sua equipe, está fazendo um grande esforço para trabalhar muito bem essa questão da pesca, para que ela seja mais uma atividade de renda para os agricultores que atuam nessa área de açudagem e também para os agricultores, os pescadores, na área litorânea, na nossa pesca no mar ou em alto mar.

Vamos discutir também esse potencial econômico e de renda dos nossos agricultores e das populações ribeirinhas dos lagos das nossas hidrelétricas. Na sexta-feira, vamos fazer um amplo debate com toda comunidade regional, no município de Anita Garibaldi, juntamente com o ministério do Desenvolvimento Agrário, com o ministério da Pesca, com a Epagri, com as prefeituras, universidades, para ampliar esse debate, divulgar as políticas e construir naquela região do planalto serrano, onde já existem hidrelétricas grandes, também PCHs, hidrelétricas pequenas que possam aproveitar essa água dos lagos para a produção do pescado.

Então, são várias atividades que estão sendo realizadas pelo estado afora, e o nosso papel, como parlamentar, é divulgar essas políticas e fazer com que a população possa ter novas atividades de renda e melhorar a sua condição de vida.

Para finalizar, gostaria de dizer que estivemos hoje pela manhã com o deputado Serafim Venzon. E o nobre deputado, certamente, vai comentar sobre a nossa ida aos Correios. Essa é uma articulação que já estamos algum tempo conversando, dialogando. E hoje, pela manhã, tivemos essa iniciativa de ir à direção dos Correios do estado de Santa Catarina, à superintendência, para discutir justamente o acesso dos nossos agricultores, das nossas comunidades do interior, porque é um direito das pessoas o acesso à informação.

Muitas cartas, inclusive nossas, dos próprios parlamentares, endereçadas às comunidades do interior, as famílias acabam não recebendo. Elas estão voltando! Depois de uns dias nos Correios, elas voltam para os nossos gabinetes, porque não estão indo para o seu destino. Então, estamos discutindo a possibilidade de facilitar isso, lá na ponta, com os agricultores.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - V.Exa. me concede um aparte, sr. deputado?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não!

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Deputado Dirceu Dresch, esse trabalho, com certeza, é justamente para a inclusão postal.

As pessoas que moram no campo já têm estradas ruins; o telefone lá não existe na maioria das vezes; o médico vai uma vez por semana ao posto de saúde, e às vezes falha; a escola deixa muito a desejar; as crianças precisam ser removidas de um lado para outro e passam a metade do tempo dentro do ônibus. Portanto, morar no campo tem uma porção de desvantagens, ao passo que é tão belo.

Nós poderemos reverter a questão postal, com certeza, com a colaboração de v.exa., do seu partido e dos 40 deputados, pois se trata de um programa, de uma intenção suprapartidária. E no nosso entender, o programa postal, a inclusão postal também é uma questão de cidadania.

Muito obrigado pela oportunidade do aparte, deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Exatamente, essa luta, esse trabalho é necessário para que as pessoas tenham mais acesso às informações. Nós já estamos na era digital, da internet, e as pessoas têm dificuldade de fazer chegar uma cartinha enviada para um parente, um deputado, uma liderança nas comunidades do interior por este estado afora.

Então, essa é uma luta importante. Há vários encaminhamentos a fazer para justamente garantir esse acesso das famílias do interior à postagem da cartinha lá nas comunidades.

Estes eram os nossos assuntos no dia de hoje.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Queria cumprimentar e agradecer a presença de uma comitiva do Sindicato dos Estivadores do Porto de São Francisco do Sul, pois a logística portuária também prevê o bom tratamento a todos os estivadores.

Gostaria de cumprimentar o sr. Vander Luiz da Silva, presidente do sindicato; o sr. Jean Carlos da Silva, um dos diretores; e o vereador Salvador Luiz Gomes, de São Francisco do Sul, que estão participando das atividades desta Casa e trazendo inúmeras reivindicações para melhorar não só o serviço do porto daquele município, mas também as questões gerais daquele município.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Feito o registro, deputado Serafim Venzon, também damos as boas-vindas à comitiva de São Francisco do Sul.

Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Quero cumprimentar os companheiros deputados desta Casa, o deputado Dagomar Carneiro, que preside esta sessão e os telespectadores da TVAL.

Na semana passada, estivemos ausentes deste plenário, porque estávamos empreendendo uma missão na cidade de Brasília, atuando numa série de questões importantes para o estado de Santa Catarina e para o alto vale, região onde eu resido.

Na nossa incursão a Brasília, em umas das agendas estava um encontro com o ministro da Previdência Social, o nosso companheiro José Pimental, do PT. Fizemos um debate, juntamente com o deputado Cláudio Vignatti, sobre a importância do ministério da Previdência Social suprir nos seus quadros um programa de reabilitação profissional para os pacientes que foram lesionados na frente de trabalho, através de acidentes de trabalho ou de doenças ocupacionais.

Nós fizemos uma série de audiências públicas em Jaraguá do Sul, Blumenau, Rio do Sul, bem como em Florianópolis, quando da homenagem ao Dia Mundial dos Lesionados em Acidentes de Trabalho. Colocamos ao ministro que vamos lhe entregar um documento ressaltando a importância de alguns eixos que a Previdência Social precisa ter, deputado Dirceu Dresch. Conseguimos muito mais do que esperávamos porque, no dia 3 de julho, já com data marcada, estaremos fazendo aqui, em Santa Catarina, uma audiência com a presença do ministro da Previdência. E ele faz questão de receber esse documento aqui, na própria Assembléia Legislativa.

Ele também assumiu o compromisso de, nesta audiência, não apenas debater as questões norteadas pela necessidade da ampliação e melhoria do atendimento da Previdência Social, deputado Ismael dos Santos, mas também a necessidade de ter um braço delegado para as questões de saúde do trabalhador, um departamento específico para trabalhar essas questões, e que politicamente interaja com o movimento sindical, com o segmento produtivo, e também com o ministério da Saúde. Os custos para o trabalhador são elevados e para a Previdência Social, muito mais.

Além disso, assumiu o compromisso também com a expansão da rede da Providência Social em Santa Catarina, onde teremos mais 14 novas agências, e uma delas será na cidade de Ituporanga. Já mantivemos contato com o prefeito Osni Francisco de Fragas (Lourinho), que disponibilizará o terreno onde será construída uma sede modelo, com um investimento da ordem R$ 1,2 milhão.

O ministro José Pimentel tem a preocupação de que a Previdência Social dê um atendimento digno ao seu usuário. Ele está preocupado não apenas em termos de acompanhamento dos projetos sociais, mas com a forma mais ágil possível de atuar na área das perícias médicas, e, principalmente, está trabalhando junto ao ministério da Fazenda a importância do concurso público para a contratação de profissionais, a fim de munir a Previdência Social com funcionários que continuem trabalhando, principalmente na questão da profissionalização e reabilitação dos acidentados.

Aqui nesta Casa foi constituída a comissão de Agricultura e Pesca - e tivemos o privilégio de ter também uma audiência com o ministro Altemir Gregolin -, e estaremos fazendo, na segunda quinzena de julho, na cidade de Rio do Sul, um grande seminário sobre aquicultura e pesca.

No ano passado, por incrível que pareça, deputado Moacir Sopelsa, o Brasil importou tilápia da Ásia, enquanto Santa Catarina tem potencial para suprir toda a demanda brasileira nesse segmento. E o município onde mais se produz peixe de água doce em Santa Catarina é Agrolândia, no alto vale. Assim, ele assumiu conosco o compromisso de fazer um levantamento para que lá nós tenhamos uma unidade de beneficiamento de pescados para que possamos agregar valor, principalmente ao produtor da agricultura familiar, àquelas famílias que se atêm à terra e dali tiram o seu sustento e colocam na mesa de quem mora nos centros urbanos o alimento necessário.

Com a nossa atuação, em Brasília, também conseguimos angariar recursos para o Hospital Regional do Alto Vale, um hospital de referência no estado de Santa Catarina, que presta um trabalho de qualidade pelos profissionais que lá atendem em todas as áreas, e não apenas a população do alto vale.

Também conseguimos a garantia de recursos para o Ancionato Recanto do Sossego, localizado na querida de cidade de Braço do Trombudo, cujo prefeito é o sr. Vilberto Müller Schovinder, do PR. Esse ancionato é dos mais antigos de Santa Catarina. Sua estrutura física é de madeira e, recentemente, houve uma intervenção da Vigilância Sanitária, porque essas instalações não são mais permitidas nos dias de hoje, pois é necessária uma estrutura mais condizente com o atendimento àqueles idosos que estão lá, muitos deles enfermos. E eu, que sou médico, tenho sempre essa preocupação.

Existe um projeto a ser construído até o ano de 2015 para ampliar a rede de atendimento para os idosos, que muitas vezes hoje não têm onde ficar. E, posteriormente, após a adequação da área física, o nosso trabalho será no sentido de que aquela entidade seja reconhecida perante o ministério do Trabalho, através de um convênio que traga mais recursos a fim de que possam conduzir o atendimento com mais eficiência.

Então, a nossa ida a cidade de Brasília, juntamente com os deputados Claúdio Vignatti, Décio Lima e Jorge Boeira - e tenho que ressaltar aqui a figura do grande deputado João Matos, da região -, permitiu que fizéssemos uma série de encaminhamentos importantes para o nosso estado.

E, logicamente, como um membro do PT, não poderia deixar de enaltecer, neste momento, a grande figura pública do estado de Santa Catarina, a nossa senadora Ideli Salvatti. Para nós é um privilégio ter - no primeiro mandato, e agora durante esse mandato do governo Lula - uma figura da imponência da nossa senadora conclamada pelo nosso presidente a ser líder de governo no senado.

Para ser líder de governo numa Casa como aquela, tem que se ter fibra, garra, capacidade de luta, intervenção, convicção e, principalmente, credibilidade pública para cumprir com o seu papel. A nossa senadora catarinense Ideli Salvatti orgulha-nos nesse papel. É uma figura que qualquer estado gostaria de ter como senadora, e mais uma vez vamos tê-la como líder do governo no Senado, tendo assim a nossa senadora mais espaço junto ao governo federal.

Para encerrar, gostaria de registrar que, nesta quinta-feira, em Rio do Sul, na Câmara de Vereadores, estaremos fazendo uma audiência pública com o setor de facções, tendo em vista que o alto vale é um setor têxtil, um segmento importante para a economia local.

Estaremos organizando o setor de facções para que tenha mais condições de negociação de forma cooperativada, poder de compra para equipamentos e máquinas, e, principalmente, ajude a sociedade do alto vale a evoluir, consolidando esse polo econômico como um polo importante no estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, queria cumprimentar o prefeito de Cocal do Sul, Nilso Bortolatto, que vem a esta Casa acompanhar os nossos trabalhos e também trazer projetos para o seu município em diversas secretarias do estado.

Também se encontra presente nesta Casa o maestro da Orquestra Sinfônica de Santa Catarina, que pede apoio a um projeto importante para essa instituição cultural.

Quero, ainda, cumprimentar o Claudinei Souza, da Associação das Rádios Comunitárias do Vale do Itajaí - Arcovali -, bem como o presidente do PSDB de Indaial, que vêm a esta casa fazer um convite para o V Congresso Estadual de Radiodifusão, que vai acontecer no dia 4 de julho do corrente ano, em Lages.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao DEM.

Com a palavra o sr. deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente e srs. deputados, esta Casa aprovou projeto do deputado Onofre Santo Agostini, que proibia a prática do trote violento, agressivo nas instituições de ensino superior, no estado de Santa Catarina.

Buscando aprimorar essa discussão e esse debate neste Parlamento, estamos dando entrada nesta Casa a um novo projeto, na esteira do que propôs o deputado Onofre Santo Agostini, em que os infratores, no que diz respeito ao trote, para fins dessa lei complementar, ficam proibidos de usufruir do art. 170 da Constituição do estado, aprovado nesta Casa, que possibilita as bolsas de estudo em instituições de ensino superior em Santa Catarina.

Basicamente o Projeto de Lei Complementar n. 0020/2009, que estamos dando entrada nesta Casa, diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"Art. 1º. Esta Lei Complementar dispõe sobre a proibição de concessões dos benefícios do art. 170 da Constituição do

Estado aos alunos que coordenarem, incentivarem ou praticarem trote contra calouros nas instituições de ensino superior do estado de Santa Catarina.

Art. 2º. Considera-se trote, para fins desta Lei Complementar, dentre outras práticas, condutas promovidas contra calouros que:

I - ofendam sua integridade física, moral ou psicológica;

II - importem em seu constrangimento;

III - os exponham de forma vexatória; e

IV - impliquem pedido de doação de bens ou dinheiro."

E nós propomos o seguinte:

(Continua lendo.)

"Art. 3º. O aluno que constar da lista de praticantes de trote não poderá receber os benefícios do art. 170 da Constituição do estado por dez anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas na legislação vigente."[sic]

Nós, entendemos, sr. presidente e srs. deputados, que o projeto de lei complementar que estamos propondo a esta Casa vedando a concessão de benefícios previstos no art. 170 da Constituição justifica-se com base no próprio art. 170 da Constituição estadual, que diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"Art. 170. O estado prestará anualmente, na forma da lei complementar, assistência financeira aos alunos matriculados nas instituições de educação superior legalmente habilitadas a funcionar no estado de Santa Catarina."[sic]

Nós entendemos que, por meio do texto legal aqui apresentado, os alunos do ensino superior, ao praticarem atos contra calouros ofensivos a sua integridade física, moral, psicológica, que importem em seu constrangimento, que venham, de uma forma ou de outra, implicar em pedido de doações de bens ou dinheiro, ficam, então, inabilitados a gozarem dos benefícios a que aludem as normas constitucionais e legais aludidas nesse projeto.

Por isso, sr. presidente e srs. deputados, de uma forma muito sintética, essa é a proposta da lei que estamos propondo ao Parlamento catarinense.

Entendemos que, mesmo estando em pleno século XXI, infelizmente práticas arcaicas, desumanas, desrespeitosas, de extremo mau gosto, continuam vigentes em instituições de ensino, mesmo nas mais tradicionais de Santa Catarina.

Se por um lado a violência física não é tão presente em nosso estado quanto em outros, mas ainda perdura a violência moral, o constrangimento, a humilhação, práticas usuais para alunos de determinados cursos em certas instituições, sobretudo nas instituições mais antigas no estado de Santa Catarina.

Por isso não é admissível que alunos simpatizantes da baderna, da violência, frequentem o ensino superior à custa do dinheiro do contribuinte catarinense. Mesmo com a Lei n. 11.158, que acabamos de citar, de autoria do deputado Onofre Santo Agostini, em vigor desde 1999, a prática ainda continua presente a cada novo semestre, e sem prejuízo às demais penalidades civis e criminais vigentes.

Nós, que temos percorrido o estado de Santa Catarina, sabemos ser necessário que esses escassos recursos do art. 170 - e é cada vez maior a demanda, o clamor por esses recursos - sejam empregados exclusivamente para alunos comprometidos com a ética, com a cidadania e com o respeito ao próximo.

Se o risco de expulsão não faz cessar esta prática, talvez a penalização financeira o faça. Por isso entendemos a importância meritória desse projeto e do que diz respeito ao art. 170 - bolsas de estudos do governo do estado nas Instituições de ensino superior.

Obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Kennedy Nunes, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, funcionários da Casa, colegas da imprensa, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, catarinenses, hoje venho falar de um fato, deputado Genésio Goulart, muito interessante. Eu participei, na semana passada, da reunião do Comitê de Segurança da secretaria de Desenvolvimento Regional de Joinville, criado por sugestão do deputado Nilson Gonçalves, envolvendo todas as autoridades da questão de segurança, deputado José Cardozinho.

Nós estávamos trabalhando e o que me chamou a atenção foi uma pesquisa realizada na Penitenciária Industrial de Joinville, pelo seu diretor, o policial Richard Harisson, que traz, no mínimo, uma forma para pensarmos com relação ao grau de instrução dos seus detentos ou recuperandos: 63% têm ensino fundamental incompleto, 2% são analfabetos, 3% são apenas alfabetizados, 12% têm o fundamental completo, 10% têm o ensino médio completo, 8% têm o ensino médio incompleto e apenas 2% têm o ensino superior incompleto. Ou seja, nós começamos a observar que a clientela da penitenciária de Joinville não tem estudo.

Primeiro, 63% ou quase 70% não têm estudo, deputado Genésio Goulart, têm apenas o primário incompleto. Aí nós falamos que a sociedade prende o infrator para restabelecer a ordem e, automaticamente, fazer com que ele volte a ter a mesma vida na sociedade. Ou seja, reintegrá-lo à sociedade.

Essa pesquisa feita na penitenciária de Joinville mostra que 44% das pessoas que estão lá dentro são reincidentes, deputado Reno Caramori. Já foram presos, saíram e voltaram a ser presos novamente. E 39% dessas pessoas estão lá pela primeira vez, mas já têm condenação, ou seja, apenas 17% estão lá como primários. Como se isso não bastasse, temos a procedência, pois 84% vêm da área urbana e 16% da área rural.

Agora, vejam que temos um número de quase 70% dos reclusos, deputado Sargento Amauri Soares, que não têm ensino, não tiveram educação. Aí nós questionamos que tipo de reclusa é essa? E qual a idade dos detentos? Pois pasmem os senhores: 66% dos presos da penitenciária de Joinville têm entre 18 e 29 anos. Quer dizer, juventude em pleno vigor para trabalhar, que não tiveram estudo, não passaram por uma prevenção e acabaram caindo na penitenciária. Por que caíram na penitenciária? Por que 58% das pessoas que estão lá pagam pena por crime contra o patrimônio? Quem está ocupando o nosso presídio, a nossa penitenciária, pelo menos lá em Joinville, é o jovem que não estudou e que rouba. E para quê? Para manter o uso da droga. Por essa pesquisa, apenas 18% estão lá por tráfico de drogas.

Esse é um dado que me fez ainda mais acreditar em duas coisas. Primeiro, que é preciso fazer prevenção através da educação; segundo, que é preciso combater não só o pequeno, mas o grande traficante. Quem está sendo preso, deputado Ismael dos Santos? É o usuário, o viciado que está roubando para manter o vício! É ele que está sendo preso, e o bom da boca não vai! E onde está o trabalho do governo do estado nesse setor?

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Deputado Kennedy Nunes, de fato a questão penitenciária e carcerária neste país é alarmante. Eu estava vendo um dado que mostrava que nós estamos com 400 mil encarcerados em Santa Catarina, e que temos 400 mil médicos. Imaginem, é um contraponto. Quatrocentos mil médicos e 400 mil encarcerados.

V.Exa. me chamou a atenção sobre a questão desse paralelo com as drogas. Em Blumenau até agora, neste ano de 2009, de dez homicídios que ocorreram, nove envolveram a questão das drogas.

Nós tínhamos uma casa em reabilitação. O custo mensal de reabilitação do dependente químico na nossa casa é R$ 200,00. E todos sabem que o custo de um presidiário no país, hoje, é de R$ 1,6 mil...

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - É oito vezes mais.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - O cidadão paga R$ 1,6 mil para cada detento. E, pior do que isso, é saber que 30% da população carcerária, hoje, no Brasil estão com o vírus HIV.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - É preciso trazermos esses dados, deputado Ismael dos Santos, para que a sociedade saiba que para reabilitar alguém, para tirá-lo da droga, custa R$ 200,00, e para mantê-lo lá dentro da cadeia custa R$ 1,6 mil.

Volto aqui para falar e cobrar do governo do estado, do governador Luiz Henrique, onde estão as ações do governo em políticas públicas de prevenção ao uso das drogas? Onde estão as oportunidades para os jovens entrarem no mercado de trabalho, deputado Gelson Merísio? Há alguma preocupação do governo para com esse jovem que está indo para a droga?

Mas o governo prefere não fazer nada e depois ficar tendo que fazer combinações com o Ministério Público para construir cadeias, para manter lá esses jovens, deputado Genésio Goulart, que, infelizmen-

te, estão pagando por um preço que, muitas vezes, a culpa é do próprio estado que não faz políticas públicas para prevenção.

Este é assunto sério! E hoje na comissão de Segurança nós aprovamos um pedido de informação, de autoria do deputado Pedro Uczai, para que o governo possa fazer esse tipo de pesquisa em todas as penitenciárias e presídios de Santa Catarina, para sabermos o perfil do nosso presidiário.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PRB.

Com a palavra a deputada Professora Odete de Jesus, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, faço uso da tribuna no horário do meu Partido Republicano Brasileiro para lançar um convite a v.exas. para participarem conosco, no estado do Pará, nos dias 27, 28 e 29, da 13ª Conferência Nacional dos Legislativos Estaduais.

Estarei representando o estado de Santa Catarina, este Poder, e provavelmente hoje, na reunião da Mesa, serei reconduzida a participar novamente da executiva da União Nacional dos Legislativos Estaduais. Então, aproveito para agradecer ao presidente e a todos os integrantes da Mesa.

Eu tenho como assessora a Sônia Arruda, que está fazendo um belo trabalho frente a essa entidade tão respeitada em nível nacional e internacional, porque nós fizemos uma gestão muito abençoada. E o deputado Renato Hinnig certamente também fará o convite, já que é um trabalho conjunto, pois quanto mais pessoas participarem dessa delegação, será melhor. O estado de Santa Catarina sempre teve uma boa representatividade, e certamente este ano também terá.

Quero dizer a v.exas. que os temas abordados são muito importantes, pois estaremos discutindo sobre a crise econômica mundial, os efeitos na saúde pública, a reforma tributária, a seguridade social. Estaremos falando também sobre a saúde pública brasileira na visão dos profissionais da saúde e aspectos gerais.

Nós teremos uma programação muito consistente na terça-feira, quando serão feitos os credenciamentos; no dia 28 haverá a abertura dos trabalhos no hangar do Centro de Convenções e Feiras da Amazônia. Certamente, teremos um momento, um espaço livre para usar da tribuna, e falarei sobre a Cartilha dos Direitos do Paciente, levando o modelo da nossa lei, com seus 33 artigos, para servir de exemplo para outros estados.

Então, srs. deputados, gostaria de lançar o convite a todos os associados da União Nacional dos Legislativos Estaduais para que façam parte dessa nossa comitiva. Eu peço escusas ao presidente da comissão de Finanças e Tributação, deputado Marcos Vieira, pela minha ausência na reunião de quarta-feira, porque estarei representando o Poder Legislativo e, por que não dizer, o estado de Santa Catarina.

Conto com a presença de v.exas.! Um abraço bem grande e que Deus abençoe a todos.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Pedro Uczai, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, público que visita este Parlamento, subo a esta tribuna para construir um diálogo democrático, plural e divergente ao discurso do deputado Marcos Vieira, que tem tecido aqui críticas ao nosso governo e a uma grande empresa que, na década de 50, nasceu da luta e da resistência do povo brasileiro.

O povo brasileiro construiu a Petrobras na década de 50; a Eletrobrás, na década de 60; a CSN, a Vale do Rio Doce, na década de 40 - e parte delas já foi privatizada. Agora a CPI da Petrobras é a desqualificação da estatal, já que é uma das maiores empresas do mundo que é ainda estatal, porque o governo anterior, o governo neoliberal privatizou a maior parte das estatais deste país.

O governo neoliberal anterior construiu e fez coletiva para a imprensa mudando o nome de Petrobras para PetroBrax. Anunciou, e eu trouxe agora os documentos nos jornais, deputado Elizeu Mattos, para internacionalizar a marca e vendê-la para o capital estrangeiro. Houve reação nacional, reação da sociedade civil, e o governo Fernando Henrique Cardoso teve que recuar. Pretendiam vender toda a Petrobras, privatizá-la. Existem dados literais sobre isso e o ex-presidente da PetroBrax anunciou: "Temos o aval do presidente Fernando Henrique Cardoso".

Agora, a Petrobras, que encontrou o pré-sal, é a maior empresa investidora do Brasil. De longe, mais do que o governo Luiz Henrique da Silveira, do que o governo de São Paulo ou de qualquer outro governo estadual, só a Petrobras investe no país.

Quais são os interesses? Como é uma empresa de capital aberto, deputado Renato Hinnig... E v.exa., que conhece essa área da fazenda, de empresas, sabe que divulgando, questionando a imagem de uma empresa, suas ações correm o risco de cair, de serem depreciadas.

Querem questionar a Petrobras na sua eficiência? Vamos discutir a lucratividade nesses seis anos. Querem discutir sob o ponto de vista estratégico? Vamos discutir o pré-sal e os investimentos da Petrobras nos vários campos de águas profundas no Brasil. Querem discutir a expansão da Petrobras no contexto internacional? Percebemos as parcerias da Petrobras com vários países do mundo. Querem discutir preço do petróleo? Vamos discuti-lo nos vários momentos da história, ou seja, quanto custou o petróleo, o diesel ou a gasolina em dólar no período FHC, e quanto custou no nosso governo. Querem discutir eficiência ou a privatização dessa empresa pública?

Estão antecipando o processo eleitoral de 2010! Começam a questionar um patrimônio que é do povo brasileiro! Não à privatização da Petrobras! Chega de neoliberais no mundo, os responsáveis pela crise de hoje! Quem perde emprego são os trabalhadores! Quem perde renda são os agricultores! Quem perde renda é a classe média, pois os banqueiros continuam sobrevivendo e tendo muito lucro no Brasil e no mundo!

Por isso, temos que defender o setor produtivo! Por isso, deputado Manoel Mota, com toda a sua tradição democrática, é preciso defender a estatal, defender a Petrobras! A história do PMDB é de defesa do estado, do patrimônio brasileiro. Não vamos nos ajoelhar aos pés dos neoliberais que perderam no passado, e que estão perdendo hoje no mundo todo! Querem fazer da Petrobras o espaço da Oposição, da desqualificação e da desvalorização das suas ações no mercado, do seu desmonte para torná-la o quê? Qual a finalidade? Então, vamos fazer um debate aberto.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Concedo um aparte ao deputado Dirceu Dresch. Neste momento é importante o pronunciamento do nosso partido e da liderança da nossa bancada.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Deputado Pedro Uczai, v.exa. traz este tema e representa muito bem a nossa bancada, o nosso partido, nessa defesa conflitante. Com certeza, temos a visão do fortalecimento do estado e das empresas públicas. E, de outro lado, temos uma visão de enfraquecimento, de privatização do estado brasileiro. Isso ficou muito claro na história. E a sociedade brasileira fez uma opção pela eleição do presidente Lula, pelo governo do presidente Lula, que vem trabalhando o fortalecimento dessa tão importante empresa. Poderíamos citar outras, mas estamos falando aqui da Petrobras.

Então, quero parabenizar v.exa. e dizer mais: infelizmente, foram vendidas as nossas empresas que produziam insumos para os agricultores; infelizmente, as nossas duas empresas foram privatizadas e hoje os agricultores estão nas mãos das multinacionais, estão nas mãos da Monsanto. E os agricultores me perguntaram por que motivo o adubo está tão caro, por que motivo a ureia está tão cara? Mas há uma decisão da Petrobras de investir em produção de insumos para o futuro. Daqui a oito, dez anos, nós iremos produzir novamente insumos para a agricultura, via nossa grande empresa Petrobras.

Então, parabéns a v.exa. pelo seu pronunciamento. E o caminho é este: a luta pelo fortalecimento da empresa pública brasileira.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Os agricultores têm que reagir. V.Exa. muito bem disse que o fertilizante está nesse preço porque as empresas foram privatizadas, os neoliberais as privatizaram.

Em segundo lugar, quero dizer que quando o representante da Caixa Econômica Federal esteve aqui, os prefeitos de todo o Brasil, de todos os partidos, parabenizaram a Caixa pelo fato de ela ter feito mais concursos e de ter colocado técnicos para responder por ela, porque até poucos anos

atrás não havia nem emenda parlamentar para mandar para os municípios. Agora esses técnicos é que estão assessorando e subsidiando os municípios para fazer política pública e mudar a vida do povo.

Temos o Banco do Brasil e a Petrobras, que são o símbolo do povo brasileiro, o símbolo da resistência. Não vamos privatizar a Petrobras! Pelo anúncio do presidente Lula, ele quer fazer do pré-sal um fundo para a saúde e para a educação do Brasil, ou seja, que parte dos recursos da Petrobras extraídos do pré-sal seja para uma revolução na saúde e na educação do povo brasileiro. Por isso os neoliberais não querem Petrobras pública e estatal.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Sargento Amauri Soares, que poderá falar da tribuna, uma vez que o horário a seguir é da bancada do seu partido, o PDT.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Então, eu vou deixar esse tempo para o deputado Dagomar Carneiro se pronunciar, conforme foi estabelecido, se não houver condições de outro partido fazer uso nesse horário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Nós vamos, então, passar para o partido seguinte, que é o PMDB. Se, no final, houver a possibilidade de recuperarmos o tempo e um acordo de líderes, nós faremos isso.

Mas, antes disso, com a palavra, pela ordem, o deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, sr. presidente.

Eu queria anunciar a presença, no Poder Legislativo, do presidente da Câmara Municipal de Major Gercino, Saulmir Zunino, do PDT, assim como de João David, candidato a prefeito na última eleição daquele município.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinado são PMDB.

Com a palavra o deputado Renato Hinnig, por até 19 minutos.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Digital Alesc, ocupo a tribuna, na data de hoje, para expressar a minha alegria e contentamento por ter tido a oportunidade de participar, no último final de semana, em Santa Catarina, do encontro WTTC que, sem dúvida alguma, cumpriu, além das suas expectativas, com aquilo que esperávamos.

Empresários do setor de turismo do mundo inteiro aqui se fizeram presentes. Esteve também na abertura desse encontro o nosso presidente Lula, que em reunião privada, acompanhado do governador Luiz Henrique, com os maiores investidores do mundo na área do turismo, teve a oportunidade de ver o potencial do Brasil nessa área, especialmente de Santa Catarina.

Eu não tenho dúvidas em afirmar nesta Casa que o nosso estado não será mais o mesmo depois da realização desse evento. E muitos criticaram o volumoso investimento feito para que ele fosse trazido para Santa Catarina, mas, sem dúvida alguma, esse valor investido irá retornar muito rápido ao nosso estado.

Quero parabenizar todos aqueles que participaram da organização desse evento, porque certamente tiveram muito trabalho e uma montagem de logística muito grande para atender às necessidades de um encontro desse porte. E pelo fato de se fazer presente o presidente da República, certamente a logística aumentou consideravelmente.

Tudo que aconteceu durante o evento merece registros positivos. Da parte do governo do estado, houve a apresentação de um caderno de oportunidades de negócios que estão formatados para serem implantados no estado no valor de R$ 135 bilhões. E muitos investidores demonstraram real interesse em fazer esses investimentos. Sobrevoaram áreas do nosso litoral, sobrevoaram áreas do planalto serrano, da nossa serra, e já iniciaram conversações no sentido de implantar empreendimentos turísticos em Santa Catarina.

Aqui mesmo na Grande Florianópolis, em Governador Celso Ramos, confirmou-se o interesse de um grupo espanhol de fazer investimentos de R$ 12 bilhões, gerando cerca de 12 mil empregos diretos e indiretos. Sem dúvida alguma, essa é a indústria do futuro; sem dúvida alguma, o turismo é que vai trazer oportunidade de renda para as pessoas; sem dúvida alguma, o turismo é que vai fazer com que seja gerado trabalho para as pessoas, de forma qualificada.

Mas para isso, daqui para frente, precisamos cada vez mais estar atentos a essa nova realidade. O governo do estado tem procurado fazer a sua parte, e não é para menos que durante o governo Luiz Henrique já foram implantados no estado 14 centros de evento espalhados pelo estado inteiro, outros três estão sendo construídos, em fase de conclusão, até o ano que vem.

É por isso que houve a preocupação em dotar todos os municípios catarinenses de acesso asfáltico; é por isso que está tendo a preocupação de dotar 100% das residências de Santa Catarina com energia elétrica; e é por isso também que está chegando agora, na Assembleia Legislativa, mais um projeto de lei que visa autorizar o estado a avalizar um empréstimo da Casan, junto ao J-BIC, no valor de US$ 140 milhões, para que seja implementado o esgoto sanitário de todo o nosso litoral catarinense.

Infelizmente, durante muitos anos Santa Catarina tem apresentado índices vergonhosos na questão do tratamento de esgoto, mas agora, com a parceria do governo federal e a forma decidida de o governo do estado conduzir essa questão, nós conseguiremos, em pouco tempo, com os recursos que aqui estão chegando, zerar o déficit de esgoto pelo menos no nosso litoral, para, a partir daí, avançarmos também na dotação de todos os municípios de esgoto sanitário, porque se quisermos ter turismo de qualidade, se quisermos efetivamente ter um estado desenvolvido, essa é uma condição mais do que necessária e prioritária.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Deputado Pedro Uczai, eu vou conceder a v.exa. um breve aparte.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Deputado Renato Hinnig, quero cumprimentar v.exa. pelo seu pronunciamento, porque há determinados projetos de políticas públicas que não dão voto, mas dão futuro. E eu quero falar, de forma sincera, que saneamento básico dá dignidade humana, dá qualidade, dá saúde humana.

Por isso que, quando o governo federal, o governo estadual e o governo municipal ou empresas estatais se juntam para constituir políticas públicas na área de saneamento... E o PAC não é só crescimento em infraestrutura econômica, é investimento em saneamento básico, é investimento em saúde, é investimento em futuro.

É nesse futuro que acredito, porque o poder público precisa cuidar do povo, das pessoas, de forma concreta. E o nosso litoral precisa cuidar e dar dignidade não só às pessoas que vêm para cá fazer turismo, como também para aquelas que vivem cotidianamente aqui. E o casamento do saneamento é atender bem o turismo com infraestrutura e atender bem as pessoas que estão em Florianópolis durante os 12 meses.

Por isso faço este registro para parabenizar v.exa. pelo seu pronunciamento e dizer, com alegria, que quando o governo federal investe nessa área, produz-se futuro neste país e neste estado.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Deputado Pedro Uczai, agradeço a sua manifestação e fico feliz em saber que estamos convergentes nessa questão de trazer saneamento básico para Santa Catarina, que tem um dos belos litorais do Brasil e, quem sabe, do mundo inteiro. Aliás, não conheço outro lugar tão bonito quanto o nosso litoral.

Com relação a esse empréstimo que está sendo feito pela Casan junto ao J-BIC, eu quero dizer que falei há pouco com o presidente da Casan para saber direitinho por que motivo o litoral estava sendo beneficiado com esse valor. Foi uma exigência do banco japonês de que esses recursos fossem aplicados nos municípios do litoral de Santa Catarina.

E eu já aproveito aqui para pedir o apoio de todos os deputados, inclusive da bancada do PT e do PP, para que nós analisemos esse projeto com a maior rapidez, a fim de que consigamos, o mais rápido possível, ter esses recursos para poder fazer essa obra de fundamental importância para o nosso turismo, para a saúde das pessoas e para dar dignidade aos catarinenses.

Para finalizar, eu gostaria de fazer o registro de que já está disponível aos contribuintes de Santa Catarina que têm condições de adquirir veículos com isenção do ICMS, via internet, um *site* para fazer essa solicitação, sem necessidade de se deslocar até a repartição da Fazenda. Este é

mais um passo na modernização do serviço e da desburocratização do governo do estado.

Cedo o restante do tempo ao deputado Edison Andrino.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Ainda dentro do horário do PMDB, com a palavra o deputado Edison Andrino.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente e nobres srs. deputados, trago a esta Casa um assunto que pode causar alguma estranheza e que, na minha maneira de ver, é polêmico, no sentido do funcionamento da Assembleia Legislativa de Florianópolis. Diz respeito aos soldados da Corporação Militar do estado, aos nossos praças que trabalham aqui.

Nós, deputados da região da Grande Florianópolis - os deputados José Natal, Professor Grando, Marcos Vieira, Cesar Souza Júnior -, sentimos os problemas causados pela falta de critérios para trazer militares para trabalhar neste Poder.

Eu acho que a Assembleia Legislativa tem que estabelecer critérios, porque o soldado que vem para cá trabalhar é premiado por isso. E qual é o critério estabelecido pela Corporação, pela Polícia Militar de Santa Catarina, ou pela administração desta Casa para que esses soldados venham trabalhar aqui?

Eu fui procurado, durante muitas semanas, por dezenas de soldados que me pediram para trabalhar nesta Assembleia Legislativa. A cada troca de presidente - e não é de agora, com a entrada do deputado Jorginho Mello, foi sempre assim, isso já acontece há muitos anos -, são tirados alguns policiais para serem colocados outros no lugar, sem o mínimo critério de avaliação.

Eu tenho um bom relacionamento com os soldados e eles têm com esta Casa, pois nos atendem muito bem, mas entendo, deputado José Natal, que nós devíamos estabelecer um critério por premiação.

Vejam v.exas. que há soldados com uma bela folha corrida de serviços prestados à Polícia Militar do estado de Santa Catarina, que não têm uma padrinho político e que por isso jamais poderão trabalhar aqui. Por que, então, não se estabelecer um critério para a vinda dos policiais militares à Assembleia Legislativa? Que o prêmio, que é trabalhar nesta Casa, fosse dado àqueles soldados que já tivessem, deputado José Natal, dez anos de Corporação, de trabalho na Polícia Militar, que tivessem uma folha corrida exemplar. Que a vinda deles para cá fosse feita pelas regiões do estado para que pudéssemos até dar uma justificativa àqueles que nos procuram diariamente querendo vir trabalhar na Assembleia e que nos perguntam: "Por que não eu? Por que o outro"?

Então, eu quero chamar a atenção, principalmente da Mesa Diretora, no sentido de estabelecermos um critério que não funcione somente durante o período em que ela estiver no comando, mas em todas as administrações da Assembleia Legislativa. Assim, nós teremos uma justificativa, deputado José Natal, para dar para os soldados que nos procuram, dizendo que essa premiação é dada pelo trabalho, pelo exemplo, por aquilo que é feito durante a vida como militar na Polícia de Santa Catarina.

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Pois não!

O Sr. Deputado José Natal - Deputado Edison Andrino, quero me somar a v.exa. nessa questão.

Da mesma forma que v.exa., eu também fui, e sou, procurado, e quero realmente que seja adotado um critério justo. Suponhamos que um policial militar esteja na Corporação por um determinado tempo e trabalhou na rua um tempo "x". Então, como uma compensação por tudo que ele passou, ele viria para cá porque sabemos que aqui há determinados momentos em que o bicho pega, como se diz na gíria, mas na maioria do tempo, não.

Então, eu quero me somar a v.exa. nesse grito de que deve ser estabelecido um critério, não um critério de apadrinhamento político, que é o que acontece realmente nos dias de hoje.

E se v.exa. fizer um projeto de lei nesse sentido, eu me somo a ele para ser coautor, porque é injusto vermos nesta Casa, não desmerecendo ninguém, pessoas que, parece-me, não têm quatro ou cinco anos de Polícia Militar, que talvez nem trabalharam na rua, e que estão aqui dentro.

Nada contra esses que estão aqui fazendo um bom trabalho, mas eu me somo a v.exa.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Eu agradeço o aparte de v.exa., deputado José Natal, mas quem me garante que esses que estão aqui, hoje, não sairão na próxima Mesa Diretora, como saíram os que estavam durante a administração do deputado Julio Garcia?

Então, esta Casa, por uma questão de justiça, tem que premiar o bom militar, aquele que trabalha na rua, que tem uma folha corrida e exemplar na Polícia Militar, e não só o mais esperto, que tem um bom padrinho político!

Então, queremos definir uma regra, um critério, para funcionar definitivamente na Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

E digo aos deputados que se interessam por esse assunto que, se a Mesa Diretora não buscar uma solução criteriosa, até para justificar àqueles que nos procuram, haveremos de fazer um projeto de lei para que, estabelecendo critérios junto com o deputado Sargento Amauri Soares, possamos avaliar isso para que venham para cá soldados que tenham uma folha exemplar na Polícia Militar e que já trabalharam durante dez anos nas ruas, que já prestaram serviços elogiáveis à população de Florianópolis, na Polícia Militar de Santa Catarina. Assim terão como prêmio vir para a Assembleia Legislativa prestar esse serviço que já nos prestam muito bem os policiais de Santa Catarina.

O que precisamos determinar são critérios, deputado Moacir Sopelsa, porque isso não é possível. Por exemplo, agora trocaram dez soldados aqui. O próximo presidente, provavelmente, trocará mais dez; o outro presidente também deverá trocar, e não existem critérios. Provavelmente os que saíram daqui agora eram bons militares e os que entraram também devem ser, mas precisamos adotar critérios, não aqueles que ficam a cargo da Mesa Diretora, de cada Mesa que entra ou de cada Mesa que sai, mas que fique definitivamente registrado, através de normas estabelecidas por esta Casa. Ou seja, o soldado vai procurar ser o melhor porque ele vai ter como prêmio trabalhar na Casa do Povo, na Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado José Natal - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Quero, deputado Edison Andrino, acrescentar rapidamente que o policial graduado que está aqui nesta Casa à disposição deste Poder não presta serviço nos finais de semana, somente o soldado raso. De sargento para cima não presta serviço - há mais esse detalhe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Ainda de dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Giancarlo Tomelin, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Sr. presidente, sras. Deputadas, srs. deputados, senhoras e senhores que nos assistem através da TVAL e que nos ouvem através da Rádio Alesc Digital, quero cumprimentar, de uma forma efusiva, o sr. Hans Dieter Didjurgeit, que é o nosso cônsul da Alemanha, em Blumenau.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Pois não! Ouço o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Deputado Giancarlo Tomelin, eu não poderia deixar passar em branco algumas considerações que o meu particular amigo, deputado Pedro Uczai, utilizando a tribuna, fez em relação ao PSDB.

Todos sabem do carinho e da amizade que tenho pelo deputado Pedro Uczai, e do respeito que tenho por ele como parlamentar, mas não posso concordar com algumas considerações que o deputado fez aqui quando utilizou a tribuna. Até gostaria de ler uma declaração do nosso ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, no dia de ontem.

(Passa a ler.)

"O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso contestou nesta terça-feira (19), em nota distribuída pelo PSDB, as acusações de que o partido tem a intenção de privatizar a Petrobras.

No comunicado, Fernando Henrique lembra que, durante o debate sobre a quebra do monopólio do petróleo, ele enviou carta ao Senado explicitando seu ponto de vista contrário à privatização da estatal.

'Por isso mesmo, repugna-me ver a utilização de argumentos de má-fé, atribuindo ao PSDB a intenção de privatizar a

Petrobras, quando o partido, como qualquer brasileiro decente, deseja apenas saber se há ou não deslizes graves na administração da companhia', afirmou."[sic]

Esta é uma declaração do ex-presidente e, para nós, eterno, Fernando Henrique Cardoso. E eu teria mais, porém como o horário é exíguo e v.exa. tem assuntos a tratar, eu apenas queria deixar registrada a nossa não-concordância com as declarações do nosso deputado Pedro Uczai na tribuna no dia de hoje.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Deputado Pedro Uczai, até porque o PSDB tem espírito democrático e não tem resquício nenhum de ditadura no seu seio e na sua essência, coisa que talvez a atual Presidência da República ainda tenha, eu vou conceder a v.exa. um aparte por dez segundos.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Quero cumprimentá-lo e agradecer o aparte. Mas no dia 27 de dezembro de 2000, deputado Nilson Gonçalves, o presidente da Petrobras disse o seguinte do governo FHC, ao anunciar que a empresa estava mudando o seu nome comercial para PetroBrax:

(Passa a ler.)

"[...]Segundo o presidente da companhia [...], o objetivo é unificar a marca e facilitar o seu processo de internacionalização."

Afirmou ele que a 'mudança [...] ganhou na semana passada o aval do presidente Fernando Henrique Cardoso'".

Palavras do presidente da Petrobras, em 26 de dezembro de 2000.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Eu ouvi, com muita alegria, o aparte dos dois deputados, mas gostaria, na tarde de hoje, de dizer que em novembro de 2007 aconteceu em Blumenau a fundação, deputado Ismael dos Santos, da Casa da Alemanha, a *Deutsches Haus*. Ela já completa um bom trabalho, tendo à frente o nosso cônsul Hans Dieter Didjurgeit, que se faz presente na Assembleia Legislativa.

Inclusive, ele me falava sobre a importância e os serviços que a Casa da Alemanha tem prestado a Santa Catarina. Vejam que atendeu, só em 2008, a 2.268 pessoas que recorreram àquela Casa em busca de soluções para os seus problemas. Também recebeu mais de 5.100 *e-mails,* e tem respondido a todos aqueles que a procuraram - foram diversas correspondências. Também foram emitidos mais de 510 Certificados de Vida, porque aqueles cidadãos aposentados e alemães que estão no Brasil, para continuar a receber a sua aposentadoria, precisam que a Casa da Alemanha emita o certificado de que estão vivos e têm que continuar a receber a sua aposentadoria.

Quanto aos processos de dupla cidadania, declaração de nomes e certidão de nomes, foram 215; os vistos, 108; passaporte alemão, 54. Foram mais de 13.048 atendimentos, e tudo isso para demonstrar a Santa Catarina e ao Brasil que existe uma nova Alemanha, pujante, que é a terceira maior economia do mundo. O maior exportador do mundo é a Alemanha.

E existem vários convênios que estão sendo capitaneados pela Casa da Alemanha, pois ela congrega a Câmara de Comércio e Indústria Brasil/Alemanha, o Consulado da República Federal da Alemanha e o Instituto Kiengbaum, que faz pesquisa de mercado, identificando na Alemanha e no Brasil oportunidades de negócios para jovens e empresários.

O consulado também coordena, junto com o Hans Prayon, o Conselho Municipal do Ensino da Língua Alemã. Inclusive, nas escolas municipais, onde antes do governo João Paulo Kleinübing tinha uma aula por semana, agora já dobramos para duas aulas. E o projeto é chegar a três aulas curriculares. E quem de nós, ao buscar a sua história pessoal, não tem uma origem alemã? Muitos de nós, que somos daquela região, temos. Por exemplo, a minha bisavó é Müller, por parte de mãe, e por parte de pai ela é Gern. Então, todos nós, se buscarmos lá naquela região de Blumenau, temos origem alemã.

A Alemanha tem, por exemplo, uma parceria chamada Parceiros para o Futuro, em que mais de mil escolas no mundo são financiadas pelo governo alemão para implantar a língua alemã e criar parcerias. São 250 mil estudantes que a Alemanha recebe, muitos brasileiros, nas suas universidades para o aprendizado.

Então, quero, neste breve discurso de hoje, ressaltar a importância do trabalho da Casa da Alemanha, *Deutsches Haus*, e do trabalho do nosso cônsul Hans Dieter Didjurgeit. Quero dizer também que tudo isso faz a nossa Blumenau e a nossa região cada vez mais pujantes, buscando a sua origem, mas certamente preparando a nossa cidade para o futuro. E é isso que a Casa da Alemanha faz na nossa cidade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Adherbal Deba Cabral - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Adherbal Deba Cabral.

O SR. DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL - Eu gostaria de registrar a presença do vereador Giliardi Reis, do município de Itapema, e do ex-vereador Dedeca.

Sejam bem-vindos nesta Casa!

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, só para repetir o que já está sendo bastante comentado em nível nacional. No Senado, ontem, o senador Jarbas Vasconcelos, do PMDB, que é base do PT no governo federal, disse que a acusação de privatização da Petrobras é fraude e jogo sujo do presidente da República, lançada pela primeira vez no segundo turno da eleição presidenciável de 2006, que desestabilizou o candidato do PSDB, Geraldo Alckmin.

Outro senador no Senado Federal, ontem, Antônio Carlos Junior, lembrou que o governo carece de autoridade ao acusar a Oposição de antipatriótica, já que na briga entre a Petrobras e a Bolívia, o governo preferiu ficar com o Evo Morales em vez de defender os interesses da Petrobras.

Só estou repetindo aquilo que está acontecendo no Senado, sr. presidente.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, de Brasília para Blumenau, quero apenas expressar, como cidadão blumenauense, a alegria e a satisfação de receber o cônsul Hans Dieter Didjurgeit, e dizer do belo trabalho da Casa da Alemanha para Santa Catarina.

O Sr. Deputado Jailson Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jailson Lima.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Só para equilibrar as intervenções, diante do pronunciamento do deputado Nilson Gonçalves, tenho que lembrar que a Petrobras chegou a lançar ações no mercado americano, na bolsa de Nova Iorque, com o nome de PetroBrax. Inclusive, foi vendido 1/3 do seu patrimônio através de ações. Se isso não é privatização, o cidadão que escreveu a matéria não conhece a história da Petrobras.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o sr. deputado Dagomar Carneiro, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, quero, neste momento, cumprimentar, no horário do partido, os companheiros do PDT de Major Gercino, João José David, que foi candidato a prefeito naquela cidade, bem como o Saulmir Zunino, presidente da Câmara Municipal, acompanhado do Taulentino Marcelino, do Caudir Ernani Albanaes e também do João José Otávio.

Sejam bem-vindos ao Parlamento catarinense, nossos companheiros do PDT de Major Gercino!

Ocupo a tribuna, nesta tarde, sr. presidente, para convidar todos os pedetistas de Santa Catarina para que neste final de semana, sábado e domingo, participem do 2º Encontro Estadual do PDT, na cidade de Itá.

Já estivemos visitando o município, já ouvimos alguns dos problemas que estão ocorrendo lá e o PDT quer se engajar com a população de Itá, prestigiando também os companheiros do oeste, do extremo oeste do estado de Santa Catarina. Fizemos o primeiro encontro estadual em Lages e agora estamos prestigiando a região do oeste.

A cidade de Itá - e o PDT vai levantar esse debate - é um paraíso, pois foi construída, planejada e transferida do local onde estava originalmente para a cidade nova. Ali foi construída a represa que hoje gera energia para Santa Catarina e Rio Grande do Sul e que transformou Itá num paraíso ecológico, num paraíso de turismo, mas que agora, com o desenvolvimento, está causando algum problema.

Temos a empresa Tractebel, executora da obra. Inclusive, os órgãos

ambientais na cidade de Itá estão proibindo a população de utilizar as águas da represa, contrariando outros estados. Com relação à represa de Furnas, o ser humano utiliza a represa para a geração de energia, para o lazer, para o esporte e, ao mesmo tempo, respeita a natureza. Mas na região de Itá estão colocando uma cerca a 30m da represa, separando-a da população. Inúmeros empreendimentos, como hotéis, pousadas, foram para lá e com certeza estariam cuidando dessa represa e fazendo essa harmonia entre o ser humano e a natureza.

Portanto, nós, do PDT, estaremos lá debatendo também, levando apoio à comunidade de Ita, cidade que, com certeza, hoje é um dos locais que tem o maior potencial turístico de Santa Catarina.

Precisamos, sim, cuidar da natureza, mas não precisamos colocar uma cerca separando a represa das atividades turísticas, do lazer. Até porque o turismo alavancaria muito o poderio econômico do município de Itá.

Essa era a minha colocação em termos do município de Itá.

E queremos conclamar a todos os companheiros do PDT do extremo oeste, do oeste, do meio-oeste de Santa Catarina, os nossos vereadores, os nossos suplentes de vereadores, os nossos prefeitos e vice-prefeitos, pois com certeza faremos um grande encontro nesse final de semana para debater os assuntos do PDT e também a preocupação dos municípios da região, eis que muitos deles dependem da represa de Itá para o seu desenvolvimento.

Convidamos todos os companheiros para esse encontro. Com certeza estaremos lá representando o nosso partido, todas as suas lideranças e, acima de tudo, fazendo com que as discussões do nosso partido sejam levadas ao interior do estado, aos nossos companheiros do extremo oeste, no sentido de contribuir para o desenvolvimento e o crescimento do nosso PDT.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - A Presidência informa que recebeu um relatório da RNA, um demonstrativo de repique de matérias feitas pela RNA, que cobre a Assembléia, em quase 100 emissoras.

Fica aqui o registro, em nome da Casa, do belíssimo trabalho feito pela Rede de Notícias Acaert, que presta um grande serviço a este Poder.

Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário à seguinte matéria, e que a mesma terá o seu encaminhamento conforme determina o Regimento Interno:

Projeto de Lei n. 0101/2009, de autoria do deputado Giancarlo Tomelin, que regula a venda de produtos e serviços através de *telemarketing* no estado de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Giancarlo Tomelin.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Sr. presidente, vi aqui o parecer contrário - e já sabia desde ontem - do deputado Marcos Vieira ao nosso projeto de lei. Mas vamos buscar o regulamento do art. 143 para tentar reverter esse parecer na comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - É uma prerrogativa que assiste ao sr. deputado.

Comunica, outrossim, que a comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0038/2009, 0039/2009, 0076/2009, 0077/2009, 0083/2209, 0086/2009, 0093/2009, 0100/2009, 0215/2008 e 0392/2008, todos de procedência de entidades sociais.

Votação da redação final dos Projetos de Lei n.s: 0018/2009, 0034/2009, 0038/2009, 0040/2009, 0229/2008, 0081/2009, 0132/2008, 0289/2008, 0314/2008, 0345/2008, 0428/2007, 0545/2007 e 0013/2007.

Não há emendas às redações finais.

Em votação.

Os srs. deputados que as aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovadas, com o voto contrário do deputado Nilson Gonçalves à redação final do Projeto de Lei n. 0545/2007.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0909/2009, de procedência governamental, que dispõe sobre veto parcial ao Projeto de Lei n. 0347/2008, de procedência governamental, que reavalia e define os atuais limites do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, criado pelo Decreto n. 1.260, de 1º de novembro de 1975, e retificado pelo Decreto nº 17.720, de 25 de agosto de 1982, institui o Mosaico de Unidades de Conservação da Serra do Tabuleiro e Terras de Massiambu, cria o Fundo Especial de Regularização, Implementação e Manutenção do Mosaico - Feuc -, e adota outras providências

Em discussão.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, eu pediria a retirada da Mensagem n. 0909/2009, visto que a emenda vetada é de autoria do deputado Marcos Vieira, e ele não está presente pelo passamento de um familiar seu. Assim, nada mais justo do que ser retirado esse veto da pauta de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Há concordância dos srs. líderes?

(Os líderes aquiescem.)

Está retirada de pauta a Mensagem n. 0909/2009.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0923/2009, de procedência governamental, que dispõe veto total ao Projeto de Lei n. 0046/2007, de autoria do Deputado Kennedy Nunes, que dispõe sobre a inclusão dos dados sanguíneos na Carteira de Identidade emitida pelo órgão de identificação do Estado e adota outras providências.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, eu gostaria de pedir a retirada de pauta desta mensagem, tendo em vista que alguns deputados, que falaram que estariam ausentes, gostariam de derrubar este veto, até pela importância deste projeto. Dessa forma, nós poderíamos estar sepultando um projeto tão importante como este.

Então, eu peço a retirada da mensagem da pauta de hoje, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Há na pauta também a Mensagem n. 0956/2009, de procedência governamental, que também veta uma emenda parlamentar. Eu vou sugerir aos srs. deputados que também seja retirada da pauta de hoje para que possamos agir da mesma forma com os demais vetos. Há concordância dos srs. líderes?

(Os líderes aquiescem.)

Está também retirada da pauta a Mensagem n. 00956/2009.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0050/2009, de procedência governamental, que autoriza a concessão de uso de imóvel no município de São Miguel d'Oeste.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0051/2009, de procedência governamental, que autoriza a doação de imóvel no município de Santa Cecília.

Conta com o parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0031/2009, de autoria do deputado Rogério Mendonça, que declara de utilidade pública o Centro Espírita Manoel Francisco da Luz, com sede no município de Florianópolis.

Conta com o parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0068/2009, de

autoria do deputado Rogério Mendonça, que declara de utilidade pública a Associação dos Moradores do Bairro Abraão - Amba -, com sede no município de Florianópolis.

Conta com o parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os Srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0095/2009, de autoria do deputado Jorginho Mello, que declara de utilidade pública a Instituição de Caridade e Apoio ao Desamparado - Icad, com sede no município de Florianópolis.

Conta com o parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0107/2009, de autoria do deputado Elizeu Mattos, que declara de utilidade pública o Grupo Raízes, com sede no município de Lages.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0111/2009, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que declara de utilidade pública a Sociedade Esportiva Recreativa Cruzeiro, com sede no município de Blumenau.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0295/2008, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que declara de utilidade pública o Conselho Comunitário de Irineópolis, com sede no município de Irineópolis.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0078/2009, de autoria do deputado Dirceu Dresch, que institui o Dia Estadual da Agricultura Familiar no estado de Santa Catarina.

Em discussão.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, eu queria pedir para retirar este projeto da pauta de hoje, se possível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Há a concordância dos srs. líderes para retirar o projeto do deputado Dirceu Dresch?

(Os líderes aquiescem.)

Está retirado de pauta.

Esta Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações n.s: 0335/2009, 0336/2009, 0337/2009 e 0338/2009, de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral; 0339/2009 e 0340/2009, de autoria do deputado Antônio Aguiar; e 0341/2009, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, conforme determina o art. 26 do Regimento Interno.

Esta Presidência comunica ainda que defere os Requerimentos n.s: 0643/2009, de autoria do deputado Reno Caramori; 0644/2009, de autoria do deputado Marcos Vieira; 0645/2009, de autoria da deputada Ada De Luca; 0646/2009 e 0647/2009, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0648/2009, 0650/2009, 0651/2009, 0652/2009, 0653/2009 e 0654/2009, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0655/2009, de autoria do deputado Dirceu Dresch.

Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense, ao diretor-geral do Detran em Brasília, solicitando medidas urgentes visando estudos para autorizar e normatizar a obrigatoriedade do uso de proteção antichoque para os caminhões e caminhonetes.

Em discussão.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra o deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, só gostaria de explicar que essa é uma iniciativa de uma empresa de Joinville, que, de forma muito simples, acabou fazendo um projeto de um protetor de parachoque para caminhões muito interessante. Só que precisa ser uma iniciativa do Denatran.

Então, nós estamos encaminhando esse requerimento ao Fórum Catarinense em Brasília para que viabilize um contato com eles, porque se isso for realmente adotado no país, nós poderemos evitar muitas mortes por acidente em decorrência da instalação desse tipo de parachoque em caminhões.

Eu fiz este requerimento para que possamos viabilizá-lo em nível federal.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra o deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Eu só gostaria de dizer ao deputado que é um negócio interessante, mas eu acho que, ao invés de um encaminhamento para a bancada federal falar com o Denatran, poderia se fazer um projeto de lei. Sabe por quê? Eu estava ontem ouvindo um debate sobre essa questão, deputado Manoel Mota, porque o Denatran está dando a todo o momento autorizações e normas para *kit* disso, *kit* daquilo e que depois passam. E na verdade não há fundamentação, ou seja, os legisladores não estão fazendo lei, não é lei, mas passa a ser lei por uma ordem.

Acho que se a bancada federal - e eu conheço a proteção, que é muito interessante - colocasse a lei no Código Brasileiro, aí teria muita força e não seria apenas um pedido para que o Denatran pudesse atender.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Eu até tive esse cuidado, mas haveria o problema do vício de origem e da inconstitucionalidade.

Então, a ideia é pedir que o Fórum Parlamentar, em Brasília, peça ao Denatran que encaminhe o projeto para que não sofra o problema da inconstitucionalidade ou do vício de origem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Concluído o debate, continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria da bancada do PT, que solicita o envio de mensagem telegráfica à senadora da República, sra. Ideli Salvatti, cumprimentando-a por assumir a função de líder do governo no Congresso Nacional.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Eu quero fazer apenas uma colocação aos srs. deputados: ontem, na hora em que deliberamos uma moção do deputado Pedro Uczai, acabamos não tendo os 21 votos necessários para deliberar as ma-

térias, o que nunca é bom do ponto de vista da imagem externa desta Casa, muito embora, regimental. Mas nós vamos voltar com essa matéria no final das moções, e também com a moção do deputado Elizeu Mattos, que trata do mesmo tema, apenas excluindo a questão do voto em lista, para que haja debate.

Por isso, peço aos deputados que permaneçam no plenário a fim de podermos deliberar a matéria, para que não aconteça, novamente, no final, a falta da maioria necessária para a votação.

Moção de autoria da comissão de Agricultura e Política Rural, a ser encaminhada ao presidente da República e aos ministros do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura, apelando por medidas emergenciais visando à renegociação dos empréstimos pessoais que foram contraídos junto ao Banco do Brasil e Cooperativas de Crédito, usados para quitar prestações de custeio e investimento da safra de 2008/2009.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria da comissão de Agricultura e Política Rural, a ser encaminhada ao presidente da República e aos ministros do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura, apelando por medidas emergenciais visando à revisão do modelo de Proagro, adequando-o à realidade das necessidades da agricultura familiar.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria da comissão de Agricultura e Política Rural, a ser encaminhada ao presidente da República e aos ministros do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura, apelando por medidas emergenciais visando o pagamento de bônus de R$ 15 mil, ou até o valor das parcelas que vencerão até o dia 30 de abril de 2010, para os agricultores familiares que tenham contraído financiamento de custeio de investimentos e outros que se enquadrem na Lei n. 11.326/2006.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Dagomar Carneiro, a ser encaminhada à secretaria da Receita Federal do Brasil, solicitando a permanência da delegacia no município de Joaçaba.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

A Moção n. 0098/2009, de autoria do deputado Pedro Uczai, eu vou deixar para o final para que possamos discutir junto com a moção de autoria do deputado Elizeu Mattos.

O Sr. Deputado José Natal(Intervindo) - A moção é de minha autoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Está bom! Vamos fazer uma sociedade, então, entre o líder do governo e o deputado José Natal.

O Sr. Deputado José Natal(Intervindo) - Pode ser porque o líder do governo tenha o mesmo pensamento que este deputado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Moção de autoria do deputado Cesar Souza Júnior, a ser enviada ao presidente da República e ao presidente do Banco Central do Brasil, manifestando posição contrária à taxação das cadernetas de poupança.

Em discussão.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, essa questão da taxação das cadernetas de poupança, na minha avaliação, é importantíssima. O próprio jornal *Diário Catarinense,* no dia 17 de maio de 2009, fez um comentário extraordinário sobre a relevância dessa medida do governo, já que a caderneta de poupança é um instrumento muito importante dos pequenos poupadores. E com a redução dos juros no país da taxa Selic, que começa a baixar, os grandes especuladores financeiros acabam tendo a poupança como uma válvula de escape. E isso é muito perigoso para os pequenos poupadores.

Eu fui buscar alguns dados, sr. presidente, e chamou muito a minha atenção que no Brasil haja 89.980.000 poupadores. Desses, 50 milhões, sras. deputadas e srs. deputados, são pessoas que possuem até R$ 100,00 na poupança e 99% dos poupadores têm menos de R$ 50 mil.

Então, o governo está-se prevenindo para justamente não deixar os grandes especuladores, que hoje estão na taxa Selic e em outras áreas de investimentos, migrarem para a poupança, porque a poupança tem, hoje, uma taxa maior de juros sendo paga e não tem imposto justamente porque é dos pequenos poupadores.

Então, dos 89.980.000 poupadores que hoje estão na caderneta de poupança, 88 mil, praticamente, são poupadores que têm menos de R$ 50 mil. Somente 600 mil têm de R$ 50 mil a R$ 100 mil, e 290 mil têm de R$ 100 mil a R$ 1 milhão na poupança.

Por isto o governo está estipulando uma taxa para os poupadores com mais de R$ 50 mil: justamente para cobrar o Imposto de Renda dos grandes especuladores financeiros que hoje estão começando migrar para a caderneta de poupança.

Então, é uma proteção para a poupança dos pequenos poupadores.

Quero, inclusive, deixar este documento do ministério da Fazenda com o deputado Cesar Souza Júnior. É um levantamento completo sobre o que nos faz votar contra este requerimento, porque achamos acertadíssimo proteger os pequenos poupadores e a população do Brasil, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Jailson Lima - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Antes de conceder a palavra ao deputado Jailson Lima, quero esclarecer ao deputado José Natal que de fato a moção de sua autoria apenas foi encaminhada pelo líder, deputado Elizeu Mattos. Foi um equívoco desta Presidência.

Com a palavra o deputado Jailson Lima.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Deputado Gelson Merísio e srs. deputados desta Casa, temos que deixar claro para a sociedade catarinense e para os srs. deputados que esta moção deveria estar, então, contestando 1% que estará sendo tributado do contingente da população que hoje tem recursos na Caixa Econômica Federal, uma estrutura potencializadora do desenvolvimento econômico e financiadora dos projetos habitacionais. Quando fazemos uma moção contextualizando como se todo o poupador estivesse sendo tributado, ela não está sendo verdadeira.

O segundo ponto que temos que deixar claro com relação à moção que o companheiro Cesar Souza Júnior está propondo nesta Casa refere-se à cobrança que está sendo feita da tributação aos poupadores da Caixa Econômica Federal, de todos os setores econômicos. O Delfim Neto, que não é do meu partido; o Mailson da Nóbrega, que também não é do meu partido, e economistas internacionais colocam a preocupação do governo federal em defender quem tem a poupança como elemento de manutenção, inclusive da sua subsistência.

Faço essa colocação principalmente porque, em épocas de bonança de taxas altas de Selic e por aí afora, eu tenho que lembrar que em 1999 a taxa Selic, naquela crise, chegou a 49%, e agora nós não estamos vivemos uma crise como aquela e, no entanto, a taxa de juros baixou, chegando a 9,25%, que é a menor taxa. E o governo deixa claro que a amplitude da tributação ocorrerá caso uma taxa Selic chegue a 8,5%, o que para nós é um sonho inimaginável neste país porque representa desenvolvimento econômico e controle da inflação ao mesmo tempo.

Quando o governo federal coloca tributação nesses valores que representam 1% dos poupadores, é para que eles invistam na produção e retirem o dinheiro da poupança, fazendo com que os especuladores deixem de aplicar na poupança e passem a aplicar no investimento e na geração de emprego.

Essa, na realidade, acaba sendo uma cláusula construída que dá à Caixa Econômica Federal, a esse patrimônio brasileiro, uma segurança de manutenção

principalmente do financiamento dos projetos habitacionais que o Brasil tem.

Por isso, deputado Cesar Souza Júnior, caso mantenha a sua moção de contestação, gostaria que v.exa. a complementasse e que nós pudéssemos questionar talvez o 1% que está sendo tributado, porque quem está ouvindo o contexto dela acha que o nosso governo está tributando todos os poupadores, o que não é realidade.

O Sr. Deputado Cesar Souza Junior - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra o sr. deputado Cesar Souza Júnior.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Sr. presidente, respeito as colocações feitas aqui pelos deputados do Partido dos Trabalhadores, mas mantenho a moção na maneira integral do seu texto original.

Para o cidadão que nos está vendo agora, é importante deixar claro o que representa mexer na tributação dessa instituição sagrada do brasileiro, de grande credibilidade, que é a caderneta de poupança.

O governo federal decide avançar a sua tributação sobre uma instituição que é, sobretudo, do cidadão mais humilde, da classe média. E vamos exemplificar aqui: um cidadão que vendeu um imóvel e colocou R$ 51 mil, R$ 52 mil ou R$ 60 mil na caderneta de poupança, que conta com esse rendimento para pagar um aluguel para subsistir, para pagar dívidas, para pagar um tratamento de saúde, vai passar a ter a cobrança do Imposto de Renda. Então, mantenho a posição contrária.

O problema é que com a queda da taxa de juros provocada, sobretudo, pela crise mundial, o governo teme perder investimento em título público, o que vai dificultar o financiamento da sua dívida. Os bancos temem perder investidores nos seus fundos de investimento privado, que lhes garantem grandes lucros.

Srs. deputados, há muitas coisas para cuidar neste país. E vou até, deputado Jailson Lima, admitir que possamos impedir a fuga de capital para a caderneta de poupança, mas pelo menos o governo federal privilegiaria aqueles que já têm o seu dinheiro aplicado e a sua situação financeira consolidada. Eu não admito é que uma pessoa que tem lá R$ 51 mil, R$ 52 mil, R$ 53 mil, que confiou na caderneta de poupança durante décadas da sua vida, passe a ser tributada. Ela não tem nada a ver com o juro internacional. Esse poupador não investe em bolsa, esse pequeno investidor não tem dinheiro em fundo de investimento e vai ver a garra do leão avançar para cima da sua aplicação.

Então, somos contra essa medida, pois ela representa mais um avanço na tributação do governo sobre o cidadão. Uma pesquisa divulgada hoje deixa claro que o Brasil tem a maior carga tributária da América Latina, a mais alta delas todas, 36%. E esse é mais um passo do governo no bolso do cidadão, que é impedir a migração dos grandes investimentos para a poupança. Tudo bem, existe mecanismo que impeça daqui para diante, mas proteja ou salvaguarde a situação consolidada.

Um cidadão que tem a economia de uma vida toda, R$ 55 mil, R$ 70 mil, R$ 80 mil, não é um especulador, não pode ser tratado como especulador. Ele é um pequeno investidor que, por ter R$ 2 mil ou R$ 3 mil a mais, será tratado diferente.

Então, peço que o governo reflita sobre essa situação, sobre o que é mexer na caderneta de poupança. Mantenho a moção e peço o apoio de todos. Acho que não podemos, a título de adequar a taxa de juros, punir a classe média, a classe média baixa, o cidadão trabalhador, o poupador da caderneta de poupança deste país.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, tenho aqui um extrato do banco no qual veio uma mensagem dizendo que o Banco do Brasil cobra regularmente 8,6% de juros ao mês no cheque especial, mas para este deputado, que é um cliente muito especial, vai cobrar só 8% ao mês.

O dinheiro da poupança rende, hoje, 6% ao ano, e grande parte dos poupadores vai passar a pagar Imposto de Renda na soma total da sua renda. O valor do quanto ele pagará de imposto vai variar de 10% a 27,5%.

Essa atitude do governo de espantar o poupador, passando agora a cobrar 10, 15, 20, 25 até 27,5%, de acordo com as outras rendas que esse poupador tiver, é claro que vai diminuir, e muito, o dinheiro da poupança. E seguramente, com relação a esse dinheiro que toda sociedade usa para emprestar a outros investidores, das duas uma: ou vai diminuir os empreendimentos ou vai acabar gerando um aumento de cobrança daqueles que desejam usar, alegando até que têm pouco dinheiro para investir.

Então, considero essa atitude pior do que aquela do Collor, porque ele confiscou o dinheiro da poupança - aliás, não confiscou de ninguém, só bloqueou para não ser tirado -, mas não cobrou juros de ninguém, não cobrou nada. Depois de um determinado prazo, quem tinha o seu dinheiro lá pegou para utilizá-lo, e foi até uma forma de poupança forçada.

Agora, não! Agora nós todos fomos surpreendidos! Aqueles que têm o dinheiro lá, ou investem ou compram alguma coisa para pagar ICMS, IPI e outros tributos que acabam indo para o governo. E quem não fizer isso vai pagar de outra maneira, vai pagar diretamente em imposto.

E não venham dizer que são aqueles que ganham muito. Eu conheço, pelo menos, dez senhoras de Brusque, da minha cidade, que ganham por mês R$ 720,00 e têm uma poupança maior do que R$ 50 mil. Porque aquela poupança, como dizia aqui o deputado Cesar Souza Júnior, é de muitos anos, de muito tempo. Elas vão guardando lá para uma segurança, para uma questão de saúde, para acudir algum filho ou algum neto.

Os 6% de juros ao ano com que o banco remunerava o cliente, que já eram miseráveis, ao fazer um empréstimo, o banco cobrava 6% ao mês, pelo menos! Agora o banco vai passar a remunerar a poupança com juros de 4% somente. Já era pouco 6%, já era irrisório, e agora o que vai sobrar de rendimento, de lucro, será menos de 4%.

Então, nós, pelo menos, precisamos fazer essa manifestação para dizer aos nossos poupadores que nós, como fomos contra o Collor da outra vez, seremos também agora, pois essa atitude é ainda pior do que aquela, porque vai diminuir ainda mais aquilo que já era pequeno.

Por isso eu, particularmente, aprovo, sim, esta moção do deputado Cesar Souza Júnior.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Antes de conceder a palavra aos deputados inscritos, quero dizer que é regimental o tempo de cinco minutos. Agora, se todos os parlamentares usarem cinco minutos para uma moção, nós vamos, com certeza, ultrapassar o tempo.

Então, proponho que v.exas. se limitem a usar dois minutos para que todos possam se manifestar e possamos ver o Flamengo jogando com o Internacional hoje à noite. Mas para isso temos que terminar a sessão antes do horário do jogo, que é às 22h.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, quero sugerir que v.exa. conceda esse tempo somente aos economistas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Mas aí será para os 40. Não vai adiantar nada, deputado Silvio Dreveck.

O Sr. Deputado José Natal - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, só quero pedir permissão ao deputado Cesar Souza Júnior para subscrever esta moção porque concordo em gênero, número e grau com o que foi colocado por ele. O presidente Lula está mexendo, sim, numa instituição sagrada neste país, que é a caderneta de poupança, por todos aqueles cálculos apresentados aqui pelo deputado Serafim Venzon.

Então, quero pedir permissão para subscrever a moção do deputado Cesar Souza Júnior.

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Giancarlo Tomelin.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Sr. presidente, na mesma direção do deputado José Natal, quero, com a aquiescência do autor, subscrever a moção, até porque quando ouvi aqui o deputado Jailson Lima discutindo, eu parei, pensei e conclui: o PT aprendeu quase tudo com o PSDB, mas não aprendeu tudo. Se tivesse aprendido tudo, não mexeria na sagrada poupança do brasileiro.

E tem mais: quando nós nos dirigíamos a um gerente de banco e dizíamos que queríamos colocar o dinheiro em algo que não tivesse risco, o gerente dizia para colocar na poupança. Agora não dá mais porque há o risco de o governo federal aí implantado... Espero que o PT aprenda com o PSDB e leia os manuais tucanos. Daí, certamente, não vai mexer na poupança do Brasil.

O Sr. Deputado Renato Hinnig - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Renato Hinnig.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Sr. presidente e srs. deputados, gostaria de pedir autorização ao deputado Cesar Souza Júnior para, junto com ele, subscrever essa moção, até porque todo governo sempre tem que fazer o trabalho de estimular a poupança, e aqui estamos vendo um trabalho no sentido inverso.

A China é a potência que é porque tem uma poupança interna de 48% do PIB, não só do governo, mas dos habitantes chineses também. E é por isso que precisamos preservar, pelos menos, a poupança daquelas pessoas mais idosas que têm nesse instrumento um mecanismo de defesa para cobrir algum tipo de doença que possa aparecer mais à frente.

Então, peço licença para subscrever a matéria. E acho que o governo federal tem que rever essa medida.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, tenho minhas diferenças ideológicas com o PT e contesto muito as suas colocações. Nesse caso, quero pedir licença para o meu partido porque discordo da maneira de pensar, até porque procurei tomar conhecimento mais de perto sobre isso e acho que a grande esmagadora maioria não vai ser prejudicada, sob hipótese alguma, mesmo tendo acima de R$ 50 mil, porque se alguém vive dessa renda, ela não será tributada.

Tenho minhas convicções e por isso vou votar contra o meu amigo Cesar Souza Júnior. Quero que ele entenda isso. Não é nada pessoal, é convicção minha, sou contra essa moção.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - O deputado Serafim Venzon utilizou o tempo de cinco minutos, em nome da bancada do PSDB, e é justo que o deputado Pedro Uczai, em nome da bancada do PT, também use o tempo de cinco minutos para fazer o contraponto ao tema proposto.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente e srs. deputados, quero, na esteira da fala do deputado Nilson Gonçalves, dizer que - e vou ver as notas taquigráficas depois - precisamos ver o que o governo está decidindo e o discurso que estamos ouvindo aqui. Temos que cuidar com a falta de decoro parlamentar! E vejam que nunca falei sobre isso aqui e estou no meu sétimo ano de mandato! Temos que cuidar com o decoro parlamentar aqui!

Então, se a taxa Selic for de 8,5% e o poupador não tiver outro rendimento, ele pode ter uma poupança de R$ 986 mil e não será tributada. O que quero dizer com isso? Esse debate tem que ser sério! Pode-se fazer política aqui, fazer associação com o governo Collor, que tirou o sagrado dinheiro da poupança, mas o discurso tem que ser a partir de informações verdadeiras. Ou seja, começará a haver tributação em 2011, a partir de R$ 50 mil. Há os casos dos especuladores, que fizeram deste país um motel, que não se sabe quem entra ou sai, que querem dinheiro para especulação e não para produção. É isso que estamos discutindo!

Em segundo lugar, é o mínimo de política monetária, de macroeconomia, entender que o setor produtivo e a fonte de financiamento da poupança são para os programas sociais legalmente constituídos. Outras formas de investimentos no setor público, em que o Banco Central fica com parte, são para outros setores de financiamento, inclusive para o setor produtivo!

Podem fazer oposição? Podem, sim! Agora, quando se tira de outro setor que está tendo investimento e tributa a poupança, é para esses especuladores dessa banca financeira. E daqui a pouco começarei a desconfiar que não é só no Congresso que os banqueiros estão financiando campanha! É essa banca especulativa que tem que investir no setor produtivo! E a poupança tem programas sociais, e já há recursos suficientes que vão para a habitação e para outros setores.

Quando o governo quer intimidar esse investimento dos especuladores nesse setor, ele quer o quê? Que eles continuem. Se querem fazer na especulação, que continuem especulando, mas devem começar a pagar Imposto de Renda nas altas somas!

Portanto, não vai atingir nenhuma pessoa que fez poupança até hoje! É desonesta essa conversa! Todos que pouparam até hoje são 99% e não vão ser atingidos em nenhum momento por essa lei. E o 1%, dependendo se não tem outra renda e outro investimento no setor produtivo, é zero também até R$ 1 milhão.

Então, vamos levar a sério esse debate e não dizer que o Lula vai tirar o dinheiro da poupança, que é pior do que a posição do Collor. Olha, vamos fazer oposição aqui, mas vamos ver os números, vamos ver bem o que foi decidido.

E o que quer a macroeconomia? Num período de crise, temos que recuperar o setor produtivo. Onde é que estão os liberais aqui?!

Por isso fico feliz com a posição do deputado Nilson Gonçalves. Não é para gerar emprego neste país, não é para investir no setor produtivo?! Os liberais querem que a banca financeira continue fazendo especulação neste país à custa do povo! Invista esse dinheiro da especulação no setor produtivo! É isto que está em discussão aqui: macroeconomia. E o ministério da Fazenda está buscando esse dinheiro para o setor produtivo, como está vindo capital estrangeiro para o setor produtivo e não especulativo.

E a poupança, justamente por ser sagrada, tem que continuar sagrada, pois é para o pequeno poupador e o povo brasileiro serem defendidos, mas para a finalidade dos programas sociais, para a finalidade da habitação. Mas na macroeconomia, se todos depositarem na poupança, os outros setores constitucionais para crédito do BNDES e de outros financiamentos públicos do setor produtivo serão comprometidos. E estamos discutindo macroeconomia aqui, porque se politizarmos o debate dessa forma, nós não estaremos sendo honestos do ponto de vista do que significou o Collor tirando o dinheiro da poupança e não o devolvendo. Não vai ocorrer isso, ninguém vai tirar nada da poupança, pois ela está garantida. E a questão da tributação tem regra clara: não vai atingir nenhum poupador, hoje, no Brasil. Porque os especuladores, que agora querem utilizar esse instrumento porque baixou a taxa Selic... Aí, sim, é mostrar quem é quem e quem defende quem aqui neste Parlamento!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra o sr. deputado Kennedy Nunes, por até dois minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, eu fiquei preocupado ao ouvir um deputado dizer que o Lula quer botar a mão na poupança de todo mundo, outro dizer que não, que ele quer botar a mão só na poupança de quem for grande, outro dizer que a poupança é sagrada, e outro dizer, por último, que o Brasil é um motel, que não sabe quem entra e quem sai.

Então, eu estou achando que isso daí está fugindo um pouquinho daquilo que é verdade, porque quem nos está assistindo fica se perguntando: “Será que ele quer botar a mão na nossa poupança”?!

Acho que este é um assunto que vai mudar a vida de todo mundo, e eu, na verdade, não gostaria que ele botasse a mão na poupança de ninguém! Poupança é poupança!

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Décio Góes - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra o sr. deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, eu ouvi aqui também argumentos que me deixaram chocados, porque entendo que podemos, e que devemos, fazer oposição, e no estado fazemos oposição, mas sempre de forma extremamente responsável. E uma Oposição irresponsável, que quer quebrar o Brasil, não faz bem para ninguém. Se usarmos desta forma os instrumentos da TVAL e da imprensa, vamos confundir a população. Isso também não é justo, não é honesto.

Vejam que 99% das contas deste país em caderneta de poupança são de até R$ 50 mil, das quais 60% de todo o dinheiro acumulado são originários de contas de até R$ 50 mil. Além disso, o governo precisa tomar alguma providência, porque senão toda a luta que nós fizemos para baixar os juros de vinte e pouco por cento estancará

no momento em que a taxa Selic baixar de 10,5%. E se ela baixar de 10,5%, nós não poderemos induzir todos os especulares a colocar o dinheiro na poupança, porque senão esse dinheiro, que é para a habitação, não será mais usado para a habitação do povo brasileiro, e sim para pagar os juros do especulador, desse investidor no mercado financeiro.

Assim sendo, precisamos fazer um debate correto, responsável, para não enganarmos a população.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Como é visível a divisão no plenário, a votação será feita pelo painel eletrônico.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a moção e os que votarem "não" a rejeitam.

(Procede à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA DE LUCA
DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR sim
DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO
DEPUTADO DARCI DE MATOS sim
DEPUTADO DÉCIO GÓES não
DEPUTADO DIRCEU DRESCH não
DEPUTADO EDISON ANDRINO
DEPUTADO ELIZEU MATTOS sim
DEPUTADO GELSON MERÍSIO sim
DEPUTADO GENÉSIO GOULART
DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN sim
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS sim
DEPUTADO JAILSON LIMA não
DEPUTADO JEAN KUHLMANN sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI
DEPUTADO JORGINHO MELLO
DEPUTADO JOSÉ CARDOZINHO sim
DEPUTADO JOSÉ NATAL sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES sim
DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA
DEPUTADO MANOEL MOTA sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA
DEPUTADO MOACIR SOPELSA
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO
DEPUTADO NILSON GONÇALVES não
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA não
DEPUTADO PEDRO UCZAI não
DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS sim
DEPUTADO RENATO HINNIG sim
DEPUTADO RENO CARAMORI sim
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA
DEPUTADO ROMILDO TITON sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES não
DEPUTADO SERAFIM VENZON sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK não
DEPUTADO VALMIR COMIN

Votaram 24 srs. deputados.

Está encerrada a votação.

Temos 17 votos "sim" e oito votos "não".

Está aprovada a matéria por maioria.

Moção de autoria do sr. deputado Pedro Uczai, a ser enviada aos presidentes da República, do Senado Federal, da Câmara de Deputados, do Fórum Parlamentar Catarinense e ao ministro da Educação, manifestando posição contrária à redação do § 1º do art. 11, do acordo firmado entre e a República Federativa do Brasil e a Santa Sé.

Em discussão.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Eu queria explicar aos srs. deputados o seguinte: o presidente Lula, no encontro com o Papa, assinou um acordo sobre o ensino religioso no país. E o Brasil, desde a proclamação da República, separou a relação entre estado e igreja, toda a experiência liberal do país. Se o Brasil é uma República e está separado entre religião e estado, ele tem diversidades e características culturais, éticas e religiosas em sua pluralidade.

A educação pública não pode, em hipótese alguma, privilegiar qualquer religião em detrimento de outra. Por isso que o § 1º do art. 11, do acordo firmado entre a República Federativa do Brasil e a Santa Sé, no dia 13 de dezembro de 2008, fere a Constituição Federal e a Lei Federal n. 9.394, de 1996, da LDB.

No acordo está assim, só para que todos os deputados, com muita tranquilidade e transparência, possam votar aqui de forma consciente:

(Passa a ler.)

"O ensino religioso, católico e de outras confissões religiosas de matrícula facultativa constituem disciplina."

O que estamos propondo é que seja eliminada a palavra "católico".

No texto original está assim:

(Continua lendo.)

"O ensino religioso é facultativo, é parte integrante da formação básica do cidadão, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas do ensino fundamental, assegurando respeito à diversidade cultural e religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo."

Eu tenho tradição católica, só falta a benção do bispo para eu ser padre, mas nesse aspecto eu defendo, primeiro, um estado laico; segundo, que o acordo deve preservar a pluralidade das religiões no país e que o ensino religioso deve ser visto como ciência da religião e não deve haver nenhuma forma de proselitismo.

Eu estou sugerindo, srs. deputados, que seja excluído nesse acordo internacional a palavra "católico". Ela discrimina outras confissões religiosas. Então, respeitando a democracia, respeitando a República, respeitando a pluralidade religiosa, nós estamo-nos manifestando nessa direção, até porque eu contribui para a criação do curso de Ciência da Religião da nossa querida UnoChapecó, de Chapecó.

Este é o esclarecimento de respeito à República, de respeito ao estado laico, de respeito às diferentes religiões, sem discriminação a nenhuma forma de proselitismo no ensino de religião nas escolas do país.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) -Com a palavra o sr. deputado Serafim Venzon, por até dois minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, esse acordo entre a Santa Sé e República Federativa, orientado pelo presidente, tem, no mínimo, dois equívocos. Primeiro, por ter-se referido apenas à religião católica. Tanto o deputado Pedro Uczai quanto eu estudamos em colégios de padre, e eu também defendo, apesar de ser católico, a teoria de que há que se permitir que todas as outras religiões de fundo cristã e que têm praticamente todos os mesmos princípios, o princípio da boa convivência e da transcendência...

Mas existe outro equívoco, sr. presidente, com relação ao ensino religioso facultativo. Essa expressão dá a impressão de que o colégio que quiser pode dar o ensino religioso. Na verdade, do jeito que está, hoje, esse termo passa a ser proibitivo. Por quê? Quem paga o professor de ensino religioso? Tem que ser alguém altamente abnegado que se sujeita a uma porção de restrições que a escola oferece, porque alguém pode pensar que o ensino religioso na escola é uma coisa maldosa, ou então que o diretor tem que fazer um esforço extraordinário para conseguir que um bispo, um padre ou alguém vá lá e ensine aula de religião sem nenhum compromisso social.

Então, deputado Pedro Uczai, eu quero pedir a v.exa., como presidente da comissão de Educação, Cultura e Desporto, da qual também faço parte, que, além da palavra "católico", seja retirada a palavra "facultativo", para permitir que todas as escolas...

(Manifestação interrompida por término do tempo regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Deputado Silvio Dreveck, veja a dificuldade que nós temos aqui. Antes o termo era economia, agora passamos para religião e continuamos com o mesmo debate, mas, com certeza, o deputado Padre Pedro Baldissera vai trazer a sua contribuição, pois ele de fato é um especialista no tema.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Ismael dos Santos, lembrando, deputado, que esse acordo é com o Papa.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Perfeitamente, presidente.

Nós acompanhamos com cautela as notícias que nos chegaram de Roma, sr. presidente, em relação a esse pacto com a Santa Sé. E de fato desde que Martinho Lutero, em 1517, afixou as 95 teses na Abadia de Wittenberg, a separação entre estado e igreja é sempre bem-vinda e tem sido assim no mundo ocidental.

Por isso quero pedir permissão ao deputado Pedro Uczai para subscrever a moção de sua autoria.

(O autor aquiesce.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a aquiescência do deputado Pedro Uczai, a moção também será subscrita pelo deputado Ismael dos Santos.

A Sra. Deputada Professora Odete de Jesus - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Professora Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, eu quero parabenizar o deputado Pedro Uczai pela brilhante iniciativa e pedir, da mesma forma, para subscrever a moção de sua autoria.

Gostaria de dizer também que o aluno, a família, tem a sua fé e todo o direito de escolher a qual denominação quer pertencer, já que Deus é universal. E as escolas devem respeitar isso.

Então, parabenizo o deputado pela iniciativa.

Muito obrigada!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, eu já falei com o autor dessa moção, deputado Pedro Uczai, que também a estou coassinando, pois entendo que é a melhor posição, até porque o nosso estado é laico.

Agora, com relação ao que o deputado Serafim Venzon falou aqui, não existe a palavra facultativo no texto desse acordo que o deputado Pedro Uczai citou, que foi feito entre o Brasil e a Santa Sé. É outra questão que está lá na Constituição Federal. Só quero deixar claro que o que se está falando aqui é sobre um trecho de um acordo que não está condizente com a Constituição. Na verdade, esse acordo, com essa parte, está ferindo a nossa Constituição.

Muito obrigado, sr. presidente,

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, eu não poderia, de forma alguma, deixar de parabenizar o deputado Pedro Uczai pela maneira serena como fez as colocações aqui, e elogiá-lo pela inteligência no texto. E se ele permitir, eu gostaria de assinar também a sua moção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Nós temos agora duas moções que contêm um tema que não é polêmico e que por isso ficaram para o final.

Moção de autoria do deputado Pedro Uczai, a ser enviada aos presidentes do Senado e da Câmara, à bancada catarinense na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, manifestando apoio à aprovação da reforma política e solicita urgência na votação.

Já quero esclarecer que logo em seguida nós vamos discutir e deliberar a moção de autoria do deputado José Natal que, se aprovada, levará o seguinte texto:

(Passa a ler.)

"A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, acolhendo proposição do deputado José Natal Pereira, apela a v.exa. e também aos presidentes do Senado e da Câmara pela rejeição da proposta de instituição do voto em lista fechada para os cargos do Poder Legislativo, por representar um desserviço à nação e um retrocesso da democracia nacional, retirando do povo o direito soberano de escolher pessoalmente o seu representante, o que somente seria aceitável através de consulta popular.

Respeitando assim o estado democrático que quer respeitar e fazer valer a vontade do povo brasileiro.

Atenciosamente,

(a)Deputado Jorginho Mello - presidente."[sic]

Fiz este encaminhamento porque tenho certeza de que há concordância e unanimidade dos seus líderes com relação à moção de autoria do deputado Pedro Uczai, no que diz respeito ao apoio à reforma política.

Caso todos entenderem desta forma, a votação da primeira moção, de autoria do deputado Pedro Uczai, será mais simples e poderemos deixar o debate para a segunda moção, para a qual irá, aí sim, recair um debate maior.

O Sr. Deputado José Natal - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - V.Exa. abrirá para a discussão e fará a votação da minha proposição já em seguida, e depois será a da outra? Vamos discutir e depois já votaremos. Depois entrará a moção do deputado Pedro Uczai, que já foi discutida. Portanto, no caso, ela volta a ser discutida para depois ser votada. É isso? Então, peço a reversão!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Deputado, há um consenso, pelo menos é o que eu percebo. V.Exa. não é a favor de que haja a reforma política?

O Sr. Deputado Edison Andrino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Edison Andrino.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Eu gostaria de me manifestar sobre isso porque a reforma política que a mídia tem trazido ao conhecimento da opinião pública é aquela em lista fechada. Não há outra reforma política tramitando no Congresso, a não ser essa já preestabelecida.

Assim sendo, na hora em que aprovarmos aqui uma moção de apoio à reforma política, automaticamente estaremos aprovando a lista fechada. Eu não conheço outra reforma política que esteja sendo discutida, a não ser essa de lista fechada no Congresso Nacional. Então, eu acho que uma coisa está embutida nisso.

Mas eu, particularmente, sr. presidente, sou totalmente contra. Sou favorável a uma reforma política não para a próxima eleição, mas para todas as eleições.

O que acontece no Congresso Nacional é que na véspera de cada eleição faz-se uma pseudo reforma política para a próxima eleição, geralmente para manter os deputados e os senadores em Brasília.

Então, eu creio que nós podemos aprovar uma proposta aqui que seja para todas as eleições, e não uma reforma política paliativa, que sirva somente para a próxima eleição, e geralmente casuística, para manter a situação que está no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Eu vou esclarecer, deputado Elizeu Mattos, antes de continuarmos o debate. Parece-me que há um consenso, inclusive pelas palavras do deputado Edison Andrino, de que deve haver uma reforma política. Isso é o que está na moção do deputado Pedro Uczai. Se ela vai ser aprovada agora, se vai ser por emenda supressiva, se vai ser por emenda modificativa, é uma questão que o Congresso vai tratar.

Então, eu vou propor que seja deliberada a moção do deputado Pedro Uczai para, logo em seguida, deliberarmos sobre a moção do deputado José Natal. Nós não vamos fazer duas moções com textos diferentes, uma vai ser complemento da outra, aprovada ou não, e aí vamos respeitar a maioria da Casa que, se entender que deve votar aprovando com o voto em lista, isso vai prevalecer. Se a maioria desta Casa entender que não deve ser, e eu acho que é o que vai acontecer, ela vai ser aprovada.

Em discussão a moção do deputado Pedro Uczai.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Acho que a reforma política abrange um todo. Pelo que discutimos ontem aqui com o deputado Pedro Uczai e a deputada Professora Odete de Jesus, acho que primeiro aprova o complemento e depois a moção de ontem.

Vou votar a favor da moção do deputado Pedro Uczai, mas que contenha o voto em lista fechada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Há procedência com relação à matéria do deputado Pedro Uczai. E, com todo o respeito, tenho certeza absoluta de que todos os srs. parlamentares são a favor da reforma política. Eu, pessoalmente, sou contrário ao voto em lista, mas vou me manifestar quando da matéria do voto em lista. Ninguém está fazendo aqui pegadinha para querer induzir posição. Acho perfeitamente cabível e não vai restar nenhuma dúvida da posição pessoal de cada deputado.

A Sra. Deputada Professora Odete de Jesus - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Professora Odete de Jesus, para encaminhamento de votação.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, sabemos que a discussão da reforma política vem de anos. Ela está tramitando no Congresso Nacional em regime de urgência. E não vamos poder fazer nada, sr. presidente, porque a hora da votação em regime de urgência será no apagar das luzes. Vou me abster da votação.

O Sr. Deputado Cesar Souza Júnior - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Cesar Souza Júnior, para encaminhamento de votação, com certeza para contribuir com o desenlace desse conflito.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Não tenha dúvida, sr. presidente, sempre no intuito de colaborar com a Presidência de v.exa. nesta sessão.

Compreendo o que o nosso presidente colocou, mas esse negócio que v.exa.

falou de reforma política é que nem ser a favor do meio ambiente, da cura da AIDS, da cura do câncer; todo mundo é a favor da reforma política. O problema é qual reforma política.

O problema é que se aprovarmos a primeira e rejeitarmos a segunda, todos nós vamos ficar como apoiando a atual reforma política em tramitação no Congresso Nacional, que prevê financiamento público, lista fechada com pré-ordenamento da última eleição, e uma série de outras modificações bastantes polêmicas.

Então, sr. presidente, o problema é que aprovando essa e rejeitando a outra, vai parecer que todos nós, deputados, somos favoráveis à atual reforma política. Dizer que é favorável à reforma política, todo mundo é. O problema é que tipo de reforma política queremos.

Por isso, é complicado votar a favor dessa moção, porque se a outra for rejeitada, todos nós estaremos aqui apoiando a atual, em tramitação.

Então, por conta disso, não me sinto confortável por votar favoravelmente a essa moção tal como está a sua redação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Quero, mais uma vez, deixar claro que o que vai prevalecer aqui é a maioria. Nenhuma das duas posições terá unanimidade. E estaremos submetidos à vontade da maioria, de uma forma ou de outra. Deliberada ela vai ter que ser, de uma forma ou de outra. Eu apenas fiz o encaminhamento da matéria; agora, as duas matérias serão deliberadas.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - E depois de ouvir o deputado Silvio Dreveck, vou submeter à votação, conforme determina o Regimento, a moção do deputado Pedro Uczai. E quem for contra que vote contra.

Deputado Silvio Dreveck, v.exa. tem a palavra pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Penso que as duas moções merecem a aprovação nesta Casa, porque elas têm campos diferentes: a favor da reforma política e contra o voto em lista fechada. Inclusive, já que o debate está acalorado, acrescento uma proposição minha, no sentido de que sejam prorrogados os mandatos dos atuais legislativos, executivos e que se faça um calendário único de vereadores a presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - V.Exa. contribuiu muito, nobre deputado.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Gostaria de sugerir que fizéssemos votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - O voto será nominal.

Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação a moção do deputado Pedro Uczai, que dispõe sobre o apoio à reforma política.

Os srs. deputados que são favoráveis deverão votar "sim" e os que não forem deverão votar "não".

Temos que ter 21 votos, senão voltamos ao termo regimental duvidoso que tivemos ontem, de não termos o quórum necessário.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA DE LUCA
DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR não
DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO
DEPUTADO DARCI DE MATOS
DEPUTADO DÉCIO GÓES sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO abstenção
DEPUTADO ELIZEU MATTOS não
DEPUTADO GELSON MERÍSIO sim
DEPUTADO GENÉSIO GOULART
DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS não
DEPUTADO JAILSON LIMA sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN não
DEPUTADO JOARES PONTICELLI
DEPUTADO JORGINHO MELLO
DEPUTADO JOSÉ CARDOZINHO não
DEPUTADO JOSÉ NATAL não
DEPUTADO KENNEDY NUNES sim
DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA
DEPUTADO MANOEL MOTA sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA
DEPUTADO MOACIR SOPELSA sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO
DEPUTADO NILSON GONÇALVES não
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA sim
DEPUTADO PEDRO UCZAI sim
DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS abstenção
DEPUTADO RENATO HINNIG abstenção
DEPUTADO RENO CARAMORI sim
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA
DEPUTADO ROMILDO TITON
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON
DEPUTADO SILVIO DREVECK sim
DEPUTADO VALMIR COMIN sim

Está encerrada a votação.

Votaram 24 srs. deputados.

Temos votos 14 "sim" e sete votos "não".

Está, portanto, aprovada a moção do deputado Pedro Uczai.

Moção n. 0102/2009, de autoria do deputado José Natal, que propõe aos presidentes da Câmara e do Senado a exclusão do voto em lista da reforma política.

Em discussão.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Elizeu Matos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Acho que esse tema já foi debatido suficientemente. Acho que é só votar, pois já debatemos ontem por duas horas. Foi debatido, sim, deputado, até existe uma posição de v.exa. colocada ontem aqui. Foi amplamente debatido; agora, acho que é só colocar em votação.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Peço a palavra para discutir, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra o sr. deputado Pedro Uczai, para discutir a matéria.

Vamos estabelecer o tempo máximo de cinco minutos para que não tenhamos um tempo exagerado a todos os deputados.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, essa moção é o tema central do debate do futuro dos partidos políticos e do futuro da democracia neste país.

Não precisamos fazer aqui um embate só de algumas posições, mas precisamos compreender sua profundidade. E para este deputado cinco minutos são totalmente insuficientes para construir um raciocínio sobre as grandes teses que defendo com relação à lista.

Em primeiro lugar, hoje quem manda nos partidos são os deputados, são os parlamentares, são os que têm voto, os prefeitos, os governadores, o presidente, etc. Quem detém o poder sobre os partidos são os parlamentares eleitos. Inclusive, já ouvi de vários parlamentares, de todos os partidos, nesta Casa, que se admitirmos essa realidade, quem define a dinâmica de funcionamento e de governabilidade, inclusive dos governos, não são os partidos.

Por isso a dificuldade do presidente do PP na governabilidade do Congresso, a dificuldade da presidência do PMDB no debate da governabilidade do Congresso, a dificuldade dos deputados do PSDB e a governabilidade no Congresso, onde os deputados federais votam a favor do governo do presidente Lula, mesmo sendo Oposição. E vide aqui o deputado Gervásio Silva. Ou seja, os partidos políticos, hoje, fragilizaram-se. Se queremos pensar no fortalecimento dos partidos e acabar com os caciques, temos que ter o voto em lista fechada.

Nobres deputados, fortalecer a democracia neste país é ouvir a base e não a lista de quem teve votação na última eleição. Devemos ouvir o partido político.

Quando se fala em lista, fala-se em financiamento. Não tem como descasar financiamento público do voto em lista. Como é que vão votar individualmente financiamento público? Porque é o financiamento privado que dá governabilidade aos banqueiros, que elegem seus deputados e senadores para a governabilidade de suas bancadas e não dos partidos. Portanto, a vinculação entre partidos políticos, financiamento público de campanha e voto em lista é fundamental.

Deputado Nilson Gonçalves, se o partido colocar lista que não tem legitimidade, se um corrupto estiver na lista e alguém apontar que a lista de tal partido tem um corrupto no meio, quero ver o partido defender.

Se na lista que se construiu por alguns caciques, que são donos de partidos, constar pessoas e lideranças que não possuam adesão social e popular, o partido todo perde. E quando se discute o inverso, ou seja, que a pessoa não vai mais ter o direito de ser votada...

Com relação às ideias do PMDB, do PT, do DEM, que é a favor, por exemplo, da privatização da Petrobras - o PT é contra -, o partido tomará posição - só estou colocando como exemplo -, tomará a discussão da sociedade, vai discutir e votar as ideias. E os candidatos vão discutir ideias no seu partido, propostas no seu partido. Hoje, para quem se elege, não importa se existem ideias ou se existem propostas, porque não precisa. Precisa é ter estrutura e base social.

Por isso, nós, deputados, vamos nos reeleger; basta apenas montar estrutura e base. Nós, deputados, vamos nos reeleger, é só montar a estrutura de um mandato de um deputado estadual em detrimento das lideranças da nossa base.

Quanto a essa discussão de que não vota na pessoa, aqui, dentro desta Casa, todos os deputados têm partido político e votam como bancada e não quanto ao voto da base. Mas lá, na hora da votação, não tem ideias, não tem propostas, não tem projeto político que vigore na relação pessoal, de apadrinhamento, de clientelismo ou de outras formas honestas.

Eu nunca comprei voto de ninguém; nunca dei R$ 1,00 para ninguém; nunca

paguei uma cerveja para ninguém, nunca! Mas existem questões de infraestrutura política, de construção de partido político.

Deputado Joares Ponticelli, nós, dos partidos, temos mandato, nós mandamos no partido.

Eu vivi como prefeito na relação com os vereadores; vivi como presidente do PT; vivi como deputado. Não tem futuro neste país a democracia, se não fortalecermos os partidos políticos. Voto individual e pessoal não é voto de representação pessoal, é voto de outros interesses e não...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Professora Odete de Jesus - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Professora Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, veja a força deste Parlamento. Houve um apelo desta deputada e fui a primeira inscrita a falar sobre a greve. Veja v.exa. o poder que tem este Parlamento. A greve acabou às 18h, e a Grande Florianópolis volta ao seu ritmo normal.

Parabéns a este Parlamento!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Edison Andrino, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente e nobres srs. deputados, todos nós somos favoráveis a uma reforma política eleitoral. Isso é um assunto discutido há muito tempo. Mas qual reforma política eleitoral que nós queremos? Essa que está sendo discutida no Congresso Nacional para a próxima eleição? Ou nós queremos uma reforma política, um verdadeiro código eleitoral que sirva para todas as eleições?

O problema, sr. presidente, é que o Congresso quer fazer reforma política para reeleger o atual Congresso Nacional, o Senado e Câmara Federal.

Eu concordo com algumas palavras aqui colocadas pelo deputado Pedro Uczai. É verdade que os partidos estão em frangalhos. E a culpa é de quem? Dos políticos. Porque políticos trocam de partido como se troca de camisa. Ninguém deixa de ser do Avaí, porque ele perde, e até não tem perdido muito, mas o Figueirense tem e ninguém deixa de ser Figueirense. Ninguém deixa de ser do Flamengo, deputado Sargento Amauri Soares, porque ele perdeu duas partidas em seguida. Você pede para trocar o técnico, colocar centroavante novo. Mas com partido político é uma vergonha. Na primeira eleição que perde o governador, a metade vai para o lado do ganhador, do prefeito.

Por isso, os partidos políticos estão desacreditados. E nós precisamos fazer uma reforma política. Lista fechada é bom, sistema misto com voto distrital é bom. Mas uma das coisas que precisamos discutir numa reforma política é o voto distrital, para acabar com a interferência do poder econômico nas eleições, em que um candidato apoiado pelo segmento de um governo espalha-se pelo estado inteiro. E isso não está sendo discutido com profundidade na reforma política do Congresso Nacional.

O primeiro item do sistema de lista que será implantado, deputado Pedro Uczai, é que a ordem da lista tem que obedecer ao resultado da última eleição. Ora, sr. deputado, que critério é esse? Você vai renovar partido político mantendo a mesma bancada da Câmara Federal? Onde entra a juventude que quer fazer política? Qual é o jovem que vai entrar no processo eleitoral, se ele vai lá para o final da lista? E a participação das minorias, das mulheres? Como se renova partido político dessa maneira?

É bem verdade que, para existir o verdadeiro sistema democrático no Brasil, e em qualquer país do mundo, é importante que tenhamos partidos fortes, mas não com essa reforma eleitoral que está sendo comandada, inclusive, por um companheiro do meu partido, que é o ex-presidente da Câmara, Ibsen Pinheiro, porque não é uma reforma política eleitoral séria. É uma medida, deputado José Natal, paliativa para manter os mesmos deputados em Brasília.

Nós não podemos concordar com isso, e o povo não vai aceitar essa reforma política que não trata a coisa seriamente. Eu sou favorável a financiamento público de campanha. Sou favorável até que se discuta a questão de lista, mas não a essa reforma que está sendo feita no Congresso Nacional, que é uma reforma para manter os atuais deputados federais em Brasília.

Eu não posso concordar com isso. E a opinião pública não vai aceitar esse tipo de reforma, mesmo porque essa questão de lista, deputado Elizeu Mattos, tem que ser um processo de amadurecimento junto à população e não uma medida casuística aprovada na véspera da eleição para manter os atuais deputados em Brasília.

Por isso, sou favorável a uma reforma política para sempre e não para a eleição do ano que vem.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra o deputado Ismael dos Santos, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados, com a permissão do deputado Sargento Amauri Soares, vou tomar o *know-how* dele e vou, a partir de agora, utilizar em todas as sessões o *slogan* que eu criei, e vamos fazer alguns adesivos, deputado Jean Kuhlmann: "Diretas sempre - Indiretas jamais". Este vai ser o nosso *slogan* até essa discussão se prorrogar.

Seguindo a linha do deputado Edison Andrino, somos favoráveis à reforma política e defendemos alguns itens pontuais, deputado Pedro Uczai. Por que não se discute a questão da introdução do voto facultativo? Por que não acabar com o voto obrigatório neste país? Por que não se enfatiza a redução, por exemplo, do Congresso Nacional? Eu sou favorável em reduzir 20% do Congresso Nacional, de três senadores por estado para dois, de 513 deputados federais para 400, extinção de vaga de suplente para senador.

Claro, a fidelidade partidária já é uma conquista, está consolidada, acho que não entra mais na discussão. Agora, preocupa-me, deputado Pedro Uczai, porque este país que deu o Bolsa Família, o Bolsa Gás, agora, deputado Cesar Souza Júnior, vai dar o bolsa mandato. Nós vamos ter bolsa mandato, claro, porque vamos perpetuar as oligarquias. Em vez de democracia, vamos ter aristocracia, o comando dos poderosos do partido. E mais do que isso, o que me preocupa é que os corruptos vão, sim, esconder-se atrás da lista. Vão-se esconder.

E eu cito aqui o exemplo, que já citei ainda esta semana, do deputado Sérgio Moraes, do PTB, do Rio Grande do Sul, quando dizia que a opinião pública e a mídia que se lixem. Ora, como é que o cidadão do Rio Grande do Sul vai poder abortar um processo eleitoral, que certamente vai eleger um cacique como este no partido? Não tem como, não tem como.

Então, srs. deputados, eu entendo que o voto em lista, sem dúvida alguma, vai cassar o direito dos eleitores de escolher diretamente os seus eleitos. Diante disso, a nossa posição é contra o voto ilícito. Diretas sempre, indiretas jamais.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dirceu Dresch. Em seguida falarão os deputados Nilson Gonçalves, Décio Góes e José Natal.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente e srs. deputados, com certeza esse é um grande tema que os Parlamentos catarinense e brasileiro têm que enfrentar. Ouço muitos deputados falando que o Judiciário não deve legislar. E sobre a questão da fidelidade partidária, o Supremo Tribunal já se pronunciou e criou regras no nosso país. Quanto à reforma política, eu temo que, se o Congresso Nacional não tiver vergonha de enfrentá-la e fazê-la, logo, logo o Supremo vai novamente legislar sobre essa questão.

Então, essa é a primeira questão que quero deixar clara: a coragem de nós, políticos, enfrentarmos esse tema. O grande problema que o nosso partido já identificou é que os deputados que estão lá hoje não foram eleitos para fazer a reforma política. Eles não vão fazer - e aí concordo com o deputado Edison Andrino - uma reforma profunda como é necessário.

O meu medo e preocupação - e não tenho muita dúvida disso - é que, se houver a lista, vão sair os deputados prioritários. Mas existem duas propostas, uma em que teria prioridade quem está aí hoje e outra em que não há prioridade, o partido reúne-se com os seus delegados e discute a lista.

Agora, eu sou muito favorável à lista. Eu não vejo financiamento público de campanha sem que os partidos sejam financiados. Porque se financiarem os candidatos, continuará o processo de corrupção. O partido é uma instituição. Então, como é que a pessoa física irá receber dinheiro? Como os candidatos receberão dinheiro, sem passar pelo partido? Isso não existe. Portanto, financiamento público sem lista partidária não funciona.

Outra questão importante é que eu vejo muito medo por parte dos deputados de enfrentarem essa discussão dentro dos seus partidos. Por quê? Porque, srs. deputados e sras. deputadas, nós temos que fazer uma reforma partidária também. A democracia interna nos partidos tem que ser enfrentada no Brasil.

O deputado Padre Pedro Baldissera fala muito sobre o deputado mandar. Nem é preciso ser deputado para isso, temos pessoas que há 20, 30 anos estão mandando nos partidos. Será que temos coragem, deputado Ismael dos Santos, de fazer a mudança estatutária, os regimentos dos nossos partidos para não termos os chefões mandando? Poderemos democratizar os partidos? Esse é outro desafio.

Não adianta discutirmos lista, se não democratizarmos e se não fizermos a reforma dos partidos. É claro que teremos meia dúzia mandando nos partidos, ou dois, três coronéis. Agora, a sociedade também vai ver quais são os partidos que se abrem para a nova perspectiva, e irá apoiá-los.

Vi há alguns dias dados que mostram que mais de 50% da população já não sabem mais em quem votaram na última eleição. Se tivessem votado em um partido, em um projeto político, se tivessem optado por um partido que tem uma lista de candidatos de

confiança, seria diferente. A sociedade, ao olhar a lista, irá ver que o candidato é de confiança e irá votar naquele partido e em um projeto. Não votará na pessoa, porque a grande decepção da sociedade brasileira está em votar na pessoa, porque logo, logo ela muda de partido, vende-se, por estar a serviço do poder econômico, corrompe-se. Esse é o grande problema da desconfiança do povo na política brasileira.

O voto em lista mudará radicalmente isso. O povo não irá votar no partido que colocar corrupto na sua lista. O povo não votará quando houver corrupto na lista. Por isso, o partido vai se preocupar em colocar gente séria na lista. O corrupto vai jogar o partido para baixo e todos vão-se preocupar com isso.

Para finalizar, quero dizer que sou extremamente favorável à lista. Não tenho nenhum receio quanto a uma profunda mudança partidária. Eu não acredito que o Congresso Nacional vá fazer uma profunda reforma, mas vai fazer o que é possível nesse momento. E o nosso partido defende inclusive uma Constituinte especial para fazer uma profunda reforma política no Brasil, porque sem essa reforma...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Inscrito o sr. deputado Nilson Gonçalves, a quem concedo a palavra por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente e srs. deputados, eu podia simplesmente pedir uma cópia do meu pronunciamento de quinta-feira passada e colocar no ar. Evitaria, inclusive, gastar saliva, pois a minha maneira de pensar sobre esse quesito já coloquei nesta tribuna, na quinta-feira passada.

Eu escutei alguma coisa que me doeu o ouvido hoje. Foi dito aqui que o voto ilícito iria acabar com os caciques políticos no Brasil. Doeu-me o ouvido, sinceramente, porque eu acho que o voto em lista, na verdade, vai consagrar o caciquismo neste país. É um assunto que se esgotou por tantas vezes ser abordado aqui, nesta tribuna. Mas, faço uma sugestão àqueles que querem voto em lista: deveriam também defender o mandato vitalício, é muito mais fácil, porque o voto em lista, na verdade, vai consagrar a locupletação daqueles que já estão no poder. Essa é a grande verdade.

Eu queria perguntar aos srs. deputados qual é o estímulo que alguém vai ter em trabalhar numa eleição, sabendo que não tem a menor possibilidade de ser eleito? O meu partido, por exemplo, tem possibilidade de eleger oito deputados no próximo ano. Do 9º candidato para frente, o 11º, 12º ou 13º candidato, que estímulo haverá para que faça um trabalho numa eleição? E como fica para aquele que está na primeira lista? Se acontecer isso, eu seria o primeiro da lista, porque tenho o privilégio de ser o mais votado do partido aqui em Santa Catarina. E que estímulo eu teria para fazer uma eleição? Eu ainda teria um estímulo porque a eleição estaria garantida; iria trabalhar, entregar o santinho que seria um tucano, o 45, e por aí.

Mas qual é o estímulo, para quem não tem possibilidade alguma de estar incluído numa eleição, de fazer uma campanha política? Essa é uma pergunta que fica. Há outra pergunta, porque isso é votar num pacote fechado. V.Exas., quando vão ao supermercado comprar frutas, escolhem as melhores maçãs. Agora, imaginem chegar num supermercado e encontrar lá um pacote fechado com um monte de maçãs podres e algumas boas. Aí v.exas. vão reclamar para a gerente que não quer levar as podres, só as boas. Ela diz que o pacote é fechado, que tem que levar o pacote.

Na política vai acontecer exatamente isso, se aprovarem a lista. Você vai comprar um pacote fechado e vai arrastar para dentro do Congresso também os elementos que a sociedade queria ver fora dele. Essa é a grande verdade. Nós temos muitas situações. Por que não se discute, por exemplo, nessa reforma política, a diminuição de 513 deputados no Congresso Nacional para apenas 200? Por que não se discute a diminuição do número de deputados nas Assembléias também? Aqui há 40 deputados, mas poderia haver só 20, e nas Câmaras de Vereadores também. Poderia diminuir pela metade em todas as esferas. Por que não se discute isso? Aí, sim, a reforma estaria vindo ao encontro dos anseios da sociedade, haveria mais decência, mais economia com o dinheiro público.

Agora, defender financiamento público, como ouvi aqui, como se o financiamento público fosse coibir o dinheiro da iniciativa privada para o candidato ou para o partido! Vai continuar o partido ou o candidato recebendo dinheiro da iniciativa privada do mesmo jeito. E o dinheiro público vem para os partidos, num grande montante, porque daí passa a ser legal, deixando de ir para o fim a que se propõe, que é atender às pessoas menos favorecidas deste país.

Por que não o voto distrital? Vamos discutir o voto distrital, esse é interessante. Por que não discutir, por exemplo, colocar nas Assembleias, nas Câmaras de Vereadores, no Senado, na Câmara Federal os mais votados? Não entendendo que seja proporcionalidade coisa nenhuma.

Aqui, por exemplo, em Santa Catarina, os 40 candidatos mais votados vêm para a Assembleia, e ponto final! Fica muito mais simples, é como o ponto corrido em Campeonato Brasileiro de futebol. Por que criar essa situação em que o candidato que tem menos voto entra, em detrimento do outro que tem mais? Os 40 mais votados entram aqui, e assim consecutivamente.

Há tanto coisa para se discutir, mas, ao invés disso, discute-se uma lista fechada, que seria o fim da picada para este país!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Os deputados que estão inscritos em seguida são: José Natal, Sargento Amauri Soares e Serafim Venzon. É flagrante que não temos mais quórum para deliberar e que essa matéria irá ficar suspensa para a próxima sessão em que houver quórum para deliberação.

Então, proponho que as inscrições destes deputados inscritos passem a ser as primeiras quando a matéria vier para a pauta.

(As lideranças aquiescem.)

A matéria fica para a Ordem do Dia da próxima terça-feira. E já estão inscritos para falar os deputados Décio Góes, José Natal, Sargento Amauri Soares e Serafim Venzon.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passamos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Padre Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, esse é um assunto extremamente importante para o debate, a reflexão. Pessoalmente, eu já tenho plena convicção de que o Congresso Nacional não vai fazer a reforma política que a sociedade brasileira precisa. Disso eu não tenho dúvida nenhuma.

É pura balela que este Congresso Nacional possa trazer para a sociedade brasileira a reforma política que ela precisa, e não tenho dúvida nenhuma. Podemos discutir, debater, levantar questionamentos, uma série de encaminhamentos, mas, infelizmente, os interesses individuais, pessoais sobrepõem-se aos interesses da sociedade brasileira. Não tenho dúvida disso!

Nós teríamos que buscar outro encaminhamento, se quisermos fazer uma reforma política para valer neste país. Quem sabe um plebiscito? Nós temos que encontrar algo diferente do que aí está, porque os interesses particulares sobrepõem-se aos da nação.

Então, eu gostaria de deixar isso aqui registrado. É a minha forma de pensar com relação à reforma política neste país. Inúmeras vezes trouxemos essa questão para debate, mas, no momento em que se coloca o dedo na ferida, não se faz! E não vão fazer, pois mexe com os interesses pessoais, de grupos, porque os interesses da sociedade brasileira não estão acima, infelizmente!

Quando vou para Brasília, defronto-me com todas aquelas estruturas e volto de lá até revoltado. Por quê? Quanto dinheiro sai do suor do trabalho, do sangue de nosso povo e está-se perdendo com toda essa grande estrutura. E aí faltam recursos para a educação, a saúde; faltam programas de inclusão social para a nossa agricultura. E o dinheiro perde-se nessas faraônicas estruturas que não libertam e não trazem novas perspectivas para a nossa sociedade!

Temos que começar a mudar isso! No momento em que começarmos a mudar essas estruturas, faremos uma revolução na sociedade e no país onde estamos vivendo, porque dinheiro existe, e o dinheiro sai de algum lugar, mas, infelizmente, não volta para lá.

Falo isso porque saí ontem à noite da Assembleia e fui até o extremo oeste, onde participei, hoje pela manhã, de uma reunião com mais de seis mil agricultores, agricultoras e camponeses organizados que lutam e discutem uma pauta de reivindicações para os nossos governos, só que, infelizmente, estão longe, distante de ser atendidos. E são reivindicações humildes, que para a estrutura do nosso estado e do nosso país não representam grande dificuldade! São reivindicações pequenas, mas, infelizmente, temos pouca sinalização!

Os nossos agricultores estão reivindicando políticas emergenciais porque precisam da participação do estado neste momento para poderem levar adiante o dia-a-dia de suas vidas e de suas famílias. Precisam de políticas como, por exemplo: a anistia das dívidas contraídas para os investimentos na cultura e na atividade da roça. E olhem, srs. deputados, que há anistia, isenção fiscal para fazendeiros, latifundiários. Quer dizer, dinheiro para tudo isso existe, agora para possibilitar programas estruturantes para os nossos agricultores e agricultoras não existe um centavo sequer!

Está na hora de tomarmos uma postura e enfrentarmos isso com seriedade. Nossos agricultores estão vivendo uma situação drástica, jamais enfrentada em nosso estado. É preciso haver sensibilidade, decisão política por parte dos nossos governantes para atendê-los, fazendo com que suas angústias e seus problemas possam ser amenizados.

Então, nesse sentido coloco aqui essa grande e importante mobilização da Via

Campesina. Mais de seis mil pessoas participaram da discussão, do debate e da reivindicação. Se o governo, deputado Pedro Uczai, não tomar uma atitude nesse momento, com toda a certeza estará contribuindo para engrossar as fileiras dos grandes centros urbanos. E aí haja políticas sociais para atender às necessidades desse nosso povo, ou seja, mais dinheiro vai ser gasto nisso.

Portanto, os investimentos são pequenos, mas são extremamente necessários. E é importante que o governo rapidamente tome decisões, além de receber os nossos agricultores, para resolver ou amenizar a situação.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Quero cumprimentar v.exa. e parabenizá-lo pelo seu compromisso, seu engajamento junto aos movimentos sociais. E ontem e hoje os agricultores estão manifestando as suas reivindicações.

O governo estadual muitas vezes tem tido dificuldade em atender às mínimas reivindicações dos agricultores familiares. O Movimento das Mulheres Camponesas, às vezes, não sabe mais se faz audiência com o governo do estado, porque nunca é recebido para fazer as suas reivindicações, o governador nunca o recebe. Agora, o governo federal precisa receber, até porque tem tido mais sensibilidade com essas políticas públicas. Por isso, de imediato precisa receber esses movimentos sociais, atender às suas reivindicações e fortalecer o movimento dos pequenos agricultores, pois é fundamental para a sua dignidade e futuro.

Parabéns aos movimentos sociais pela sua luta! Mesmo que nós apoiemos o governo do presidente Lula, os ministros têm que atender às reivindicações do povo. Como o próprio presidente disse: "Venham, reivindiquem e pressionem". E o povo camponês, a Via Campesina, está fazendo este papel da democracia.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Muito obrigado, deputado Pedro Uczai.

O governo não deve fazer nada mais do que o papel seu papel, que é o de receber, acolher e atender as reivindicações do nosso povo.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedo a palavra.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente e srs. deputados, não obstante as provocações dos colegas com relação à base do governo, nós vamos nos manter no nosso roteiro para este pronunciamento.

Quero anunciar aqui, como já fez a deputada Professora Odete de Jesus, que daqui a pouco, às 18h30, estará encerrada a greve dos motoristas e cobradores do transporte coletivo que atende a Grande Florianópolis em geral.

Não houve negociação, está havendo um recuo diante da pressão do empresariado, da prefeitura e do Ministério Público. A campanha e a mobilização devem continuar nos próximos dias, e talvez tenhamos episódios lamentáveis com prejuízo da população aqui da cidade e região.

Mas quero ainda falar com relação à questão do transporte - e disse isso ontem -, que há necessidade de baratear ou até de caminhar no sentido da gratuidade do transporte coletivo. E tenho isso não como um princípio ideológico, mas como um elemento de importância programática em vários aspectos para a sociedade do futuro.

Nós temos vivido manifestações cada vez mais fortes, especialmente dos estudantes, aqui no estado de Santa Catarina, até com relação ao preço das passagens. A cada ano fica mais inviável financeiramente o transporte coletivo. É cada vez mais caro andar de ônibus do que andar de carro particular. E essa é uma política que só interessa à indústria automobilística, aos grandes monopólios da indústria automobilística, que são todas multinacionais instaladas aqui no Brasil.

O transporte é uma concessão pública. Será que é muito estranho pensar que, sendo uma concessão pública, ele pode ser administrado pelo poder público, que pode ser tratado com o mesmo caráter com que se trata a saúde e a segurança, embora também estejam privatizando esses setores?

Nós não temos dúvida de que nos próximos anos e nas próximas décadas o estado terá que assumir essa responsabilidade, extinguindo o transporte coletivo como forma de lucro, de rentabilidade empresarial de alguns grupos econômicos. E isso interessa não só à camada mais pobre da população, mas ao conjunto da sociedade.

Hoje em dia é possível fazer uma conta e chegar à conclusão de que é mais caro a construção e manutenção de tantas rodovias, tantos viadutos, o tratamento e a recuperação de tantos mutilados pelos acidentes de trânsito do que garantir a gratuidade do transporte coletivo através de empresas públicas voltadas para esses objetivos.

Além disso, nós teríamos as vantagens sociais, econômicas, culturais e ambientais de um sistema de transporte de mobilidade social, de mobilidade urbana mais eficiente, mais rápido, mais seguro, menos oneroso e com menos degradação do meio ambiente. A política de transportes estabelecida no Brasil interessa, repito, principalmente aos grandes monopólios do setor automobilístico e à indústria de autopeças.

Como fica mais caro andar de ônibus do que de carro, é evidente que vamos ter cada vez mais estradas entupidas, congestionamentos, multiplicação sem fim de acidentes com mutilações e vítimas fatais. Há necessidade de fazer crescer e alargar cada vez mais o número de estradas, de viadutos, de pontes, e isso, com certeza, encarece mais o sistema de transportes do que se o transporte coletivo urbano fosse administrado pelo poder público, através de empresas públicas, que trabalha, inclusive, na direção da sua gratuidade.

Falando em transporte, quero voltar a falar nos pedágios, assunto que tem sido debatido aqui. E vou ler uma nota da coluna do jornalista Paulo Alceu, do jornal *Notícias do Dia,* que diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"Você sabia?

As três concessionárias do grupo OHL Brasil S/A, vencedor do leilão para explosão de cinco dos sete lotes de rodovias federais, entre eles a BR-101 de Curitiba a Florianópolis, conseguiu um empréstimo de R$ 756 milhões do BNDES para serviços de recuperação, conservação e manutenção das rodovias que possuem praças de pedágio. Ou seja, pagaremos pedágio para transitar pelas estradas que serão recuperadas com dinheiro público. Ou seja, vamos pagar duas vezes."[sic]

Essa é a constatação do colunista Paulo Alceu do jornal *Notícias do Dia*, da última sexta-feira, dia 15 de maio.

Então, é isto que temos dito aqui, ou seja, o estado usando dinheiro público, produto dos nossos impostos e investindo esse dinheiro para que empresas privadas, no caso o grupo OHL Brasil, que de Brasil só tem o nome e o nosso dinheiro que eles vão levar porque esse é um monopólio espanhol, um monopólio internacional da Espanha...

Então, esse é um grupo espanhol e o Brasil entra aqui para dar uma cara de que existe alguma coisa de nacionalidade, de patriotismo nessa história toda que, na verdade, é uma história de doação das riquezas nacionais, inclusive do esforço e do trabalho da nossa classe trabalhadora, da nossa sociedade.

Quero falar ainda dos rumores sobre os salários nos corredores do Centro Administrativo, nos corredores da secretaria de Segurança Pública e nos corredores deste Poder Legislativo. Todos sabem que temos debatido bastante aqui sobre a questão salarial dos servidores da Segurança Pública, há mais de três anos com o salário congelado, sobre a Lei n. 254 que o Supremo Tribunal Federal, por iniciativa dos delegados de polícia, considerou inconstitucional em parte, e da necessidade de se reestruturar uma nova legislação salarial para todos os servidores da Segurança Pública.

Pois dizem que agora, e há rumores também nos meios de comunicação, algumas manifestações desta tribuna, até indicações aprovadas aqui, os delegados da Polícia Civil, que entraram lá atrás com a ação de inconstitucionalidade para derrubar a Lei n. 254, e conseguiram em parte, querem dar um salto, um galope nas costas das policiais militares, dentre eles os próprios oficiais da Polícia Militar.

Srs. deputados, parece que há um projeto e nós não vimos. A maior entidade representativa de trabalhadores da Segurança Pública de Santa Catarina, a Aprasc, que é mais do que o dobro, maior que todas as outras entidades juntas, não viu nada ainda. Isso é para ver o nível de democracia nessa discussão aqui no nosso estado! Mas dizem que há um projeto no qual só os cabos e soldados da Polícia Militar e do Corpo dos Bombeiros, que são a maioria dos trabalhadores da Segurança Pública, é que ficam na base, e que os outros vão começar todos quase como generais. Parece que os delegados querem ir para marechal, deixando os nossos coronéis ainda talvez como capitães.

Esses são os rumores que chegam e queremos refletir sobre o assunto. Lá em dezembro e em novembro do ano passado, convidamos reiteradas vezes, e fomos conversar com a cúpula da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, com os nossos coronéis, convidando-os para irmos juntos para reivindicar, até para não haver aquele aspecto forte que houve e para que tivéssemos mais forças. Eles preferiram ser caninamente fiéis ao governador Luiz Henrique, desceram-nos, e estão descendo-nos, a caneta, e agora parece que eles vão ser passados para trás. E nós esperamos que...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - O próximo orador inscrito em Explicação Pessoal é o sr. deputado Reno Caramori, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente e srs. deputados, nós temos prestigiado a sessão até o fim, e agradeço aos parlamentares que se pronunciam e que aqui permaneceram, até porque trago hoje aqui um registro.

Não farei um pronunciamento político, mas um registro de um ato importante que acontecerá hoje à noite, às 19h, no auditório Gustavo Zimmer, na sede do CRCSC - Conselho Regional de Contabilistas de Santa Catarina -, presidido pelo nosso grande contabilista responsável Sérgio Faraco.

Mas hoje à noite teremos a entrega de alguns prêmios destaque, e eu faço este registro pelo merecimento dessas pessoas e até porque eu sou contabilista formado na nossa famosa Escola Catarinense de Contabilidade, sediada em Caçador, na qual inúmeras personalidades, até de renome nacional, lá estudaram.

(Passa a ler.)

"CRCSC divulga os ganhadores do Prêmio Destaques da Contabilidade 2009

As contadoras Ilse Maria Beuren, professora da Furb, em Blumenau, e Carla Andréa Assenheimer Cardoso, de São Miguel d d'Oeste, receberão o referido prêmio, concedido anualmente pelo Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina (CRCSC) a profissionais que se destacam pela sua atuação em favor da classe contábil e da comunidade. As duas foram indicadas pelos próprios contabilistas catarinenses em pesquisa realizada pela internet."

Quero dizer, para orgulho das sras. taquígrafas que hoje prestam o seu trabalho a esta Casa, que esta é a primeira vez que o prêmio instituído em 2004 será entregue para mulheres, numa demonstração clara do crescimento da presença feminina na profissão.

(Continua lendo.)

"A entrega será feita hoje à noite, às 19h, no auditório do CRCSC, em Florianópolis. Na oportunidade, serão lembrados os pioneiros da contabilidade na figura do nosso sempre contador Oscar Pereira (professor Tamoio), conhecido não só em Florianópolis como em todo o estado de Santa Catarina, detentor do registro profissional n. 194, concedido em junho de 1947, e da empresa A Comercial Organização Contábil e Serviços Ltda, (registro n. 48 no CRCSC) com sede em Jaraguá do Sul, fundada em 1958.

Destaques - Muito da evolução no ensino da contabilidade em Santa Catarina deve-se à contadora e professora Ilse Maria Beuren, autora de vários livros, capítulos de livros, artigos de periódicos e trabalhos publicados em anais de eventos científicos. Atualmente responsável pelo programa de pós-graduação em Ciências Contábeis da Furb, é também diretora científica da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação de Ciências Contábeis e da Associação Brasileira de Custos - ABCustos. Possui mestrado em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1988, mestrado em Ciências Contábeis pela Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, em 1991, e doutorado em Controladoria e Contabilidade pela FEA/USP, em 1995. Tem como foco de pesquisa os seguintes temas: teoria da contabilidade, sistemas de custos, sistemas de informações, controladoria e controle de gestão.

Já a contadora e advogada Carla Assenheimer Cardoso concluiu o curso de Ciências Contábeis pela Unoesc, *campus* de São Miguel d'Oeste, em 2006. O seu trabalho de conclusão de curso (TCC) serviu de base para o artigo elaborado em conjunto com seu orientador professor Antônio Maria da Silva Carpes, que recebeu a premiação de Melhor Trabalho Acadêmico da XXV Contesc, em Joinville, com o título 'Atual Estágio da Contabilidade Virtual no estado de Santa Catarina'.

Empresária contábil tem participação ativa nas entidades da região, já tendo integrado a diretoria da subseção da OAB/SC (secretária), da Associação Comercial e Industrial - Acismo (assessora jurídica), APAE (assessora juridica), Procon (conselheira). Atualmente é tesoureira da Acismo, delegada do Sindicont, junto com a Fecontesc e diretora sindical da Federação dos Contabilistas.

Os homenageados, repito, são: Ilse Maria Beuren, Carla Andréa Assenheimer Cardoso, Oscar Pereira (professor Tamoio) e A Comercial Organização Contábil e Serviços Ltda.

Lançamento de livros também ocorrerá nesta solenidade. Um deles é o *Sistema de Controle Interno para Municípios*, de autoria do conselheiro José Ademir Deschamps, que foi editado pela própria entidade e será um valioso instrumento para os municípios interessados ou para aperfeiçoar o sistema de controle interno.

Deschamps possui mais de 30 anos de experiência em várias prefeituras catarinenses, na Associação dos Municípios da Grande Florianópolis e no Tribunal de Contas do Estado (TCE), o que lhe permitiu construir um modelo de Sistema de Controle Interno (SCI) aplicável a quaisquer municípios.

Já Controladoria - Na Coordenação do Sistema de Gestão é de autoria dos professores da Universidade Federal de Santa Catarina Darci Schnorrenberger e Rogério João Lunkes. Editada pela Atlas, a obra foi estruturada pensando o assunto sob um enfoque sistêmico. Iniciando com o resgate da evolução da Controladoria, o texto avança até a discussão do seu papel em cada um dos cinco sistemas vitais para a organização, terminando por expor aspectos ligados à própria organização na área da Controladoria."

Portanto, sr. presidente e srs. deputados, essas personalidades da contabilidade catarinense serão condecoradas hoje à noite. E vejam v.exas. a importância do contador nos dias atuais. Quantas empresas atualmente buscam ainda um contador, um contabilista, mesmo com toda a evolução da informática, pois a sua participação em qualquer tipo de empresa é indispensável.

Por isso, através desta Casa, nós queremos cumprimentar os homenageados e todos os contabilistas de Santa Catarina que têm prestado um grande trabalho à sociedade.

Nós sabemos que hoje o contador, ou o contabilista, tem que ser economista, advogado, tem que entender de tudo um pouco porque a complexidade para a condução de uma escrita de uma empresa, mesmo média ou grande, é bastante complexa.

Então, hoje os contadores exercem uma atividade tripla e por isso nós os cumprimentamos...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo plenário.

Está encerrada a presente sessão.

A T O S D A M E S A

ATO DA MESA DL

ATO DA MESA Nº 026-DL, de 2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 52, inciso I, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE licença ao Senhor Deputado Serafim Venzon, para ausentar-se do País, no período de 23 a 29 de maio do corrente ano, a fim de conhecer as instalações e a metodologia de ensino - aprendizagem da ENA - Escola Nacional de Administração - França, nas unidades de Paris e Estrasburgo.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 21 de maio de 2009

Deputado JORGINHO MELLO - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - 1º Secretário
Deputado Dagomar Carneiro - 2º Secretário

*** X X X ***

P U B L I C A Ç Õ E S D I V E R S A S

ATA DA PROCURADORIA

Sérgio Augusto Machado - Procurador- Presidente
Raquel Bittencourt Tiscoski - Secretária

ATA DA 1686ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos treze dias do mês de maio do ano de dois mil e nove, às quatorze horas, sob a presidência do procurador-geral, Sérgio Augusto Machado, reuniu-se o colegiado da Procuradoria Jurídica da Assembleia Legislativa para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta da 1686ª sessão ordinária. Presentes: Doutores: Anselmo Inácio Klein, Maria Margarida Bittencourt Ramos, Luiz Alberto Seccon, Fábio de Magalhães Furlan, Paulo Henrique Rocha Faria Junior, José Buzzi, Nazarildo Tancredo Knabben, Fausto Brasil Gonçalves e José Carlos da Silveira. Aprovada a ata da sessão anterior. Antes de iniciar os trabalhos, o Senhor Presidente registrou a presença, a convite do Diretor Geral da ALESC, Paulo Ricardo Gwoszak, que ao fazer uso da palavra, agradeceu em nome da Superior Administração, tanto a confiança nas manifestações produzidas pelo Colegiado, quanto o propósito de manter o bom nível das interações deste e dos demais

órgãos administrativos. 1) Relatoria do Dr. Anselmo Inácio Klein, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0782/09, de Alessandro Tramontin; Processo nº 0783/09, de Maria Beatriz de Souza; Processo nº 0825/09, de Regina Maura Santos Soares. Continuando, retirado de pauta com pedido de vista ao Dr. José Buzzi, a Consulta - Of. CL nº 0175/2009 de 07/05/2009, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Minuta do Termo Aditivo - reajuste Contrato Acordo Coletivo Empresa Primer Produções Ltda." 2) Relatoria da Dra. Maria Margarida Bittencourt Ramos, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0789/09, de Jurani Acelio Miranda; Processo nº 0826/09, de Simone Maria Bertuol Küster; Processo nº 0791/09, de Gean Evandro Lara e a Consulta - Of. CL nº 0178/2009 de 06/05/2009, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Minuta do Apostilamento ao Pregão Presencial nº 007/2009 - aquisição de seiscentas (600) dose de vacina contra gripe". 3) Relatoria do Dr. Luiz Alberto Seccon, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0794/09, de Neusa Maria Cella; Processo nº 0003/09, de Laércio Arceno Correa e Processo nº 0700/09, de Jonas Wilpert. 4) Relatoria do Dr. Fábio de Magalhães Furlan, aprovado parecer por unanimidade a Consulta - Of. CL nº 0177/2009 de 06/05/2009, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Termo Aditivo ao Contrato 012/2005-00 - celebrado com a Empresa DOBEL Distribuidora de Diário Oficial de Brasília e Estados Ltda.". 5) Relatoria do Dr. Paulo Henrique Rocha Faria Júnior, aprovados pareceres por unanimidade aos processo: Processo nº 0761/09, de Rosana Bunn Zacchi; Processo nº 0785/09, de Luciano Maestri; Processo nº 0793/09, de Ruth Anselmo Nunes; Processo nº 0787/09, de Gilberto Dell'Pozzo; Consulta - Of. CL nº 0176/2009 de 06/05/2009, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Edital de Pregão Presencial - reforma e reambientação do Gabinete da 1ª Secretaria da ALESC e Consulta - Of. CL nº 0185/2009 de 08/05/2009, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Minuta 12º Termo Aditivo ao Contrato com a Empresa ONDREPSB Limpeza e Serviços Ltda." Neste momento, o Procurador Geral passou os trabalhos do colegiado ao Dr. Fábio de Magalhães Furlan, por precisar ausentar-se. 6) Relatoria do Dr. José Buzzi, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0708/09, de Lenita Wendhausen Cavallazzi; Processo nº 0745/09, de Sérgio Francisco Ambrosi e a Consulta - Of. CL nº 0175/2009 de 06/05/2009, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Minuta do Edital de Pregão Presencial - reforma para reambientação e readequação dos espaços da Biblioteca e do Restaurante reservado aos Deputados". 7) Relatoria do Dr. Nazarildo Tancredo Knabben, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0790/09, de Ana Carolina Correa de Machado e Processo nº 0779/09, de Cláudio José Ramos Couto. 8) Relatoria do Dr. Fausto Brasil Gonçalves, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0780/09, de Ângela Maria Back Koerich; Processo nº 0781/09, de Waldo Luiz Gelosa Filho e Processo nº 0786/09, de Carlos Alberto Mafra Tabalipa. 9) Relatoria do Dr. José Carlos da Silveira, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0788/09, de Júlio César Legnani; Processo nº 0702/09, de Reinhard Richter e Processo nº 0706/09, de Zélia Cecília Duarte Hoffmann e Processo nº 0805/09, de Dejane Luiza Bortoli. Esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, o senhor presidente deu por encerrada à sessão, convocando outra, ordinária, para o próximo dia vinte e sete (27) de maio. Eu, Raquel Bittencourt Tiscoski, Secretária, lavrei a presente ata, que, depois de lida e aprovada vai assinada pelo procurador-geral e pelos demais membros do colegiado presente. Sala das Sessões, em 13 de maio de 2009.

*** X X X ***

ATAS DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMILIA E À MULHER, REFERENTE À 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA, REALIZADA NA DATA DE 29 DE ABRIL DE 2009, ÀS 11 HORAS, NA SALA DE REUNIÃO DAS COMISSÕES Nº 2.

Ás onze horas do dia vinte e nove do mês de abril do ano de dois mil e nove, reuniram-se, sob a Presidência da senhora Deputada Ana Paula Lima, os senhores Deputados: Ismael dos Santos, Odete de Jesus, José Natal Pereira. O Deputado Kennedy Nunes justificou sua ausência. A Presidente agradeceu a presença dos Deputados e colocou em apreciação Ata da 3ª Reunião ordinária da Comissão, ocorrida no dia 08 de abril de dois mil e nove, aprovada por unanimidade. Em seguida passou a palavra ao Senhor Deputado Ismael dos Santos que relatou o OF./0046.0/2008, aprovado por unanimidade, em seguida leu o parecer do Deputado Rogério Mendonça, OF./0055.1/2009, manifestando pela aprovação de diligência externa, aprovado por unanimidade. Em seguida o Deputado José Natal leu os pareceres do Deputado Kennedy Nunes, OF./0044.9/2009, aprovado por unanimidade, OF./0033.6/2009, aprovado por unanimidade, posteriormente apresentou seu parecer ao OF./0042.7/2009, que foi aprovado por unanimidade. Na seqüência o Deputado José Natal Pereira relatou o OF./0051.8/2009, aprovado por unanimidade. Em seguida a Deputada Ana Paula Lima relatou o PL./0001.2/2009, pela aprovação, o Deputado José Natal Pereira solicitou vista. A Deputada Odete de Jesus relatou o PL./0061.3/2008, parecer pelo arquivamento, o Deputado José Natal Pereira solicitou vista. Na sequência a senhora Presidente falou da carta recebida sobre a questão da demarcação de Terra Indígena Guarani do Araca'i, da região Oeste de Santa Catarina que será discutida na próxima reunião. Dando sequência a Senhora Presidente agradeceu a presença da Assessora Parlamentar Christiane Montana Vega do FCDL/SC, da Vice-Presidente do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente, Sra. Sueli Irene Zincoski e do Coordenador da Fundação Mauricio Sirotsky Sobrinho - Sr. Miguel Minguillo, o qual falou sobre o Relatório da Jornada Catarinense pela Infância e Adolescência Protegidas e da Mobilização do Dia Nacional de Combate ao abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, que será apresentado e debatido na Audiência Pública do dia dezoito de maio, no Auditório desta Casa. Nada mais havendo a tratar a senhora Presidente encerrou a reunião, da qual eu, Mª de Lourdes Nasário, Chefe de Secretaria, lavrei a presente ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pela senhora Presidente, posteriormente, publicada no Diário da Assembléia Legislativa.

Sala das Comissões, em 29 de abril de 2009.

Deputada Ana Paula Lima
Presidente

*** X X X ***

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMILIA E À MULHER, REFERENTE À 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA, REALIZADA NA DATA DE 19 DE MAIO DE 2009, ÀS 11 HORAS.

Ás onze horas do dia dezenove do mês de maio do ano de dois mil e nove, reuniram-se sob a Presidência da senhora Deputada Ana Paula Lima, os senhores Deputados: José Natal Pereira, Ismael dos Santos, Odete de Jesus, Genésio Goulart, a Senhora Presidente passou a relatar o PL/0001.2/2009, que altera os arts. 1º ao 5º da Lei nº 14.649, de 2009, que dispõe sobre a utilização de cheques, de autoria do Deputado Darci de Matos, em votação, aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar a senhora Presidente encerrou a reunião, da qual eu, Mª de Lourdes Nasário, Chefe de Secretaria, lavrei a presente ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pela senhora Presidente, posteriormente, publicada no Diário da Assembléia Legislativa.

Sala das Comissões, em 19 de maio de 2009.

Deputada Ana Paula Lima
Presidente

*** X X X ***

Ata da 5ª reunião ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Desporto da 3ª sessão Legislativa da 16ª Legislatura, realizada em 05 de maio de 2009, às 18 horas.

Às 18 horas do dia 05 (cinco) de maio do ano de 2009, na sala das Comissões nº 2, sob a Presidência do Deputado Pedro Uczai, amparado no § 1º do art. 123 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da reunião ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Assembléia Legislativa. Foi registrada a presença dos Deputados: Pedro Uczai, Elizeu Mattos, Lício Mauro da Silveira e Cardozinho (José Cardozo). Logo após foi lida a pauta da presente reunião: I- discussão e votação da ata da reunião anterior, II- matérias a relatar, e, III- assuntos gerais. Dando cumprimento ao Regimento Interno, o Senhor Presidente colocou em discussão e em votação a ata da reunião anterior, a qual foi aprovada por unanimidade. Por requerimento verbal que foi aprovado por todos para ouvir uma delegação formada por alunos e professores da UNIFEBE de Brusque, o presidente passou a palavra ao senhor Danilo Visconti aluno daquela entidade representando o grupo que passou a relatar os fatos que tem ocorrido no interior daquela universidade, segundo o senhor Danilo há uma série de arbitrariedades sendo cometida pela senhora reitora, interferindo até na autonomia da organização dos estudantes tendo levado a suspensão e exclusão sumária de alunos que participaram da eleição do DCE e venceram o pleito que não obteve o quórum por poucos votos, tal qual na eleição anterior e diferentemente daquela, nesta a reitora interferiu e nomeou unilateralmente uma comissão provisória para tocar o DCE, o que acabou determinando conflitos entre estudantes, reitoria e segurança da UNIFEBE, que tal fato está na justiça. O Senhor deputado Lício Mauro da Silveira fez alguns questionamentos, e propôs como encaminhamento que o Senhor presidente desta comissão entre em contato com o presidente da câmara municipal de vereadores de Brusque, e, se for o caso ir até lá em audiência pública, já aprovada por esta comissão. Dando seqüência o senhor presidente apresentou Proposta de Requerimento desta comissão ao plenário deste poder solicitando a inclusão da Comissão de Educação, Cultura e Desporto entre os membros da Comissão Organizadora Estadual da Conferência Nacional de Educação - CONAE. O presidente passa a palavra ao Senhor deputado

Lício Mauro da Silveira que passou a relatar as seguintes matérias: ofício Of./00014.3/2009 apresentando parecer pela aprovação que foi acolhido por unanimidade, PL./0058.8/2009 cujo parecer foi aprovado por unanimidade, PRS./0013.6/2007 cujo parecer também foi aprovado por unanimidade, PL./0045.3/2009 cujo parecer foi pela aprovação e foi aprovado por maioria dos deputados presentes, também passou a relatar o PL./345.1/2008 que se manifesta pela aprovação do projeto com a emenda modificativa, o que foi aprovado por unanimidade. Em seguida o Sr deputado Elizeu de Mattos relatou o PL./0132.1/2008 com parecer pela aprovação, que recebeu voto favorável de todos os presentes. O senhor presidente passou a relatar o PLC./0026.6/2008 cujo parecer pelo diligenciamento foi aprovado por unanimidade; REQUERIMENTO do senhor deputado Renato Hinnig para audiência pública com o tema "copa 2014 em Santa Catarina" que foi aprovado por unanimidade, REQUERIMENTO do senhor deputado Pedro Uczai convidando os senhores Antonio Marcos Gavazzoni, Secretário de Estado da Fazenda; Cleverson Sievert, Secretário Executivo de Gestão de Fundos Estaduais; e Paulo Roberto Bauer, Secretário de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia, com objetivo de prestar esclarecimentos referentes à implementação da Lei Complementar nº 407, de 25 de janeiro de 2008, que regulamenta o artigo 171 da Constituição do Estado e institui o Fundo de Apoio a Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior - FUMDES. Também aprovado por unanimidade; REQUERIMENTO do senhor deputado Pedro Uczai objetivando realizar audiência pública nas dependencias da ALESC, para debater "as Alterações da lei Federal de Incentivo a Cultura (Lei Rouanet)", com a presença do Secretário de Fomento e Incentivo a Cultura do Ministério da Cultura, senhor Roberto Nascimento, aprovado por todos os presentes; REQUERIMENTO do deputado Pedro Uczai para que seja realizada uma audiência pública com o tema "cursos a serem implantados na federalização da FEAF/CEPROFF, no município de Fraiburgo, no dia 18 de maio do corrente ano, às 19h30min horas, na Fundação Educacional de Fraiburgo, no Município de Fraiburgo, que foi aprovado por unanimidade. O senhor deputado Cardozinho passou a relatar as matérias que estavam com o Deputado Professor Sergio Grando a quem substitui Of./0370.9/2008 que recebeu parecer pela aprovação e foi acolhido por unanimidade, Of./0374.2/2008que recebeu parecer por diligenciamento e recebeu voto favorável por unanimidade, PL./0057.7/2009 que foi concedido vistas ao deputado Pedro Uczai. Em seguida foi definido que só serão apreciadas em reunião as matérias cujos deputados relatores estiverem presentes. Não havendo mais matérias e nada mais havendo a tratar o Presidente agradeceu aos Deputados pela presença e encerrou a presente reunião, da qual eu, Ivelise Sell Maciel, Chefe de Secretaria, lavrei a presente ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembléia Legislativa.

Sala das Comissões, em 05 de maio de 2009.

Deputado Pedro Uczai
Presidente da CECD

*** X X X ***

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.

Às nove horas do dia vinte de maio de dois mil e nove, sob a Presidência do deputado Marcos Vieira, reuniu-se a Comissão de Finanças e Tributação, com a presença dos Senhores deputados: Elizeu Mattos em substituição ao deputado Manoel Mota, José Natal Pereira, Renato Hinnig, Reno Caramori, em substituição ao deputado Silvio Dreveck, Décio Góes e a deputada Profª Odete de Jesus. Aberto os trabalhos, o Presidente colocou em votação a Ata da 10ª reunião ordinária, foi aprovada por unanimidade. Ato continuum, o Presidente passou a palavra aos deputados que passaram a relatar as matérias em pauta. A deputada Profª Odete de Jesus alegou estar com a pauta limpa, o deputado Elizeu Mattos declarou não ter projetos a relatar, o deputado José Natal Pereira relatou os Projetos: OF./0006.3/2009, seu parecer foi favorável em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, PL./0236.8/2008, seu parecer foi pela aprovação, que em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o deputado Renato Hinnig relatou a nova proposta ao PL./0106.0/2009, seu parecer foi favorável, que em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o deputado Reno Caramori relatou o OF./0017.6/2009, seu parecer foi pelo arquivamento do ofício, em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, PL./0054.4/2009, voto vista do deputado Kennedy Nunes foi favorável ao relator, em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O deputado Décio Góes relatou o OF./0401./2008, seu parecer foi pelo diligenciamento, em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Presidente passou a palavra para a deputada Profª Odete de Jesus, que deixou o registro de sua ausência na próxima reunião ordinária da comissão acima epigrafada, que acontecerá no dia vinte e sete do mês em curso, por motivo de estar representando a Assembléia Legislativa. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença dos deputados e encerrou a presente reunião, da qual, eu, Silvio Nestor de Souza, Chefe de Secretaria, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário desta Assembléia Legislativa. Sala das Comissões, em vinte de maio de dois mil e nove.

Deputado Marcos Vieira
Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

*** X X X ***

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO EXTAORDINÁRIADA COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO DA 3ª SESSÃO DA 16ª LEGISLATURA

Às onze horas do dia dezenove de maio do ano de dois mil e nove, reuniram-se na sala dois de reuniões das Comissões, sob Presidência do senhor Deputado Reno Caramori, a pedido do Senhor Deputado Décio Góes, o Senhor Deputado Adherbal Beba Cabral, o Senhor Deputado Jean Kuhlmann e do Senhor Deputado Décio Góes. Abertos o trabalho o senhor Presidente Deputado Reno Caramori colocou em discussão e votação, o PL./0081.7/2009, relatado pelo Senhor Deputado Décio Góes, que Denomina de Jorge Zanatta o trecho da Rodovia Estadual integrante do anel de contorno viário de Criciúma, sendo aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião da qual, eu, Álvaro Selva Gentil Filho, Chefe de Comissão lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor Presidente e posteriormente será publicada no Diário desta Assembléia.

Deputado Reno Caramori
Presidente da Comissão

*** X X X ***

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIADA COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO DA 3ª SESSÃO DA 16ª LEGISLATURA

Às dezoito horas do dia doze de maio do ano de dois mil e nove, reuniram-se na sala de reuniões das Comissões, sob Presidência do senhor Deputado Reno Caramori, o Senhor Deputado José Natal Pereira, do Senhor Deputado Jean Kuhlmann e do Senhor Deputado Narcizo Parisotto. Abertos o trabalho o senhor Presidente Deputado Reno Caramori leu a Ata da Reunião anterior, e colocou em discussão e votação, sendo aprovada por unanimidade. Em seguida o Senhor Deputado Reno Caramori relatou o PL./0249.2/2007, que dispõe sobre a isenção do pagamento de passagens intermunicipais aos ostomizados. Senhor Deputado solicitou informações ao DETER mais uma vez, pois estas informações não foram respondidas pelo DTER na Comissão de Constituição e Justiça, aprovado por unanimidade. Ato continuo o Deputado Reno Caramori leu o Requerimento do Senhor Deputado Manoel Mota solicitando um Audiência Pública para discutir o Elevado da BR 101 no município de Paulo Lopes, sendo aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião da qual, eu, Álvaro Selva Gentil Filho, Chefe de Comissão lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor Presidente e posteriormente será publicada no Diário desta Assembléia.

Deputado Reno Caramori
Presidente da Comissão

*** X X X ***

AVISO DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

O Pregoeiro da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria n.º 866, de 11/05/2009 comunica que, atendidas as especificações constantes do edital próprio, a licitação modalidade Pregão nº 016/2009, referente à reforma e reambientação do gabinete da 1ª Secretaria da ALESC, obteve o seguinte resultado:

Item Único -

Vencedora: Ciclo Engenharia e Construção Ltda.
Valor do Último Lance: R$ 68.500,00
Florianópolis, 21 de maio de 2009.

VALTER EUCLIDES DAMASCO
Pregoeiro

*** X X X ***

EXTRATOS

Extrato CL N.º 054/2009

REFERENTE: Contrato CL n.º 014/2009, celebrado em 18/05/09.
CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: Suporte Comércio E Serviços Ltda
OBJETO: aquisição de conjunto placas de aço escovado em alto relevo com letreiros na fachada principal do Palácio Barriga-Verde, incluindo confecção com todos os materiais necessários, mão-de-obra qualificada e instalação, conforme projeto que deverá ser retirado na Coordenadoria de Serviços Técnicos.
VALOR GLOBAL: R$ 50.980,00
VIGÊNCIA: A partir da data de sua assinatura até o recebimento definitivo do

objeto, permanecendo seus efeitos até o término da garantia.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei n.º 8.666/93; Pregão Presencial nº 013/2009; e Autorização para Processo Licitatório n.º 0023/2009, partes integrantes deste instrumento, assim como todas as cláusulas e condições contidas nas peças que o compõe.
Florianópolis, 18 de maio de 2009.
Deputado Jorginho Mello - Presidente ALESC
Sr Adriano Marcelo Molin - Sócios Proprietários da SUPORTE

*** X X X ***

EXTRATO Nº 055/2009

REFERENTE: 01º Termo Aditivo ao Contrato CL nº 011/2009-01, celebrado em 12/02/2009.
CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: GPL Construções e Consultoria Ltda.
OBJETO: Alterar o prazo de entrega do objeto em razão das ponderações efetuadas pela empresa, devidamente corroborada pela Coordenadoria de Serviços Técnicos da ALESC; Em razão de tal alteração o prazo de entrega do objeto fica prorrogado por mais 15 (quinze) dias, passando de 26/05/09 para 15/06/09; Alterar a forma de pagamento em face da prorrogação mencionada.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 57, § 1º c/c § 2º da Lei n.º 8.666/93; Item 13.5 do Edital do Pregão Presencial nº 003/2009; Cláusula Quarta, item 4.2 do Contrato original; e Autorização Administrativa.
Florianópolis, 21 de maio de 2009.
Deputado Jorginho Mello - ALESC
Lourival Dutra -Procurador

*** X X X ***

EXTRATO Nº 056/2009

REFERENTE: 11º Termo Aditivo CL nº 012/2005, celebrado em 22/12/2004.
CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: Dobel - Distribuidora de Diário Oficial de Brasília e Estados Ltda
OBJETO: proceder às alterações quantitativas no objeto do Contrato original, acrescentando 01 (uma) assinatura da Revista "Veja" ao custo mensal de R$ 33,68.
VALOR MENSAL: R$ 9.389,50.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, I, alínea "b" e § 1º da Lei nº 8.666/93; Item 7.2 da Cláusula 7ª do Contrato original; e, autorização administrativa.
Florianópolis, 15 de maio de 2009.
Deputado Jorginho Mello - ALESC
Marlene Munch- Sócia-Gerente

*** X X X ***

EXTRATO 057/2009

REFERÊNCIA: Ata Registro de Preço CL nº 011/2009, referente Pregão Presencial CL nº 011/2009.
OBJETO: Aquisição de mobiliários diversos com instalação e montagem.
VIGÊNCIA DA ATA: 01 (um) ano após a assinatura da Ata, até 05 de maio de 2010.
FUNDAMENTO LEGAL: art. 15 da Lei nº 8.666/93, Lei n.º10.520/2002, Ato da Mesa n.º 214/2007, subsidiariamente pelo art. 462 do Código Civil, pelos Decreto nºs. 3.555/2000 e 3.931/2001, Pregão Presencial nº 011/2009.

LOTE 06

LOTE 06					
Item	**Qtd**	**Un**	**Material**	**V. Unitário**	**Valor Total**
01	1	Sv	Laminação De Armario De 270x230cm, Com 06 Portas E 3 Prateleiras Externas, Na Cor Cinza.	R$ 3.146,00	R$ 3.146,00
02	1	Sv	Confecção De Armário, Estrutura Em Mdf, Espessura Mínima De 28 Mm, Revestimento Melamínico Branco, Referência Pertech, Interno E Externo, Bordas Arredondadas A 180º, Com Puxadores Em Aço Cromados, Gavetas E Portas Arredondadas A 90º Com Acabamento Em Fita Abs, Sendo As Gavetas Com Corrediças Metálicas, E As Portas Com Chaves, de acordo com o desenho recebido.	R$ 768,00	R$ 768,00
03	2	Sv	Confecção De Armário, Estrutura Em Mdf, Espessura Mínima De 28 Mm, Revestimento Melamínico, Na Cor Cinza, Bordas Arrendondadas A 180º, Com Puxadores Em Aço Cromado, Rodízios De Silicone, Gavetas E Portas Arredonadadas A 90º Com Acabamento Em Fita Abs, E Prateleira Retrátil, Conforme Desenho Recebido.	R$ 768,00	R$ 1.536,00
Valor Total do Lote 06					**R$ 5.450,00**

1ª REGISTRADA: VALCIR DOMINGOS DA SILVA EPP
ENDEREÇO: Rua D. Pedro II, nº 200, esquina com a Av. Ivo Silveira, Capoeiras, Florianópolis/SC
CEP: 88090-940
Fone/fax: (48) 3244-3768
Email: valcirmoveis@uol.com.br
CNPJ/MF: 82.948.977/0001-08
2ª REGISTRADA: DESIGN MOVEIS E DECORAÇÃO LTDA - ME
3ª REGISTRADA:G. ELOI MÓVEIS
Florianópolis, 05 de maio de 2009.
Deputado Jorginho Mello - Presidente da ALESC

*** X X X ***

OFÍCIO

OFÍCIO Nº 129/09
ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE - FAMÍLIA FELIZ

Içara (SC), 13 de maio de 2009

Ofício nº 0026
ILMO. SR.
JEAN KUHLMANN
M.D. Deputado Estadual do Estado de Santa Catarina e, Presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviços Públicos
Florianópolis / SC

Cumprimentando-o Vossa Senhoria, venho através deste informar, que conforme prevê a **Lei de nº 14.182 de 01/11/2007**, Art. 3º, estamos enviando relatório de atividades sociais do exercício/anual de 2008, (em DVD), declaração que a entidade permanece cumprindo os requisitos exigidos para a **CONCESSÃO** da declaração de Utilidade Pública e Balancete Contábil da Associação Beneficente Família Feliz.

OBS: Declaro que a Associação Beneficente Família Feliz, permanece cumprindo os requisitos exigidos por Lei da **CONCESSÃO da Utilidade Pública, Municipal e Estadual**.

Sem mais para o momento, e, estamos à inteira disposição de Vossa Senhoria, renovando protestos de estima e distinta consideração.

Daniel Fernandes
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 21/05/09

*** X X X ***

PROJETO DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 169/09

Institui a Semana da Família Unida nas escolas públicas do Estado.

Art. 1º Fica instituída a Semana da Família Unida nas escolas públicas do Estado.

Parágrafo único. A Semana de que trata o *caput* será comemorada, anualmente, no mês de maio, coincidindo com o Dia Internacional da Família, 15 de maio.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões

Deputado Darci de Matos

Lido no Expediente
Sessão de 21/05/09

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o projeto de lei anexo que objetiva, sobretudo, mostrar a importância da família bem estruturada para os destinos de nossa comunidade. Diariamente, temos visto nos órgãos de comunicação notícias estarrecedoras mostrando pais assassinando filhos, adolescentes matando seus pais, pai estuprando filhas e outros fatos mais. Tais acontecimentos mostram que a família brasileira está sendo corroída em seus pilares básicos, tendo como principal causa a falta de amor. Por causa das mudanças econômicas, o casal acaba dando pouca atenção - e consequentemente amor - aos filhos. Muitas vezes, tentam compensar essa carência com presentes, entrando em um sistema consumista perverso. O resultado disso são lares desestruturados, com grande número de separações, e um número crescente de filhos revoltados buscando o mundo do crime. Por isso, entendo da maior importância que as escolas discutam a importância de um lar bem estruturado, com palestras de psicólogos, religiosos e casais que convivem muitos anos juntos harmoniosamente para contar suas experiências. Nestas palestras deverão participar alunos e seus pais.

Dessa forma, para dar continuidade a este projeto de lei, que é tema relevante para a educação das crianças e adolescentes, peço o apoio dos nobres Pares para aprovação desta propositura.

*** X X X ***

REDAÇÕES FINAIS

RELATÓRIO E VOTO AO PROJETO DE LEI Nº PL/0001.2/2009

"Altera os arts. 1º a 5º da Lei nº 14.649, de 12 de janeiro de 2009, que dispõe sobre a utilização de cheques nos estabelecimentos comerciais e adota outras providências."

Autor: Deputado Darci de Matos
Relator: Deputado César Souza Júnior

RELATÓRIO

O Projeto de Lei em apreciação, de autoria do Deputado Darci de Matos, pretende alterar os arts. 1º a 5º da Lei nº 14.649, de 2009, que dispõe sobre a utilização de cheques nos estabelecimentos comerciais.

A proposição foi lida no Expediente da Sessão Plenária do dia 10 de fevereiro do corrente ano e recebida nesta Comissão de Constituição e Justiça no dia posterior.

Com fulcro no art. 128, inciso VI, do Rialesc, fui designado relator no âmbito deste Colegiado.

Nos termos da justificativa acostada, necessária a alteração do texto da Lei em vigor no intuito de evitar prejuízos à economia catarinense, em razão do enorme número de problemas com a compensação dos cheques.

Por força do disposto no art. 72, inciso I, do regimento Interno, cumpre-me examinar a proposição quanto à constitucionalidade, legalidade, juridicidade e técnica legislativa, o que importa em ressaltar alguns aspectos.

Nos termos do art. 24, incisos V e VIII da CRFB/88, é comum dos Estados e da União a competência para legislar sobre o consumo, não havendo óbice quanto à edição de lei, no âmbito do estado de Santa Catarina, para dar cumprimento às prescrições do Código de Defesa do Consumidor - Lei Federal nº 8.078/90 -, lei específica e exclusiva que recebeu da Constituição a incumbência de estabelecer uma disciplina única e uniforme para todas as relações de consumo, que confere orientação a todo o sistema normativo brasileiro no que se refere às relações de consumo, trazendo normas de ordem pública e de interesse social, ditas cogentes, de aplicação necessária e observância obrigatória (art. 1º, CDC).

A proteção ao consumidor, da mesma forma, encontra guarida no texto da Constituição Estadual, nos termos do art. 150.

Entretanto, a norma em estudo envolve matéria disciplinada por diversos diplomas legais, dentre os quais o Código Civil (Lei nº 10.406, de 2002 - arts. 887 a 903), a Lei do Cheque (Lei nº 7.357, de 1985) e também o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

A abordagem do Código Civil é ampla e genérica, com tratamento dos títulos de crédito em geral.

Embora a disciplina trazida pela Lei do Cheque seja minuciosa e precisa, não há disposições neste texto legal acerca da sua aceitabilidade.

Justifica-se, desta forma, a incidência do Código de Defesa do Consumidor em razão de que o cheque é uma forma de pagamento largamente utilizada no âmbito das relações de consumo, e, considerado o universo das relações no mundo moderno, sua maioria é de consumo.

A Constituição Federal de 1988 encerra, no inciso XXXII do art. 5º, a preocupação do legislador com as modernas relações de consumo, e com a necessidade de proteção do hipossuficiente economicamente, da mesma forma como o faz com a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, e que tem por finalidade a garantia da existência digna, dentro dos ditames da justiça social.

Ao Estado, portanto, cabe, na ordem econômica atual, posição secundária, conquanto importante, já que sua ação deve reger-se pelo princípio da subsidiariedade, assim as limitações à livre iniciativa devem corresponder às justas exigências do interesse público que as motiva, sem o aniquilamento das atividades reguladas.

Verificando o texto da Lei nº 14.649, de 2009, depreende-se que o centro da preocupação do legislador foi garantir ao consumidor o seu direito de informação, dando-lhe conhecimento das vedações legais ligas às exigências dos estabelecimentos comerciais quando aceitarem cheque, obrigando-os, inclusive, à sua fixação em local visível do estabelecimento.

VOTO

Em acordo com o autor, propõe-se emenda supressiva no sentido de excluir a necessidade de fixação da Lei no estabelecimento suprimindo-se o artigo 2º no mesmo tom, propõe-se emenda modificativa do caput e incisos I e II, do artigo 3º alterando a moralidade de multa.

Art. 3º O descumprimento do disposto nesta Lei sujeita o estabelecimento comercial as seguintes penalidades:

I - advertência; e

II - em caso de reincidência multa no valor de até 5 salários mínimos.

Diante do exposto, com fundamento no inciso I do art. 142 do Rialesc, voto pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº 0001.2/2009, no âmbito desta Comissão, com as emendas supracitadas.

Sala da Comissão, em

Deputado Cesar Souza Júnior - Relator

APROVADO EM 1º TURNO
Em Sessão de 19/05/09
APROVADO EM 2º TURNO
Em Sessão de 19/05/09

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 001/09

Altera a Lei nº 14.649, de 2009, que dispõe sobre a utilização de cheques nos estabelecimentos comerciais e adota outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º A Lei nº 14.649, de 12 de janeiro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Dispõe sobre a utilização de cheques nos estabelecimentos comerciais e adota outras providências.

Art. 1º A pessoa física ou jurídica, que aceitar o pagamento da aquisição de bens e ou serviços pela modalidade de pagamento cheque, deverá, tal qual procede na concessão de crédito, estabelecer as condições de forma clara e de maneira que o consumidor tenha conhecimento destas de forma antecipada.

Art. 2º O descumprimento do disposto nesta Lei sujeita o estabelecimento comercial às seguintes penalidades:

I - advertência; e

II - em caso de reincidência multa no valor de até 5 salários mínimos.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis,19 de maio de 2009

Deputado Romildo Titon
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 031/09

Declara de utilidade pública o Centro Espírita Manoel Francisco da Luz, com sede no Município de Florianópolis.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Centro Espírita Manoel Francisco da Luz, com sede no Município de Florianópolis.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, de 21 maio de 2009

Deputado Romildo Titon
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 034/09

Autoriza a aquisição de imóvel no Município de Benedito Novo.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir, por doação do Município de Benedito Novo, o imóvel com área total de dois mil, cento e quatro metros e setenta e cinco decímetros quadrados, sem benfeitorias, a ser desmembrada de uma área maior, matriculada sob o nº 4.856 no 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó.

Art. 2º A aquisição do imóvel de que trata esta Lei destina-se a viabilizar a instalação do 2º Grupamento/2º Pelotão/2ª Companhia/10º Batalhão da Polícia Militar de Santa Catarina.

Art. 3º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Orçamento Geral do Estado - Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão.

Art. 4º O Estado será representado no ato de transmissão da propriedade pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 20 de maio de 2009
Deputado Romildo Titon
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça
*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 038/09

Autoriza a aquisição de imóvel no Município de Ipumirim.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir, por doação do Município de Ipumirim, o imóvel com área total de um mil cento e noventa e seis metros quadrados, sem benfeitorias, matriculado sob o nº 9758 no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Concórdia.

Art. 2º A aquisição do imóvel de que trata esta Lei destina-se à instalação do Destacamento de Polícia Militar de Ipumirim, tendo sido sua doação autorizada pela Lei municipal nº 1.519, de 21 de dezembro de 2007.

Art. 3º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Orçamento Geral do Estado - Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão.

Art. 4º O Estado será representado no ato de transmissão da propriedade pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 20 de maio de 2009
Deputado Romildo Titon
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça
*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 040/09

Autoriza a aquisição de imóvel no Município de São José do Cedro.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir, por doação do Município de São José do Cedro, o imóvel com um mil, quinhentos e cinquenta metros quadrados, sem benfeitorias, matriculado sob os nºs 280 e 3.120 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São José do Cedro.

Art. 2º A aquisição do imóvel de que trata esta Lei destina-se à instalação da Delegacia de Polícia de São José do Cedro, tendo sido sua doação autorizada pela Lei municipal nº 2.926, de 7 de maio de 2002.

Art. 3º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Orçamento Geral do Estado - Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão.

Art. 4º O Estado será representado no ato de transmissão da propriedade pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 20 de maio de 2009
Deputado Romildo Titon
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça
*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 050/09

Autoriza a concessão de uso de imóvel no Município de São Miguel d'Oeste.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder à Associação Beneficente dos Militares Estaduais - ABEPOM, pelo prazo de vinte anos, o uso gratuito de área territorial com seiscentos e cinco metros quadrados, no Município de São Miguel d'Oeste, parte do imóvel matriculado sob o nº 12.897 e nº 22.266 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Miguel d'Oeste e cadastrado sob o nº 02119 na Secretaria de Estado da Administração.

Parágrafo único. De acordo com o que determina o inciso I do parágrafo único do art. 7º da Lei nº 5.704, de 28 de maio de 1980, fica dispensada a concorrência para concessão de uso de que trata esta Lei, por ser a entidade constituída com fins sociais e declarada de utilidade pública pela Lei nº 14.347, de 18 de janeiro de 2008.

Art. 2º A presente concessão de uso tem por finalidade fornecer espaço físico necessário para que a Associação Beneficente dos Militares Estaduais - ABEPOM construa e instale uma clínica de saúde para os militares estaduais.

Art. 3º Findas as razões que justificam a presente concessão de uso, bem como vindo o Estado a necessitar do imóvel para uso próprio, o mesmo reverterá ao seu domínio.

Art. 4º Ocorrendo a reversão antecipada ou ao término do prazo da concessão de uso, o imóvel e suas benfeitorias passam ao domínio do Estado, sem direito de indenização a concessionária, face à gratuidade da concessão.

Art. 5º Serão de responsabilidade da concessionária os custos, obras e riscos inerentes aos investimentos necessários à execução dos objetivos desta Lei, inclusive os de conservação, segurança, impostos e taxas incidentes, bem como quaisquer outras despesas decorrentes da concessão.

Art. 6º A concessionária, sob pena de imediata reversão e independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, não poderá:

I - transferir, parcial ou totalmente, direitos adquiridos com esta concessão de uso;

II - oferecer o imóvel como garantia de obrigação; e

III - desviar a finalidade ou executar atividades contrárias ao interesse público.

Art. 7º Enquanto durar a concessão de uso, a concessionária defenderá o imóvel contra esbulhos, invasões e outros usos desautorizados pela concedente, sob pena de indenização dos danos, sem prejuízo do estabelecido no art. 103 da Constituição do Estado.

Art. 8º Será firmado contrato subsidiário a esta Lei disciplinando e detalhando os direitos e obrigações da concedente e da concessionária.

Art. 9º O Estado será representado no ato da concessão de uso pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 21 de maio de 2009
Deputado Romildo Titon
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça
*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 068/09

Declara de utilidade pública a Associação dos Moradores do Bairro Abraão - AMBA, com sede no Município de Florianópolis.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Moradores do Bairro Abraão - AMBA, com sede no Município de Florianópolis.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 21 de maio de 2009
Deputado Romildo Titon
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça
*** X X X ***

EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL AO PROJETO DE LEI Nº PL/0081.7/2009

O Projeto de Lei nº 0081.7/2009 passa a vigorar com a seguinte redação:

"PROJETO DE LEI Nº 0081.7/2009

Denomina Jorge Zanatta o trecho da Rodovia Estadual integrante do Contorno Planejado de criciúma, no entroncamento da SC-443 com a SC-444.

Art. 1º Fica denominado Jorge Zanatta o trecho da rodovia estadual integrante do Contorno Planejado de Criciúma, no entroncamento da SC-443 (km 0,0) com a SC-444 (km 1,5) - Criciúma (km 5,5).

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicaç~]ao."

Sala das Sessões,

Deputado Jean Kuhlmann

APROVADO EM 1º TURNO
Em sessão de 19/05/09
APROVADO EM 2º TURNO
Em sessão de 19/05/09

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 081/09

Denomina Jorge Zanatta o trecho da Rodovia Estadual integrante do Contorno Planejado de Criciúma, no entroncamento da SC-443 com a SC-444.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica denominado Jorge Zanatta o trecho da Rodovia Estadual integrante do Contorno Planejado de Criciúma, no entroncamento da SC-443 (km 0,0) com a SC-444 (km 1,5) - Criciúma (km 5,5).

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 19 de maio de 2009
Deputado Romildo Titon
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça
*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 095/09

Declara de utilidade pública a Instituição de Caridade e Apoio ao Desamparado - ICAD, com sede no Município de Florianópolis.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Instituição de Caridade e Apoio ao Desamparado - ICAD, com sede no Município de Florianópolis.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 21 de maio de 2009

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 107/09

Declara de utilidade pública o Grupo Raízes, com sede no Município de Lages.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Grupo Raízes, com sede no Município de Lages.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 21 de maio de 2009

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 111/09

Declara de utilidade pública a Sociedade Esportiva Recreativa Cruzeiro, com sede no Município de Blumenau.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Sociedade Esportiva Recreativa Cruzeiro, com sede no Município de Blumenau.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 21 de maio de 2009

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 132/08

Denomina Henrique Meyer o Ginásio de Esportes da EEB Professor Germano Wagenfhur, do Município de Porto União.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica denominado Henrique Meyer o Ginásio de Esportes da EEB Professor Germano Wagenfhur, do Município de Porto União.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 20 de maio de 2009

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 133/09

Altera a ementa e o art. 1º da Lei nº 3.414, de 1964, que declara de utilidade pública a Sociedade de Beneficência Misericórdia de Massaranduba, de Vila Itoupava, de Blumenau.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º A ementa e o art. 1º da Lei nº 3.414, de 3 de abril de 1964, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Declara de utilidade pública a Associação Hospitalar Beneficente Misericórdia de Vila Itoupava, com sede no Município de Blumenau.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Hospitalar Beneficente Misericórdia de Vila Itoupava, com sede no Município de Blumenau." (NR)

Art. 2º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 14 de maio de 2009

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 134/09

Altera a ementa e o art. 1º da Lei nº 12.289, de 2002, que declara de utilidade pública o Centro Cultural Nova Acrópole de Santa Catharina, de Florianópolis.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º A ementa e o art. 1º da Lei nº 12.289, de 18 de junho de 2002, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Declara de utilidade pública a Associação Cultural Nova Acrópole de Santa Catharina, com sede no Município de Florianópolis.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Cultural Nova Acrópole de Santa Catharina, com sede no Município de Florianópolis." (NR)

Art. 2º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 14 de maio de 2009

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 229/08

Autoriza a aquisição de imóvel no Município de Palhoça.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir, por doação do Município de Palhoça, o imóvel com área total de dois mil, trezentos e dezenove metros e quarenta e cinco decímetros quadrados, sem benfeitorias, matriculado sob o nº 10.162 no Cartório de Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Palhoça.

Art. 2º A aquisição do imóvel de que trata esta Lei destina-se à instalação da 1ª Guarnição Especial da Polícia Militar de Palhoça, tendo sido sua doação autorizada pela Lei municipal nº 2.713, de 15 de outubro de 2007.

Art. 3º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Orçamento Geral do Estado - Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão.

Art. 4º O Estado será representado no ato de transmissão da propriedade pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 19 de maio de 2009

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº PL/0289.0/2008

O art. 1º do Projeto de Lei nº 0289.0/2008 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º O § 2º do art. 6º do Projeto de Lei nº 0289.0/2008 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º (...)

§ 2º Para o licenciamento, o órgão competente solicitará ao interessado na obra ou atividade a eleboração dos estudos necessários, de acordo com suas características e seu porte, **conforme a Resolução do Consema que estabelece atividades consideradas potencialmente causadoras de degradação Ambiental**."

Sala da Comissão, em

Deputado Marcos Vieira

APROVADO EM 1º TURNO
Em sessão de 13/05/09
APROVADO EM 2º TURNO
Em Sessão de 19/05/09

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 289/08

Altera a redação do § 2º do art. 6º da Lei nº 13.553, de 2005, que institui o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º O § 2º do art. 6º da Lei nº 13.553, de 16 de novembro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º.....
....

§ 2º Para o licenciamento, o órgão competente solicitará ao interessado na obra ou atividade a elaboração dos estudos necessários, de acordo com suas características e seu porte, conforme a Resolução do Consema que estabelece atividades consideradas potencialmente causadoras de degradação ambiental." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 20 de maio de 2009

Deputado Romildo Titon
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 295/08

Declara de utilidade pública o Conselho Comunitário de Irineópolis, com sede no Município de Irineópolis.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Conselho Comunitário de Irineópolis, com sede no Município de Irineópolis.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 21 de maio de 2009

Deputado Romildo Titon
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 314/08

Institui no Estado de Santa Catarina o Programa Doadores do Amanhã.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Institui no Estado de Santa Catarina o Programa Doadores do Amanhã, com a finalidade de conscientizar os alunos da rede pública e privada de ensino sobre a doação voluntária de sangue, órgãos e tecidos.

Art. 2º Para a consecução do Programa Doadores do Amanhã os órgãos competentes do Poder Executivo poderão capacitar servidores públicos para ministrarem palestras sobre o tema a que se refere o artigo anterior, bem como convidar especialistas na matéria, podendo ainda firmar parcerias ou convênios com entidades públicas e privadas.

Art. 3º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta das dotações próprias consignadas no orçamento, suplementadas se necessário.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 20 de maio de 2009

Deputado Romildo Titon
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA MODIFICATIVA AO PL/0345.1/2008

A ementa e o art. 1º do Projeto de Lei nº PL/0345.1/2008, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Denomina Jorge Luis Plauda o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Frei Nicodemos, do município de Lages.

Art. 1º Fica denominado Jorge luis Plauda o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Frei Nicodemos, do município de Lages."

Sala da Comissão, em

Deputada Ada de Luca - Relatora

APROVADO EM 1º TURNO
Em Sessão de 19/05/09
APROVADO EM 2º TURNO
Em sessão de 19/05/09

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 345/08

Denomina Jorge Luís Plauda o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Frei Nicodemos, do Município de Lages.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica denominado Jorge Luís Plauda o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Frei Nicodemos, do Município de Lages.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 20 de maio de 2009

Deputado Romildo Titon
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 359/08

Torna obrigatória a administração das vacinas do calendário básico nacional e outras determinadas pela Secretaria de Estado da Saúde e disciplinadas por Normas Técnicas, para ingresso em instituições públicas e de ensino do Estado de Santa Catarina e adota outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º É obrigatória a apresentação de comprovante vacinal da administração das vacinas de acordo com o calendário básico nacional e aquelas determinadas pela Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina e disciplinadas por Normas Técnicas exigidas nas seguintes situações:

I - às pessoas para ingresso em atividade laboral no serviço público estadual, para ingresso em atividade laboral em instituições de ensino e educação especial; e

II - às pessoas para ingresso na formação para graduação em qualquer instituição de educação infantil, inclusive creche, ensino fundamental, ensino médio ou superior e educação especial.

Art. 2º A comprovação vacinal a que se refere o art. 1º deve se dar através do cartão nominal de vacinação conforme esquema vacinal adequado para cada vacina e idade:

I - vacina contra rotavírus humano:

a) instituída no calendário básico de vacinação em 2006, portanto, a partir dessa data toda criança menor de um ano deve receber duas doses dessa vacina respeitando-se rigorosamente a faixa etária para administração:

1. entre dois a três meses e sete dias (uma dose); e

2. entre quatro a cinco meses e quinze dias (duas doses);

II - vacina contra poliomielite:

a) toda criança menor de cinco anos deve ter quatro doses dessa vacina na rotina sendo:

1. três doses com menos de um ano; e

2. um reforço aos quinze meses;

III - vacina BCG:

a) toda criança menor de cinco anos deve ter uma dose dessa vacina sendo:

1. administração após o nascimento;

IV - vacina contra o tétano, coqueluche e difteria (esquema básico infantil):

a) toda criança menor de sete anos deve ter cinco doses de vacina contra essas doenças sendo:

1. menor de um ano (três doses);

2. faixa etária de quinze meses, primeiro reforço; e

3. faixa etária de quatro a seis anos e onze meses e vinte e nove dias, segundo reforço;

V - vacina contra o haemophilus influenzae b:

a) toda criança menor de cinco anos deve ter três doses dessa vacina sendo:

1. com menos de um ano de idade; ou

2. uma dose se administrada entre um ano a quatro anos onze meses e vinte e nove dias;

VI - vacina contra difteria e tétano, (dupla adulto):

a) toda pessoa em qualquer idade deve estar vacinada contra essas doenças sendo:

1. para aqueles que concluíram o esquema básico infantil deve fazer uma dose de reforço com a vacina dupla adulto após dez anos da conclusão desse esquema e a cada dez anos;

2. para aqueles que estão com sete anos ou mais e não concluíram o esquema básico infantil deve completar o esquema de três doses com a vacina dupla adulto e uma dose reforço a cada dez anos; e

3. para aqueles que estão com sete anos ou mais e não fizeram nenhuma dose do esquema básico infantil, deve fazer três doses com a vacina dupla adulto e uma dose de reforço a cada dez anos;

VII - vacina contra sarampo, rubéola e caxumba:

a) o esquema vacinal infantil compreende a seguinte administração:

1. uma dose aos doze meses;

2. uma dose adicional entre os quatro a seis anos;

3. para aqueles até a idade de dezenove anos e onze meses e vinte dias que não fizeram o esquema vacinal infantil (duas doses), devem completar o esquema ou fazer duas doses com intervalo mínimo de trinta dias entre as doses; e

4. para as pessoas na faixa etária de vinte até quarenta e nove anos é apenas uma dose; e

VIII - vacina contra hepatite B:

a) o esquema básico infantil compreende:

1. três doses com menos de um ano de idade; e

2. todas as pessoas nascidas a partir de 1983 devem ter três doses.

Art. 3º As orientações técnicas para a administração das referidas vacinas, via de administração, dosagem, número de doses e contra-indicação, seguem a normatização do Programa Nacional de Imunizações.

Art. 4º Compete à Secretaria de Estado da Saúde a responsabilidade pelas orientações e medidas para a aplicação da presente Lei.

Art. 5º O Poder Executivo, no prazo de noventa dias, regulamentará a presente Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 21 de maio de 2009

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº PL/0428.3/2007

O art. 2º do Projeto de Lei nº PL/0428.3/2007 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º É facultada a realização de convênios, em especial com o Poder Judiciário, para permitir a operacionalização do sistema de videoaudiência."

Sala da Comissão, em

Deputado Gelson Merísio

APROVADO EM 1º TURNO
Em Sessão de 19/05/09
APROVADO EM 2º TURNO
Em sessão de 19/05/09

EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI Nº PL/0428.3/2007

Fica suprimido o art. 3º do Projeto de Lei nº PL/0428.3/2007.

Sala da Comissão, em

Deputado Gelson Merísio

APROVADO EM 1º TURNO
Em Sessão de 19/05/09
APROVADO EM 2º TURNO
Em Sessão de 19/05/09

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 428/07

Autoriza a implantação de salas de videoaudiência nos estabelecimentos prisionais do Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a instalar salas de videoaudiência nos estabelecimentos prisionais localizados no Estado de Santa Catarina, destinadas à realização dos procedimentos judiciais que exijam a oitiva de detentos, reclusos e apenados.

Art. 2º É facultada a realização de convênios, em especial com o Poder Judiciário, para permitir a operacionalização do sistema de videoaudiência.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 20 de maio de 2009

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº PL/0545.7/2007

Os arts. 1º, 2º, 3º e 4º do Projeto de Lei nº PL/0545.7/2007 passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º (...)

Parágrafo único. A proibição contida no *caput* deste artigo não se aplica em áreas rurais.

Art. 2º Capina química é todo método de eliminação de plantas invasoras, pelo uso de herbicidas e defensivos agrícolas.

Art. 3º O Chefe do Poder Executivo regulamentará a presente Lei, no prazo de noventa dias a contar da sua publicação.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Sala da Comissão, em

Deputado Gelson Merísio - Relator

APROVADO EM 1º TURNO
Em Sessão de 13/05/09
APROVADO EM 2º TURNO
Em Sessão de 19/05/09

EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI Nº PL/0545.7/2007

Ficam suprimidos os arts. 5º e 6º do Projeto de Lei nº PL/0545.7/2007.

Sala das Sessões, em

Deputado Gelson Merísio - Relator

APROVADO EM 1º TURNO
Em Sessão de 13/05/09
APROVADO EM 2º TURNO
Em Sessão de 19/05/09

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 545/07

Dispõe sobre a proibição, em todo o território do Estado de Santa Catarina, da capina química nas áreas que relaciona.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica proibida a capina química em áreas de faixa de domínio de ferrovias, rodovias, vias públicas, ruas, passeios, calçadas, avenidas, terrenos baldios, margens de arroios e valas em todo o território do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. A proibição contida no *caput* deste artigo não se aplica em áreas rurais.

Art. 2º Capina química é todo método de eliminação de plantas invasoras, pelo uso de herbicidas e defensivos agrícolas.

Art. 3º O Chefe do Poder Executivo regulamentará a presente Lei, no prazo de noventa dias a contar da sua publicação.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 20 de maio de 2009

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 018/09

Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 7.702, de 1989.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 7.702, de 22 de agosto de 1989, alterado pelo art. 8º da Lei Complementar nº 421, de 05 de agosto de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica instituído um benefício mensal, no valor de 100% (cem por cento) de um salário mínimo nacional, devido aos portadores de necessidades especiais incapazes para o trabalho e cujos pais, tutores ou curadores, responsáveis pela sua guarda, criação, educação e proteção, residam no Estado há pelo menos dois anos, e aufiram renda igual ou inferior a dois salários mínimos nacionais.

§ 1º Em decorrência de dificuldades técnicas para caracterizar o grau de limitação e ou lesão física ou mental, crianças e adolescentes portadores de necessidades especiais poderão ser contemplados pelo benefício referido no *caput* deste artigo, sem a necessária comprovação da incapacidade para o trabalho.

§ 2º O valor do benefício de que trata o *caput* deste artigo será reajustado automaticamente, sempre que for alterado o valor do salário mínimo nacional.

§ 3º O benefício de que trata este artigo não pode ser acumulado pelo beneficiário com qualquer outro no âmbito da Seguridade Social ou de outro regime da União, do Estado ou de Município." (NR)

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei Complementar correrão por conta das dotações consignadas no Orçamento da Seguridade Social do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º O Chefe do Poder Executivo estadual regulamentará o disposto nesta Lei Complementar, no prazo de noventa dias contados de sua vigência.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 20 de maio de 2009

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***